

ANO XV, Nº 13, SETEMBRO DE 1998

# Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

# 13

**SECA, MIGRAÇÃO E MORADIA: ONDE FICA A MULHER?**  
● REFLEXÕES EM TORNO DO MAMONISMO ● CONSUMO DE ALIMENTOS EM CAMPINA GRANDE ● A SUGESTÃO DE EQUILÍBRIO E AJUSTAMENTO EM KEYNES ● TÓPICOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO ● TECNOLOGIA CAMPONESA: SABER E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA ● GRANDE PROPRIEDADE E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: O MÉXICO E O MITO DA “HACIENDA” FEUDAL ● LUKÁCS E HELLER: A CENTRALIDADE DO TRABALHO ● QUEM SE COMUNICA, SE TRUMBICA: PODER E “COMUNICAÇÃO DE MASSA”

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA  
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA

CAMPUS II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

---

Ano XV, nº 13, setembro de 1996

# Raízes

---

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

**SECA, MIGRAÇÃO E MORADIA: ONDE FICA A MULHER?**  
● **REFLEXÕES EM TORNO DO MAMONISMO** ● **CONSUMO DE ALIMENTOS EM CAMPINA GRANDE** ● **A SUGESTÃO DE EQUILÍBRIO E AJUSTAMENTO EM KEYNES** ● **TÓPICOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO** ● **TECNOLOGIA CAMPONESA: SABER E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA** ● **GRANDE PROPRIEDADE E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: O MÉXICO E O MITO DA "HACIENDA" FEUDAL** ● **LUKÁCS E HELLER: A CENTRALIDADE DO TRABALHO** ● **QUEM SE COMUNICA, SE TRUMBICA: PODER E "COMUNICAÇÃO DE MASSA"**

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA**  
**MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA**  
CAMPUS II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

---

---

# Raízes

---

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

Nº 13

**ANO XV, SETEMBRO/1996**

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA  
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA  
CAMPUS II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA**

---

# Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

Ano XV, nº 13, setembro de 1996  
Uma publicação dos Mestrados em Economia e Sociologia  
UFPB – Campus II – Campina Grande – PB

## EDITOR:

Antônio Gomes

## COMITÊ DE REDAÇÃO:

Antônio Gomes • Cláudio Cavalcanti • Renato Kilpp

## CONSELHO EDITORIAL:

Antônio Gomes (UFPB/CG) • Bernard Roux (INRA/Paris) • Gian Mario Giuliani (UFRJ) • Hughes Lamarche (Université Paris X/França) • João Otávio P. Barros (UFPB/CG) • Jorge Romano (UGRRJ/CPDA) • José Heleno Rotta (UFPB/CG) • Josefa Salete B. Cavalcanti (UFPE) • Jurandir Antonio Xavier (UFPB/CG) • Manoel Luiz Malaguti (UFES) • Maria da Guia Santos Gareis (UFPB/CG) • Maria N. Baudel Wanderley (UNICAMP) • Manoel Correia de Nadrade (UFPE) • Márcio de Matos Caniello (UFPB/CG) • Maria L. Gonçalves de Carvalho (UFPB/CG) • Otávio Ianni (PUC/SP) • Paola Cappelin Giuliani (UFRJ) • Paulo Nakatani (UFES) • Paulo Ortiz Rocha Aragão (UFPB/CG) • Raimundo Nonato Santos (UFRRJ) • Regina Célia Reyes Novais (UFRJ) • Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES) • Sebastián Sánchez Martín (UFPB/CG) • Theotônio dos Santos (UFF)

## DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Lamarck Bezerra de Melo

## APOIO:

UFPB – Centro de Humanidades

## UNIV. FEDERAL DA PARAÍBA

### REITOR:

Neroaldo P. de Azevedo

### VICE-REITOR:

Roberto S. de Siqueira

### PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Rosa M. Godoy da Silveira

## CENTRO DE HUMANIDADES

### DIRETOR:

João Rodrigues dos Santos

### VICE-DIRETOR:

Jurandir Antonio Xavier

## ENDERECO DA REDAÇÃO:

Universidade Federal da Paraíba  
CH – Mestrados em Economia e Sociologia  
Av. Aprígio Veloso, 882  
58109-970 – Campina Grande – PB  
Fone: (083) 310-1051  
Fax: (083) 310-1068  
E-Mail: raizes@brufpb2.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

RAÍZES, Ano XV, nº 13, set. 1996.  
UFPB, Campus II  
CH/Mestrados em Economia e Sociologia  
CDD-330  
CDU-338-43(05)

ISBN 0102-252X

RAÍZES, 1996

## SUMÁRIO

**Simon Miller**

*GRANDE PROPRIEDADE E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: O MÉXICO E O MITO DA “HACIENDA” FEUDAL* \_\_\_\_\_ 7

**Deolinda de Sousa Ramalho**

*SECA, MIGRAÇÃO E MORADIA: ONDE FICA A MULHER? INVISÍVEL?* \_\_\_\_\_ 31

**José Brendan Macdonald**

*REFLEXÕES EM TORNO DO MAMONISMO* \_\_\_\_\_ 52

**Clodoaldo Bortoluzi**

*CONSUMO DE ALIMENTOS EM CAMPINA GRANDE* \_\_\_\_\_ 77

**Cidoval Morais**

*TÓPICOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO* \_\_\_\_\_ 86

**Maria Dione Carvalho de Moraes**

*TECNOLOGIA CAMPONESA: SABER E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA* \_\_\_\_\_ 97

**Sérgio Lessa**

*LUKÁCS E HELLER: A CENTRALIDADE DO TRABALHO* \_\_\_\_\_ 112

**Ubiracy de Souza Braga**

*QUEM SE COMUNICA, SE TRUMBICA: PODER E “COMUNICAÇÃO DE MASSA”* \_\_\_\_\_ 124

**Wagner Nóbrega**

*A SUGESTÃO DE EQUILÍBRIO E AJUSTAMENTO EM KEYNES* \_\_\_\_\_ 132

## GRANDE PROPRIEDADE E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: O MÉXICO E O MITO DA *HACIENDA* FEUDAL<sup>^</sup>

*Simon Miller*<sup>\*\*</sup>

Tradução: Márcio Caniello.

Revisão Técnica: Marilda Menezes e Edgard Malagodi.

### *LEYENDA NEGRA DE LAS CASAS A KENNEDY*

No turbulento período pós-Revolução Cubana, o abalado governo norte-americano assina, por intermédio de Jack Kennedy, a *Aliança para o Progresso* em Punta del Este, Uruguai. A América Latina deveria ser modernizada com a ajuda do dólar, imunizando, por este meio, a contaminação do sub-continente por Cuba. Implícito nesse pacto está o argumento de que o progresso da América Latina teria sido bloqueado pelos privilégios oligárquicos e suas raízes rurais fundadas no anacrônico latifúndio, ou *hacienda*. Portanto, a Aliança visava transformar o atraso da América

---

<sup>^</sup> Traduzido de: S. Miller, "The Great Estate and Agrarian Development: Mexico and the Myth of the Feudal Hacienda", in *Nord und Süd in Amerika*. (Wolfgang Reinhard & Peter Waldmann, eds.). Rombach Verlag, 1992. Tradutor: Márcio Caniello. Prof. Antropologia, UFPB, C. Grande. Revisão Técnica: Marilda Menezes e Edgard Malagodi. Dept<sup>o</sup>. de Sociologia e Antropologia. UFPB, C. Grande.

<sup>\*\*</sup> Simon Miller é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Manchester, Inglaterra.

Latina por meio do estabelecimento da reforma agrária. A fórmula era sedutoramente simples: abolir a hacienda arcaica, matando dois coelhos com uma só cajadada: a democracia desestabilizaria as oligarquias e a burguesia rural passaria a dominar o hacenda-do feudal.

Desta maneira, os documentos de Punta del Este somaram-se a uma extensa tradição intelectual na América Latina, vagamente definida como Lenda Negra, ou *Leyenda Negra*<sup>1</sup>. A origem desta tradição foi, sem dúvida, a veemente denúncia de Las Casas sobre odiosa maneira com que os conquistadores tratavam os índios americanos. Mas, com o passar do tempo, a abrangência dessa denúncia foi se estendendo a uma grande variedade de males da América Latina, todos atribuídos à pernicioso influência da Espanha. Não menos importante dentre eles era a presença do latifúndio – uma relíquia senhorial somente possível pela negligência governamental em relação ao campo e pelos privilégios oligárquicos que nele grassavam. Mais ou menos uma década antes do acordo de Punta del Este esta caracterização foi estabelecida num pioneiro estudo histórico de François Chevalier sobre o norte do México, que apareceu significativamente no periódico *Problemas Agrícolas e Industriales de México*<sup>2</sup>. Não se sabe se os autores do texto da Aliança tinham alguma familiaridade com essa validação acadêmica, mas há muito pouca dúvida por parte do governo Kennedy, de que o México era uma exceção que confirmava a regra – um caso de reforma agrária bem sucedida, com a eliminação da hacienda arcaica e a conseqüente emergência de um país caracterizado por uma “democracia” civil estável e um “milagre” econômico sustentado. Para os latino-americanos do Sul, o modelo a ser seguido vinha uma vez mais do Norte<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> C. Gibson (ed.), *The Black Legend: Anti-Spanish Attitudes in the Old World and the New*, New York, 1971.

<sup>2</sup> F. Chevalier, “La Formación de los Grandes Latifundios en Mexico”. In *Problemas Agrícolas e Industriales de México*. México, 1956.

<sup>3</sup> Este artigo trata apenas de um estudo de caso sobre o México, mas há indícios de que revisões similares sobre o estereótipo da hacienda, ou latifúndio, serão logo estabelecidas para outras áreas da América Latina (correspondência pessoal com Lewis Taylor, Felipe Portacarrero e Eduardo Posada).

Essa presunção de que o Norte possuía a chave para o progresso tinha quase o mesmo "pedigree" na tradição que a própria Lenda Negra e era extensiva até à "Mãe" das Américas. Ela dominou o debate sobre o atraso do Sul desde o declínio da Espanha como potência mundial e sua destituição pelas emergentes nações iluministas do norte da Europa (de onde os espanhóis passaram a ser considerados com uma mistura de piedade e desdém como que enganados pelo "espírito da superstição iliberal"). Liberais espanhóis, como Asturian de Jovelanos, foram então cativados pelos mentores do Norte (especialmente Adam Smith), chegando conseqüentemente à conclusão de que o estado decadente da agricultura espanhola era causada pela existência de leis ruins. A partir desta mesma perspectiva, argumentavam que a Espanha era um país rico por natureza tornado pobre por instituições legais que impediam a multiplicação de pequenos agricultores<sup>4</sup>.

## O MÉXICO E O MITO DO PEQUENO AGRICULTOR

Por esse caminho a panacéia do pequeno agricultor fez época e cruzou o Atlântico até as colônias espanholas. Lá, na Nova Espanha, ela adquiriu maior credibilidade a partir dos célebres escritos do Barão von Humboldt, que propugnavam o mito (sustentado até os dias de hoje) de que o México era uma cornucópia de abundância natural (levado até o extremo de considerar que a própria forma geográfica do país se assemelhava ao chifre da fartura), cujos frutos eram dizimados por instituições sociais arcaicas e destrutivas<sup>5</sup>. A descrição da cena agrária da Nova Espanha por Humboldt foi profundamente influenciada pelos escritos e opiniões de Manuel Abad y Queipo, o Bispo de Michoacán durante o período de decadência da Colônia e, depois, sob a perspectiva de seu discípulo Asturian de Jovelanos, destacado defensor da economia do pequeno produtor.

---

<sup>4</sup> R. Herr, Rural Change and Royal Finances in Spain. Berkeley, 1989. D. A. Brading, The First America. The Spanish Monarchy, Creole Patriots and the Liberal State 1492-1867. Cambridge, 1991.

<sup>5</sup> A. von Humboldt, Ensayo político sobre el Reino de la Nueva España. México, 1966.

Abad y Queipo dirigiu sua atenção às questões, supostamente relacionadas, da agricultura não-competitiva da Nova Espanha e do empobrecimento dos índios. Ele estava perplexo pelo fato de que o trigo mexicano não conseguia competir com o produto norte-americano no lucrativo mercado cubano, e concluiu que esta deficiência devia-se ao atraso dos índios. Ele era bastante astuto e suficientemente esclarecido sobre a situação do México para ignorar o panorama mais amplo que condicionava esta deficiência e, na verdade, listou uma série de outros fatores – o fardo dos dízimos da Igreja, a desestimulante taxa de 6% sobre produtos de exportação, leis municipais que restringiam a venda de grãos fora do município, o péssimo estado das estradas mexicanas, o terreno montanhoso, as chuvas irregulares e o dinheiro escasso que constrangia o desenvolvimento do comércio agrícola. Porém, apesar dessa ampla análise, Abad y Queipo finalmente fixava sobre a existência do latifúndio e a concentração da posse da terra como a principal causa do atraso da agricultura mexicana – e, deste modo, concluía que “a indivisibilidade das haciendas, a dificuldade em administrá-las, a falta de propriedade entre o povo produziu e continua produzindo efeitos deploráveis na agricultura, na população e na nação em geral”<sup>6</sup>.

Juntos, Humboldt e Abad y Queipo estabeleceram o tom para a análise e o debate sobre a questão agrária no México – e, talvez, por extensão, para a América Latina como um todo por intermédio da Aliança para o Progresso, em 1961. Suas formulações eram claras – a Nova Espanha era um Jardim do Éden, um paraíso natural de prolífica abundância tornado artificialmente pobre pelo obsoleto poder da Espanha e a epítome da contaminação colonial – a hacienda. Quaisquer virtudes da economia de escala, esporádica e ineficientemente promovida na Espanha por Francisco Bruna, deão da Audiencia de Sevilha, pátria da fazenda extensiva de trigo, estava perdida na confusão de entusiasmos pela panacéia do pequeno agricultor e no profundo mau uso dos modelos milagrosos dos pequenos proprietários ingleses (*yeomanry*) e da América jeffersoniana.

---

<sup>6</sup> M. Abad y Queipo, *Escritos*, citado em D. A. Brading, *First America*, 1991, p. 570.

A referência a essas histórias de sucesso partiu de um empiricismo seletivo na medida em que, em ambos os casos, exemplos da evolução da grande propriedade (exploradora das vantagens da produção em escala) eram evidentes – desde os Cokes de Norfolk até a plantation escravista do Sul dos Estados Unidos. Conceitos paralelos também emergiram para dar conta de similaridades estruturais, como considerar que as haciendas eram castigadas por seu “endividamento” e pelo anacronismo do fideicomisso e morgadio, enquanto os modelos inglês e norte-americano eram louvados por seu acesso ao “crédito” e à “hipoteca” e pela perspicaz tradição da primogenitura (a qual protegia a integridade da propriedade vitoriana contra os acometidos do machismo inglês).

Tão possuídos estavam esses comentadores pela noção de que as instituições sociais eram as chaves do sucesso econômico (agindo negativamente, no caso das más leis espanholas e da propriedade “feudal”), que eles aparentemente estavam prontos a acreditar na simples imposição desses modelos sem restrições às variações locais e suas circunstâncias específicas. As palavras e a ciência de Abad y Queipo foram, então, subseqüentemente reverenciadas pelos liberais mexicanos que lideravam a era da Independência, como José Maria Luís Mora, que reeditou todos os seus trabalhos, e o mito do pequeno agricultor e da pequena escala de produção transformou-se numa espécie de tesouro para o discurso mexicano dominante sobre a questão agrária – conseqüentemente ele deixou uma marca indelével nas idéias de um advogado radical de fama revolucionária, Andrés Molina Enríquez<sup>7</sup>.

Na sua panfletária análise dos “grandes problemas” mexicanos, Molina Enríquez atribuiu à hacienda sua então difundida responsabilidade em relação tanto à desigualdade social quanto ao atraso econômico – uma relíquia “feudal”, perdulária e anacrônica (“não é um negócio”), e sobrevivendo unicamente devido ao monopólio da terra e às expensas dos camponeses. Quebrando o liberalismo doutrinário de seus predecessores e, antecipando-se à Aliança para o Progresso, Molina Enríquez advogava a intervenção do Estado para a destruição da hacienda, tornando-se uma peça-

---

<sup>7</sup> A. Molina Enríquez, *Los Grandes Problemas Nacionales*. México, 1909.

Estado para a destruição da hacienda, tornando-se uma peça-chave na elaboração das cláusulas agrárias na Constituição de 1917 e na Reforma Agrária que derivou dela. Ao final do período Cárdenas (1934-1940), a grande propriedade mexicana foi legada ao lixo da história e aos comentadores políticos restou a busca pela fênix de uma nova e vital burguesia agrária.

#### A HACIENDA NA HISTORIOGRAFIA MEXICANA MODERNA

A Revolução Mexicana, portanto, transformou o panorama agrário e, finalmente resgatou o ideal jeffersoniano da agricultura de pequena escala. Os termos e o tom do discurso também mudaram. Forjado no calor da luta popular e elaborado a partir de origens específicas e paroquiais, a ênfase foi deslocada desproporcionalmente ao tema da injustiça social – um discurso que, por outro lado, era endereçado mais a uma agenda política de longo prazo (“nacionalidade”, “legitimidade política” e “sociedade civil”) do que propriamente à economia agrária.

Uma vez estabelecido, o discurso deu o tom à historiografia pós-revolucionária. Da tese pioneira de Tannenbaum considerando a Revolução como uma insurreição de massa de camponeses anônimos e provincianos contra as injustiças “feudais” da hacienda expansionista, até a mais recente análise de Alan Knight, que numa série de estudos revisionistas, demonstra que a orientação econômica da hacienda tem sido mais “comercial” do que “senhorial”. Como unidades que se adaptam e se orientam pelo lucro, o perfil essencial da grande propriedade mexicana tem permanecido inalterado<sup>8</sup>.

No contexto do debate sobre os caminhos do desenvolvimento agrário e da função da produção de larga escala, a experiência mexicana (e latino-americana) esteve, desta maneira, marginalizada. Houve pequenas e preciosas discussões sobre o assunto: assim, as premissas básicas da *Leyenda Negra* foram o ponto de par-

---

<sup>8</sup> F. Tannenbaum, *The Mexican Agrarian Revolution*. Washington, 1930, e A. Knight, *The Mexican Revolution*. Cambridge, 1986.

tida e a hacienda que aparece na historiografia mexicana moderna é, portanto, muito pouco diferente da instituição colonial de Abad y Queipo e do bode expiatório porfiriano de Molina Enríquez.

Portanto, corporificando os principais defeitos atribuídos a ela por sua tradição arcaica, a grande propriedade mexicana é ainda definida como tendo sido uma barreira ao desenvolvimento econômico, onde as dimensões de escala servem apenas como muletas de uma sobrevivência artificial (monopolizando terra – e, conseqüentemente, trabalho e mercado) , ao invés de serem consideradas como adaptações orgânicas às condições globais e históricas externas. Se a perspectiva de Knight pode ser tomada como um divisor de águas na historiografia do México moderno, nós somos obrigados a concluir que a grande propriedade ainda leva a marca de Caim, como uma má instituição responsável pelo desenvolvimento retardado da América Latina e pela degradação de uma das cornucópias da natureza. Em suma, as premissas da *Leyenda Negra* e da Aliança para o Progresso permanecem intactas.

#### O PARADOXO HISTORIOGRÁFICO DA HACIENDA COLONIAL

Uma vez que estas premissas se tornaram pontos cardiais na historiografia econômica do México, a discussão mais produtiva sobre a hacienda partia de sua aparente fraqueza e sobrevivência paradoxal. Pois, considerando sua estrutura arcaica e ineficiente (assim ela era vista), a hacienda não poderia ter sobrevivido. Neste sentido, o principal foco de análise foi dirigido à solução desse dilema essencial e muitas explicações interessantes foram propostas em relação às causas de sua permanência histórica: uma alta transação em propriedades; infusões de capital fecundo advindo de setores menos anêmicos da economia, como a mineração e o comércio; as redes de relação que ligavam terra e igreja, e a sustentação da primeira pela segunda; um contexto econômico favorável, artificialmente criado por um Estado dominado pela elite dos proprietários de terra, composto por incentivos como protecionismo tarifário e baixos impostos; e, finalmente, uma gama de vantagens políticas e econômicas que garantiam ao hacendado

uma vitória sobre seu (pressupostamente) competidor mais eficiente, o pequeno proprietário camponês – conseqüentemente completando sua vitória ao reduzir este último a uma reserva barata de trabalho sub-empregado ou endividado<sup>9</sup>.

Ainda que toda essa pesquisa tenha lançado luz sobre dimensões importantes da economia das grandes propriedades, seu aspecto principal, o fator escala, foi submetido a um foco distorcido. Este aspecto decisivo da economia agrária latino-americana foi sempre considerado no contexto das premissas negativas da *Leyenda Negra*: assim, a hacienda mexicana foi descrita como um feudo senhorial que atraía dinheiro com objetivo de nobilitação e, deste modo, inútil, à medida que transformava mineradores e comerciantes em proprietários ausentes e perdulários; similarmente, foi sustentado que o poder sem limites derivado destas fazendas extensivas teriam reduzido o campesinato local a uma condição de servidão efetiva, conseqüentemente subvertendo seu dinamismo e monopolizando terra e trabalho numa combinação arcaica de conservadorismo, pobreza e baixa produtividade. Em suma, o fator escala nessa tradição intelectual foi consistentemente identificado como a causa de raiz tanto do atraso econômico como da desigualdade social – daí, a Aliança para o Progresso. Está no momento de se rever esta concepção tão longamente sustentada.

#### HACIENDAS COLONIAIS: ORIGENS, ESCALA E DESENVOLVIMENTO

Unidades agrárias de larga escala eram inevitáveis na América Latina uma vez que foram criadas em meio à catástrofe demográfica dos primeiros tempos coloniais ou em áreas que nunca suportaram populações sedentárias em qualquer densidade; nos dois casos, a hacienda era, em parte, uma resposta às condições de abundância de terra e excassez de mão-de-obra.

Uma vez formada a grande propriedade, ela se confrontava,

---

<sup>9</sup> W. B. Taylor, *Landlord and Peasant in Colonial Oaxaca*. Stanford, 1972; D. A. Brading, *Haciendas and Ranchos in the Mexican Bajío*. Cambridge, 1978; e E. Florescano, *Precios de Maíz u Crisis Agrícolas en México 1708-1810*. México, 1969.

então, com problemas de baixa demanda no mercado e altos custos de produção e transporte. Em muitas partes do México esses problemas eram agudizados por estarem elas localizadas em terrenos inóspitos, solos ruins e clima imprevisível (transformando-se, paradoxalmente, numa aparente salvação para propriedades ineficientes quando fazendeiros podiam estocar e especular com cereais em tempos de abundância ou escassez, respectivamente). Portanto, não pode haver dúvida que, mesmo em caso de produtos lucrativos como o açúcar, os lucros gerados pela terra eram desesperadoramente difíceis de serem auferidos, e que muitas propriedades sofriam de altos níveis de endividamento e eram sujeitas a freqüentes trocas de donos.

Em meio a estas condições adversas, que prevaleceram operantes até o Século XVIII, o método de administração racional da grande propriedade consistia em cortar custos ao mínimo necessário, reduzindo a terra de uso próprio e aumentando as terras destinadas a arrendamento. Todas as análises sobre o período colonial sugerem que essa estratégia era largamente adotada e que a introversão local e a auto-suficiência eram a regra geral. A ausência de qualquer classe empreendedora dinâmica, seja proprietária ou camponesa, não seria, portanto, algo que surpreendesse.

De qualquer maneira, a renovação populacional e a atividade mineradora transformaram o panorama econômico da hacienda nas últimas décadas da Colônia. Estudos sobre o Bajío, região sertaneja de Guadalajara, o estado de Puebla e o grande Michoacán revelam que, em todos estes locais, havia atividades empreendedoras da classe de grandes proprietários<sup>10</sup>. As terras de uso próprio foram reativadas e várias medidas foram tomadas para aumentar e diversificar a produção: muros e cercas eram levantadas, novas terras eram desbravadas e cultivadas, açudes eram construídos e sistemas de irrigação implantados, erigiam-se silos para armazenagem de cereais e estábulos e currais para abrigar as criações. A mão-de-obra, as ferramentas e materiais envolvidos neste

---

<sup>10</sup> Brading, *Haciendas*. 1978; E. Van Young, *Hacienda and Market in Eighteenth Century Mexico*. Berkeley, 1981; e C. Morin, *Michoacán en la Nueva España del Siglo XVIII*. México, 1979.

renascimento agrário refletiam o dramático surto de investimento, uma resposta dinâmica ao aumento da demanda do mercado e ao valor da terra, que crescia vertiginosamente neste período – que, em média, triplicava de preço, chegando, em muitos casos a decuplicar.

É claro que o estado efervescente da economia também pressionava o valor dos estoques criatórios necessários ao renascimento econômico e afetava particularmente o preço das mulas de carga, um testemunho do grau de revitalização que afetou os negócios.

Toda essa energia atestava o renascimento da economia colonial na Nova Espanha. Fazendeiros empreendedores do México central reagiam às novas oportunidades e respondiam à demanda gerada pelo crescimento das cidades e, particularmente, pela extraordinária expansão da mineração de prata. Há pouca divergência em relação ao papel desempenhado pela economia senhorial nesse processo, ainda que tenham sido freqüentemente enfatizadas as mudanças em relação ao trabalho e à mão-de-obra – camponeses fornecedores sendo removidos dos mercados urbanos, a não-remuneração ao desmatamento de áreas que serviriam à exploração agrícola do proprietário e o crescente aumento do valor dos arrendamentos e dos despejos que transtornavam a vida de moradores estabelecidos há longo tempo nas propriedades<sup>11</sup>.

Tal ênfase social, não há dúvida, é inteiramente legítima, especialmente em relação ao período que culminou na insurreição popular da *Insurgencia* de 1810. Todavia, o impacto social dessas mudanças tendeu a obscurecer as tendências econômicas das haciendas, que foram, nesta medida, reduzidas a um status ligeiramente depreciativo de “comercialização”, ou a ações de exploração oportunística destinadas a fazer do proprietário um bem-sucedido quando as condições eram favoráveis. Com poucas exceções, a análise explícita dessas tendências econômicas é que elas representaram mudanças “de grau... e não de tipo”, melhor descritas como “crescimento” ao invés de “desenvolvimento”, com pouco ou

---

<sup>11</sup> Van Young, *Hacienda*. 1978; Morin, *Michoacán*. 1979; e J. Tutino, “Life and Labour on North Mexican Haciendas”, in E. C. Frost, M. C. Meyer and J. Zoraida (eds.), *El Trabajo y los Trabajadores en la Historia de México*. México, 1979.

nenhum aperfeiçoamento na "produtividade"<sup>12</sup>.

Na falta de qualquer evidência detalhada para sustentar esta avaliação quiçá censuradora, ela torna-se pouco sustentável. É claro que não pode haver dúvida de que uma parte dessa tendência de comercialização envolvia um processo de colonização interna – a produção extensiva por meios tradicionais de roçagem e cultivo nas terras em áreas marginais e baldias. Este era claramente um caso de extensificação ao invés de intensificação e, na medida em que podemos afirmar seguramente, não envolvia qualquer mudança na produtividade, seja da terra ou do trabalho. Ao mesmo tempo, entretanto, deve ser dito que tal processo era comum a todas economias agrárias com fronteiras abertas: como demonstra o fluxo de exploração agrícola no nordeste dos Estados Unidos, onde havia terras virgens à disposição, nenhum fazendeiro, seja pequeno ou grande, recorria à mais trabalhosa e cara opção de se aumentar a produtividade.

Há, entretanto, outros aspectos em relação ao trato das terras de uso próprio nas haciendas neste período. Construções e cercas podem contribuir para um incremento global na eficiência e lucratividade da fazenda, mas dificilmente podem influir na melhoria da produtividade. Açudes e canais de irrigação, contudo, me parecem estar numa categoria diferente, ao menos em relação ao aumento de produtividade da terra. A terra irrigada pode ser usada para o cultivo do trigo de inverno, da pimenta e de legumes e frutas – e, além do mais, uma safra de milho pode ser plantada imediatamente após a colheita do trigo.

Estes desenvolvimentos podem não ter requerido qualquer nova tecnologia, mantendo, evidentemente, os níveis de produtividade do trabalho inalterados, mas me parece que afirmar que este período de renascimento dinâmico não representou mudanças de "tipo" ou avanços na produtividade, significa fechar os olhos diante das evidências. De fato, os mananciais e a irrigação eram tão importantes tanto para os camponeses quanto para os grandes

---

<sup>12</sup> E. Van Young, "The Age of Paradox: Mexican Agriculture at the End of Colonial Period, 1750-1810". in N. Jacobsen e H. J. Pule (eds.), *Economics of Mexico and Peru during the late Colonial Period, 1760-1810*. Berlim, 1986, pp.64-5.

proprietários, que aqueles anos da decadência da Colônia testemunharam um aumento na frequência de tensões e conflitos em relação ao acesso a eles. Tais episódios pressagiaram a explosão da *Insurgencia* de 1810 – evento que, indubitavelmente, desestabilizou o comando econômico dos Bourbon e reverteu as tendências de exploração puramente comercial da hacienda e a dominação senhorial da terra.

### INDEPENDÊNCIA E BARREIRAS AO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A transição da Nova Espanha para o México foi dolorosa e dispendiosa. Convenções de mercado foram rompidas, a mineração de prata (o dinamômetro da economia) foi paralisada e as tendências demográficas mergulharam na estagnação. A saída dos espanhóis foi acompanhada pela classe comercial e muito do seu capital e a perda do poder centralizado deixou o país exposto a sessenta anos de caos político, fragmentação regional, desordem endêmica provocada pela guerra civil e pelo banditismo, alta evasão fiscal infligida por um militarismo superdimensionado e invasões estrangeiras que lhe imprimiam muitas derrotas.

As condições políticas para o crescimento não podem ser subestimadas e é claro que qualquer desenvolvimento agrário conseguido sob circunstâncias tão adversas quanto essas presentes no México recém-independente, era praticamente arrancado da catástrofe. Basta dizer aqui que tal esforço foi mais que mantido da mesma maneira em que a *Pax Porfiriana* de 1876-1910 foi acompanhada por crescimento rápido, altas taxas de investimento e um impulso no crescimento demográfico.

O objetivo aqui, contudo, é definir o papel que a grande propriedade desempenhou no meio disso tudo. As evidências são fragmentárias para os anos de recessão imediatamente posteriores à Independência, mas todos os indicadores disponíveis sugerem que o hacendado adotou a estratégia óbvia do corte de custos, reduzindo o papel da terra senhorial de uso próprio, revertendo-o para o papel de um rebanho. Diante de tais condições adversas, não é surpreendente que a economia senhorial tenha precisado ceder

espaço ao pequeno arrendatário, deixando o campo retroceder no torpor da dominação senhorial.

Essas condições políticas, é claro, afetaram tanto os pequenos agricultores quanto as haciendas e, desta maneira, evidenciam um contexto explicativo mais para os problemas que afetavam o México rural como um todo e não esclarecem deficiências ou qualidades específicas relacionadas com o fator escala. A mais clara conclusão que se pode ter é que, sob essas circunstâncias adversas, o balanço das vantagens pende a favor do pequeno agricultor: num mundo econômico de altos custos e lucros de risco, o camponês desmonetarizado que usa o trabalho familiar como base da exploração agrícola garante ao menos a sobrevivência, quando não um provimento dinâmico.

Aqui, é de fundamental importância revisar os destinos da grande propriedade na fase de mais extrema dificuldade a que chegou. A recessão deve ter acelerado a taxa de transação de propriedades, mas a hacienda como instituição permaneceu ilesa, presumivelmente sobrevivendo através dos créditos da Igreja e das rendas do aluguel da terra<sup>13</sup>. Um estudo brilhante conduzido nos anos 1840 em Querétaro, estado do México Central, revelou os problemas que assolavam a economia das haciendas, mostrando que os lucros marginais obtidos no mercado doméstico demandavam uma redução nos custos de produção e um incremento na produtividade<sup>14</sup>.

Del Raso conclui sua cuidadosa análise com a observação de que o trabalho na hacienda mexicana era ineficiente em comparação com o desempenho dos trabalhadores ingleses e que esta deficiência poderia ser sanada se ferramentas e equipamentos melhores estivessem disponíveis. Com este fim sugeriu a elaboração de um programa governamental que oferecesse incentivos aos grandes fazendeiros em relação à adaptação de novas tecnologias agrícolas para uso local. Como um modelo exemplar, ele citou o caso

---

<sup>13</sup> J. Tutino, "Hacienda Social Relations in Mexico: The Chalco Region in the Era of Independence", in *Hispanic American Historical Review*, (55/3), 1875, pp. 496-528.

<sup>14</sup> J. A. del Raso, *Notas Estadísticas del Departamento de Querétaro*, México, 1848.

da fazenda Tequisquiapán, onde se construiu o protótipo de um debulhador capaz de redimensionar os custos e o ritmo da colheita de trigo.

As idéias de Del Raso nos remetem ao dilema citado por Abad y Queipo acerca do fracasso do trigo do México no mercado cubano. Como se destacou anteriormente, o bispo atribuiu a culpa dessa situação à hacienda como forma de posse da terra (e, presumivelmente, a falta de zelo empresarial a ela relacionada), enquanto Del Raso era acrítico em relação à estrutura da grande propriedade e, de fato, otimista sobre suas perspectivas futuras. Dois pontos de considerável interesse emergem de suas posições: por um lado, a nova tecnologia deveria ser usada localmente e, por outro, os esforços para reduzir custos deveriam ser direcionados à produtividade do trabalho.

Ambos estes pontos sublinham implicitamente o problema central da economia latifundiária do fim da Colônia até o período da Independência: transporte<sup>15</sup>. Toda a estrutura da análise de Del Raso assenta-se na suposição de que não havia probabilidade alguma de melhora nessa área crítica – os custos não poderiam ser significativamente reduzidos e havia pouquíssima chance dessa volumosa massa de tecnologia chegar aos estados remotos em lombo de mula. Por outro lado, o dilema de Abad y Queipo teria sido elaborado de forma completamente diferente se ele tivesse refletido sobre a dramática vantagem do transporte fluvial norte-americano. Produtos agrícolas das Grandes Planícies eram escoados por uma rota fácil e barata, descendo o Mississipi até New Orleans e de lá cruzando o Golfo do México; o trigo das haciendas, em contraposição, tinha que ser transportado por tração animal da *Mesa Central* mexicana ao Porto de Vera Cruz, passando por uma rota tortuosa, sofrendo a ameaça de bandidos e precipícios de até dois mil metros de altura.

Os custos exorbitantes do transporte de mercadorias sobre território mexicano já haviam sido notados – em 1793, por exemplo, a

---

<sup>15</sup> J. Coatsworth, "Obstacles to Economica Growth in Nineteenth Century Mexico", in *American Historical Review*, (83/1), 1978, pp. 80-100.

fazenda Palote em Guanajuato transportou 2.000 fangas<sup>16</sup> de milho para o silo municipal na cidade de Zacatecas, distante 275 quilômetros: o custo desse frete somou \$ 5.250, ou dois terços do preço unitário final do milho, 32 reales. Não é de se admirar que contemporâneos insistissem que "qualquer que seja a safra, a hacienda que planta grãos necessita de uma tropa de mulas para carregá-la"<sup>17</sup>. Com taxas de frete tão altas, os fazendeiros eram obrigados a cortar os custos de produção ao mínimo para obter pelo menos algum lucro.

Algumas evidências similares podem ser levantadas em relação a meados do Século XIX. Fanny Calderón de la Barca visitou, em 1840, uma fazenda com bons solos irrigados, e ouviu de seu proprietário reclamações em relação ao custo do transporte para cruzar os 200 quilômetros até a Cidade do México, o que tornava todo o empreendimento anti-econômico. Da mesma maneira, uns vinte anos depois no vizinho estado de Querétaro, dados da fazenda San Juanico mostram que os custos básicos de produção (trabalho e sementes) do milho somavam 66 centavos por fanga<sup>18</sup>. Nessa época, San Juanico tinha de pagar por volta de 75 centavos por carga (2 fangas) por dia de frete, numa viagem de 40 quilômetros. A fazenda ficava próxima à cidade de Querétaro mas viagens mais longas, por exemplo em direção aos mercados mais lucrativos da Cidade do México, levavam cinco dias e custavam \$ 3,75 por uma mercadoria que havia custado apenas \$ 1,30 para ser produzida. Preços do milho tão altos que chegavam a \$ 2,50 por fanga – preços que eram excessão mais que regra nas décadas de meados do Século XIX – teriam, portanto, apenas coberto os custos básicos de produção e frete.

---

<sup>16</sup> Fanga é uma antiga unidade de medida para secos equivalente a 145 litros, aproximadamente (*nota do tradutor*).

<sup>17</sup> Brading, *Haciendas*, 1978, p. 78.

<sup>18</sup> Dados sobre San Juanico retirados de S. Miller, *Agrarian Capitalism in Central Mexico: from Hacienda to Rancho in Querétaro, 1845-1980*, Tese de Doutorado, Duhram, 1983.

## LUCRATIVIDADE DAS HACIENDAS: AS EXCESSÕES DOS MEADOS DO SÉCULO XIX

O problema do baixo valor unitário do milho e das altas taxas de frete só foi realmente resolvido através da redução dos custos de produção pela meação e com a chegada das estradas de ferro<sup>19</sup>. Neste meio tempo, a produção de milho operou a taxas de lucro marginal na economia latifundiária – a produção tendeu, conseqüentemente, a ser definida por necessidades internas, no preparo de forragem e rações, e pela venda ocasional quando condições de excashez criavam preços inflacionados que compensavam os altos custos de transporte. Sob essas circunstâncias adversas a rota da lucratividade passava pela diversificação de produtos que comandavam melhores preços de mercado (como trigo e cana-de-açúcar) ou produtos de maior valor por unidade de peso (como pimenta e pulque<sup>20</sup>).

Mas somente quando a grande propriedade possuía vantagens naturais como clima favorável ou boa irrigação, essa alternativa era viável. Onde essas condições mínimas prevaleciam, por volta de meados do Século XIX, muitos fazendeiros revertiam o estereótipo de senhores ausentes e tornavam-se capitalistas ousados. O caso da fazenda San Marcos ilustra esse ponto. Localizada nas bacias ao Sul de Jalisco, na *tierra caliente* e sob a sombra do vulcão Colima, San Marcos pôde concentrar-se na produção de açúcar – e fabricava açúcar refinado, açúcar mascavo, aguardente e rum<sup>21</sup>.

Por seu turno, o estado de Morelos, maior centro produtor de açúcar do México, foi duramente afetado pela Insurgência, o que postergou sua recuperação econômica até fins do Século XIX. De acordo com a análise de Womack, seu desenvolvimento real em termos de métodos de produção e produtividade foram apenas introduzidos na década de 70, quando tecnologias importadas preci-

---

<sup>19</sup> S. Miller, "The Mexican Hacienda between the Insurgence and the Revolution", in Journal of Latin American Studies, (16/2), 1984, pp. 309-336.

<sup>20</sup> Bebida fermentada de agave, muito popular no México.

<sup>21</sup> Dados sobre San Marcos extraídos de S. Miller, "Social Dislocation and Bourgeois Production on the Mexican Hacienda", in Bulletin of Latin America Research, (2/1), 1982, pp. 67-79.

pitaram a transição "do feudo à fábrica"<sup>22</sup>. San Marcos, no entanto, estava localizada em área de clima quente e úmido, bem semelhante às condições clássicas para a produção de cana-de-açúcar e ainda mais favoráveis que em Morelos, onde a falta de precipitação pluviométrica adequada forçava os fazendeiros a implantar sistemas de irrigação mais caros. Em contraposição, entretanto, San Marcos ficava distante dos mercados mais importantes e, durante os anos do meio do Século a essa desvantagem foram adicionados os riscos advindos de dois levantes indígenas e do banditismo endêmico do notório soldado-bandoleiro Coronel Rojas.

Essas eram circunstâncias pouco auspiciosas para um empreendedor ousado, mas o herdeiro da propriedade em 1850, um padre de nome José Francisco Figueroa, resolveu transformar San Marcos numa empresa próspera e modernizada. Três aspectos de sua administração se destacam a partir dos dados deixados por ele. Primeiramente, a maneira pela qual ele controlava minuciosamente a administração da fazenda, sua residência permanente na propriedade (de clima bastante desfavorável para os padrões da época) e sua quase calvinista dedicação às tarefas cotidianas – como a redação de correspondência de negócios até mesmo no dia de Natal, e a persistente cobrança de devedores em atraso, sem fazer exceção aos parentes.

Em segundo lugar, a forma como os problemas com o transporte foram tratados. Em 1856, por exemplo, perto de dois terços do açúcar produzido na fazenda era negociado em Guadalajara, distante uns 200 quilômetros, enquanto outra quarta parte do produto seguia para Mazatlán, na costa de Sinaloa, pelo porto de Manzanillo, em Colima. Oitenta barris de aguardente seguiam a mesma rota marítima para depois serem transportados, via terrestre, até Zacatecas, e outros 130 barris terminavam em Guanajuato (que Figueroa dava graças por estar dentro do perímetro mercantil de Morelos).

Somado a essas iniciativas, Figueroa também assegurava-se

---

<sup>22</sup> J. Womack, *Zapata and the Mexican Revolution*, New York, 1968, p. 42.

de que seus lucros não ficassem submetidos a altas taxas de frete providenciando ele mesmo o serviço. O inventário da propriedade de 1851 lista perto de 200 mulas, todas equipadas para o transporte e divididas em seis grupos, cada qual dotado de animais de reserva e de animais selados para tropeiros. O número total de mulas reportado foi de 264, avaliadas em \$ 7.250, e é evidente que, olhando-se através dos poucos pagamentos registrados pelo aluguel de tropas, este número era suficiente para cobrir as necessidades de transporte da fazenda. Além disso, os dados também indicam que o investimento era justificável na medida em que as taxas cobradas por tropeiros independentes da região teriam custado a San Marcos mais de \$ 3.500 anuais, mesmo em anos de baixa produção.

Não obstante, é significativo o fato de que as pastagens disponíveis na propriedade eram insuficientes para o sustento de burros e éguas necessários para reprodução e reposição e ampliação do plantel – e, em 1856 foram gastos \$ 2.300 na compra de mulas prontas para o trabalho, para cobrir a crescente demanda da fazenda. Sem dúvida, essa era uma quantia alta para a época, mas ela deve ser comparada com o lucro de \$ 35.000 auferido em 1856, ou um retorno de mais de 20% em relação ao capital de 1851.

Em terceiro lugar, outros dados demonstram que Figueroa optou por investir de modo a aumentar a produtividade da propriedade importando, em 1852, uma nova usina de refino norte-americana no valor de \$ 30.000. Em 1863, o valor inventariado de San Marcos havia crescido em 90%, uma clara conseqüência das qualidades empreendedoras do gerenciamento da hacienda, especialmente em tempos tão adversos.

O exemplo de San Marcos, portanto, exorta o modelo de um hacendado empresarial que investe no aumento da produtividade em culturas que possam justificar o risco. Mas ele também lança luz à questão do transporte no âmbito dos dilemas da supostamente retrógrada hacienda. Neste sentido, os dados esclarecem tanto a importância quanto os custos de se manter uma estrutura de transporte própria. Mais importante, contudo, eles demonstram as vantagens do transporte costeiro – não apenas em relação à possibilidade de se chegar a locais inacessíveis por outros meios,

mas por oferecer uma alternativa decisiva para a importação de uma massa de itens tecnológicos que não poderia ser deslocada por via terrestre a longas distâncias.

O acesso relativamente fácil de San Marcos ao porto de Manzanillo no Pacífico era algo pouco usual para o México, cuja maior parte se localiza centenas de metros acima, na *Mesa Central*, e o sucesso e precocidade do investimento (trinta anos antes da muito louvada modernização em Morelos) serve para enfatizar o papel fundamental do transporte e do acesso aos mercados no desenvolvimento agrário do México. Em suma, San Marcos é a excessão que confirma a regra de que o atraso no desenvolvimento agrário do México deveu-se mais à sua geografia inóspita do que a qualquer herança perniciosa de um modelo de propriedade fundiária de larga escala vindo da Espanha.

#### ESTABILIDADE E ESTRADAS DE FERRO: A FÓRMULA PARA O PROGRESSO DA HACIENDA

Os liberais mexicanos, portanto, estavam equivocados em suas análises sobre a grande propriedade, mas estavam certos, em última instância, na sua avaliação em relação à construção de uma malha nacional de estradas de ferro. Os hacendados, mais próximos à realidade dos entraves econômicos que assolavam o país, perceberam esta necessidade com uma clareza ainda maior e atribuíram à chegada do primeiro trem o alvorecer de uma nova era. A partir de então, produtos locais que anteriormente não podiam chegar a bons mercados agora eram comercializados em cidades distantes graças às novas conexões inter-municipais propiciadas pela estrada de ferro. Em Querétaro, por exemplo, a nova era iniciou-se em 1881 e por toda a década a fazenda Juriquilla vendeu seu trigo em Durango e Coahuila.

Os valores da renda recolhida nas estações em função de taxas de frete evidenciam o surto comercial que resultou da implantação das estradas de ferro: depois de inauguradas em 1882, a receita chegou a meio milhão de pesos em 1890, triplicando este valor por volta de 1909. Estados bem dotados pela malha ferroviária, como

San Juanico, tiraram grande vantagem das oportunidades que surgiram transportando seu trigo e milho para moinhos na Cidade do México e diversificando sua economia com a produção de outros produtos como leite, hortaliças, frutas e pimenta. Na virada do Século essa hacienda, uma propriedade de médio porte para os parâmetros mexicanos, era uma verdadeira colméia de atividade humana durante todo o ano, chegando ao pico da produção nos meses de verão quando empregava 2.500 trabalhadores.

A combinação circunstancial da *Pax Porfiriana* com a expansão das estradas de ferro finalmente liberou a hacienda mexicana dos grilhões do passado: o entusiasmo empreendedor da classe proprietária nesse período forneceu o testemunho da capacidade da grande propriedade em acelerar o ritmo da produção e do desenvolvimento agrário. Talvez em nenhum outro local isso pôde ser melhor observado que na remota bacia do Zamora em Michoacán.

A história dessa transformação emerge de registros fragmentários sobre as fazendas Santiaguillo, Rinconada e El Cerrito que pertenciam aos herdeiros de um certo Francisco García, morto em 14 de janeiro de 1882, e que era administrada em nome deles por um dos irmãos, também de nome Francisco<sup>23</sup>. As propriedades eram bem dotadas de solos férteis e acesso a fontes de irrigação, ficando relativamente próximas aos mercados de Guadalajara, características que parecem ter fornecido à família uma base de relativa prosperidade que lhes garantiu grande respeito dos locais. A chegada da estrada de ferro, contudo, abriu novas perspectivas em relação a melhores oportunidades de negócio e a uma prosperidade ainda maior.

Em 1891, a construção da principal linha para o Oeste dotou La Piedad de uma estação, distante uns 100 quilômetros, mas Zamora teve que esperar até 1899 até que um ramal conectasse a área a Guadalajara. García não demorou a reagir: o safrão de trigo das fazendas da família em 1899 cresceu aproximadamente 80%, antecipando-se às possibilidades de acesso a novos mercados e,

---

<sup>23</sup> Dados sobre Zamora extraídos de documentos privados não catalogados em posse do Dr. Gustavo Verduzco, a quem agradeço por ter permitido meu acesso a eles.

com um olho nas futuras necessidades de transporte e, talvez, tração para a debulha, importou 25 éguas dos Estados Unidos, cada uma orçada em \$ 200, nove vezes mais caras que a média dos animais da região.

No entanto, tal energia empreendedora fica ofuscada diante do brilho das iniciativas tomadas por Francisco García imediatamente após a inauguração dos primeiros serviços ferroviários na região. Primeiramente, registros remanescentes mostram quão consideráveis foram os investimentos em ferramentas, implementos e maquinaria (em 1901 orçados em \$ 20.000), parte deles para aperfeiçoar a infra-estrutura das propriedades. Destaque-se, em particular, um ambicioso projeto de transposição de águas do Rio Due-ro para a fazenda Santiaguillo através da construção de um canal de irrigação. Em 1901, os custos decorrentes do empreendimento global para melhorar as propriedades chegou ao considerável montante de \$ 21.555, num tempo em que um dia de trabalho valia entre 20 e 37 centavos, dependendo da idade e especialização do trabalhador.

Essa política de investimento e melhoria infra-estrutural intensificou-se a partir de fins de 1901 quando uma empresa, *El Giro Agrícola*, foi especialmente estabelecida para tal propósito. Então, desencadeou-se um ritmo de trabalho febril e, em meados de 1902, os custos envolvidos elevaram-se à estonteante soma de \$ 90.000, com 320 homens trabalhando na construção do canal, chegando a um total de 800 para a conclusão da obra no verão de 1904.

Paralelamente a essa atividade intensa, outros investimentos eram feitos em equipamentos, maquinaria e rebanhos – todos facilitados pela chegada das ferrovias. Com um mês de formação do *Giro Agrícola* um trator "Cornish" foi comprado na Braniff's da Cidade do México pelo valor de \$ 1.710,20 com um adicional de frete de \$ 105,62. 764 novos bois de tração chegaram no rastro da formação da empresa por mais de \$ 22.000 e, logo depois, uma debulhadeira foi trazida de Irapuato no Bajío a um custo de \$ 3.202,61.

Espécies de gado leiteiro importado (Dorán e Holandês) foram

incorporadas ao rebanho, com bezerros descendo dos comboios por, em média, \$ 120 a cabeça e, em dois anos, eles abasteciam as fazendas com 1.300 litros de leite por semana. Importavam-se arados alemães e norte-americanos e os implementos eram desembarcados dos vagões juntamente com mulas e cavalos necessários para sua tração. Aqui, novamente, as evidências sugerem que tais investimentos obtiveram um retorno considerável. A colheita de milho de 1907 foi cinco vezes maior que as produzidas nos anos 90 do século anterior e a produção de trigo foi duplicada; além disso, um pomar de laranjas foi plantado e, em 1906, ele produzia 50.000 frutas por ano. Comparações anuais podem, é claro, ser enganadoras quando tratam de culturas como essas em tempos como aqueles, mas o panorama geral apresentado aqui não deixa margem para dúvidas: as propriedades dos García transformaram-se e modernizaram-se nos anos que se seguiram à chegada das estradas de ferro.

#### A HACIENDA: BARREIRA OU BASE DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Os exemplos citados acima sobre a grande propriedade mexicana como um empreendimento dinâmico podem ser estendidos para outras áreas e outras culturas agrícolas. As fazendas de açúcar de Morelos, como já se mencionou, foram transformadas em empresas de exploração intensiva dotadas de altos níveis de capitalização. Fazendas de pulque como Tapetates e Mazaquiahuc na área Apan de Tlaxcala e Hidalgo valeram-se de um meio ambiente pobre, favorável apenas à cultura do agave, e o trabalhador mexicano caiu no esquecimento. Em Yucatán outro meio adverso foi transformado pela grande propriedade – plantações em série de sisal, estradas de ferro de bitolas largas e uma multidão de moinhos de vento são tediosas testemunhas da maneira pela qual a hacienda acelerou o desenvolvimento agrário. Alhures, no norte do país, o algodão foi cultivado nos pântanos esquecidos de Laguna e, na fronteira com os Estados Unidos, grandes áreas foram

desbravadas e tornadas lucrativas<sup>24</sup>.

A importância dessas transformações não foram negligenciadas nem pelos revolucionários mais radicais: no calor da Revolução o próprio Zapata advertiu seus guerrilheiros para garantirem a produção de açúcar em Morelos; Pancho Villa manteve as fazendas confiscadas de Terrazas intactas; e, finalmente, o *agrarista* Presidente Cárdenas fez o possível para garantir a integridade das fazendas de algodão de Laguna e as propriedades produtoras de frutas e cereais de Nueva Lombardía em Michoacán como *ejidos* coletivos.

Considerando farta documentação, eu argumentei em outro trabalho que tais mudanças deveriam ser entendidas como determinantes da transição para o Capitalismo, atribuindo às haciendas todos os méritos por essa tendência: proprietários-empresários dedicados a aumentar a produção e a produtividade, lucros reinvestidos na infra-estrutura das propriedades e em tecnologia, a emergência gradual de um proletariado rural, ainda que (como em qualquer lugar no mundo da burguesia proprietária de terras) sujeito a uma cultura de autoritarismo paternalista, no entanto crescentemente livre, hierarquicamente organizado e pago regularmente em dinheiro<sup>25</sup>.

O propósito deste artigo foi cotejar essas transformações cruciais contra a tradição intelectual da *Leyenda Negra* e com muito do que é formulado pela historiografia mexicana moderna. A discussão não se dirigiu a questões sociais, como a pobreza e a distribuição de renda, mas ao significado econômico da grande propriedade. Duas conclusões podem ser extraídas desta análise.

Primeiramente, que o argumento liberal de que a hacienda seria a principal barreira para o desenvolvimento agrário do México é insustentável. De fato, toda a evidência disponível sugere o con-

---

<sup>24</sup> R. Rendon, Dos Haciendas Pulqueras en Tlaxcala, 1857-1884, México, 1990; M. Wasserman, Capitalists, Caciques, and Revolution, Chapel Hill, 1984; e A. Wells, Yucatán's Gilded Age, Albuquerque, N.M., 1985.

<sup>25</sup> S. Miller, "Mexican Junkers and Capitalist Haciendas, 1810-1910: the Arable Estate and the Transition to Capitalism between the Insurgence and Revolution", in Journal of Latin American Studies (22/2), 1990, pp. 229-64.

trário: a grande propriedade sobreviveu porque ela representava uma adaptação perfeita ao ambiente ecológico e histórico, disso resultando que ela foi capaz de promover a transição para o Capitalismo assim que as reais barreiras ao desenvolvimento (caos político e transporte proibitivamente caro) fossem removidas.

E, em segundo lugar, que o elemento escala desempenhou um papel importante nessa transição. No seio de tais condições adversas ficou claro que as estratégias bem sucedidas que foram empregadas por hacendados progressistas, como o desenvolvimento de sistemas de irrigação, o provisionamento de tropas de mulas para frete e a importação eventual de tecnologias caras do estrangeiro, foram todas possibilitadas pela estrutura e existência da grande propriedade. Exatamente da mesma maneira, como demonstra o retardo do desenvolvimento até os anos 50 deste século<sup>26</sup>, as perspectivas para os festejados “pequenos produtores”, panacéia dos liberais, pressupunham a pronta disponibilidade da irrigação por declive, um único trator ao invés de uma grande quantidade de animais para tração e o acesso a uma estrada vicinal com um caminhão. Quer dizer, é indubitavelmente evidente que tais unidades deveram seu sucesso mais à adaptação econômica do que a considerações sociais ou à forma das propriedades – mas essa é uma outra história.

---

<sup>26</sup> C. M. Castillo, “La Economía Agrícola en la Región de El Bajío”, in Problemas Agrícolas e Industriales de México, (8), 1965.

## SECA, MIGRAÇÃO E MORADIA: ONDE FICA A MULHER? INVISÍVEL?

*Deolinda de Sousa Ramalho*\*\*

“Uma das grandes contribuições do feminismo tem sido a profunda crítica e o desmascaramento dos suportes do paradigma dominante, que coloca os homens (ocidentais) como ponto de referência universal e que transforma as mulheres (e outros) em diferentes ou INVISÍVEIS” (Jelin, 1994: 125).

### CONTEXTUALIZAR É PRECISO

A situação de calamidade pública, verificada no Nordeste semi-árido, a cada período de seca, tem se tornado uma constante na vida da população residente nesta região. Este fenômeno tem afetado profundamente os pequenos produtores rurais – mais especificamente as mulheres – que sobrevivem de culturas de subsistência produzidas a cada ano.

Devido à frequência com que tem ocorrido a seca no Nordeste, esta sempre tem sido usada associada ao conjunto de problemas estruturais da área, servindo, portanto, de argumento para expli-

---

\* Este artigo foi escrito como parte integrante da pesquisa “A Urbanização no Estado da Paraíba e sua Relação com a Formação de Populações Periféricas: O Caso de Campina Grande – PB”, financiada pelo CNPq.

\*\* Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia; Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, Paraíba – Brasil.

car as causas das precárias condições de vida da população, desvinculando-se da questão social. É, todavia, a organização social e política da região que interfere de forma negativa no desenvolvimento do Nordeste. O problema está mais na base em que se assenta a agricultura do que nas irregularidades pluviométricas. Na presença de uma política bem dirigida, a seca poderá ser aceita como uma parte normal do clima e não como um evento extremo, um desastre, uma calamidade. Concorde-se com Maskrey (1994), quando afirma que desastre não é sinônimo de ameaça natural. Um desastre é um fenômeno eminentemente social.

Dada a fragilidade da economia regional, já que nenhuma medida de impacto tem sido tomada até o momento, com vista a mitigar a pobreza, o efeito acumulado devido ao fenômeno da seca, em termos econômicos e sociais, tem sido profundo, senão mesmo maior do que os grandes desastres como terremotos, erupções vulcânicas, etc., e reflete diretamente na área urbana. Sua ocorrência não provoca, no entanto, o impacto das grandes catástrofes, por se dar num contínuo e prolongado período sem chuva e numa degradação lenta de energia da população e da natureza.

Esgotadas as possibilidades de sobrevivência na área rural, tendo em vista a situação de extrema fragilidade econômica e social, a população pobre em geral utiliza como estratégia de sobrevivência a migração da família ou de alguns de seus membros. Visto que as cidades para onde tem se dirigido, mais recentemente, a maioria dos migrantes não possui estrutura adequada para absorvê-los, estas experimentam a cada dia o alargamento de suas áreas periféricas, resultado, em sua grande maioria, de ocupações ilegais, já que esta população está tão pobre que não pode alugar ou comprar uma casa ou barraco, respeitando as leis do mercado. O resultado tem sido o crescimento inusitado das favelas em cidades de médio e até mesmo pequeno porte.

Embora estudos sobre o êxodo rural no Nordeste, (Targino e Monte, 1988; Souza, 1987; Carvalho, 1990) não apontem a seca como fator de expulsão da população rural, devendo suas raízes ser buscadas no processo de modernização conservadora, pela qual vem passando a região, não se pode desprezar um fenômeno climático com as dimensões das grandes secas nordestinas, haja vis-

ta o impacto acumulado gerado por este fenômeno ao longo do tempo. Isso não quer dizer que o clima seja o fator principal das mudanças, pois a vida não é limitada pelo mundo das coisas.

Levantamentos oficiais e alguns estudos sobre favelas (Perlman, 1981; Gohn, 1985; Amman, 1991; Ramalho, 1993) têm verificado que grande parcela de seus moradores é migrantes rurais e que uma significativa percentagem das famílias residentes nestes locais são chefiada por mulheres. Todavia, as favelas têm sido vistas como um fenômeno essencialmente urbano. Partindo-se desta contradição, este trabalho tenta mostrar, utilizando-se em alguns momentos de informações empíricas da cidade de Campina Grande, a existência de uma interligação entre seca, migração e moradia, considerando-os como partes integrantes de um mesmo processo, afetando o rural e o urbano.

Esta mesma problemática tem sido levantada por Ridley-Leigh (1988) ao constatar que os trabalhos, que tratam de migração e favelas, apresentam forte bias urbano, considera-os como processos distintos, deixando de explicitar a ligação entre condicionantes migratório e expansão das favelas, e são, geralmente, orientados por uma perspectiva masculina.

Ao contrário do que se poderia pensar, a mulher tem tido uma participação ativa na mitigação da seca, no processo migratório e na luta pela moradia, sendo, até muitas vezes, mesmo na presença do seu companheiro, o centro da família. Além de se tratar da interligação entre seca, migração e moradia, neste trabalho a atenção se dirigirá, principalmente, para a identificação do específico de gênero neste processo.

Há necessidade de que a mulher sempre ativa, participativa, trabalhadora, mas "INVISÍVEL" seja vista com outros olhos. Ao invés de analisar-se a mulher como dependente, apática, obediente a normas e pressões, procura-se entendê-la como atriz capaz de manipular normas e estabelecer relações para seu próprio benefício e de sua família no contexto social mais amplo.

## A MULHER NA SECA

A seca no Nordeste que, sobretudo no último decênio, ocorreu com freqüência inusitada, desorganiza a economia agrícola e as próprias unidades familiares do semi-árido.

A mulher, pequena produtora rural, tem dado uma contribuição efetiva, através das tarefas que executa no seu cotidiano, nas unidades familiares de produção. Seu papel torna-se ainda mais importante em situações de seca, cabendo a ela, muitas vezes, assegurar a sua sobrevivência e a dos filhos, ao mesmo tempo que contribui para a preservação da pequena unidade produtiva<sup>1</sup>.

A partir deste contexto, pretende-se destacar a realidade da mulher rural trabalhadora. Tenta-se ilustrar a interação existente entre a esfera familiar e a esfera produtiva, já que a mulher não percebe o espaço de forma dicotômica, independente, mas de maneira articulada. Procura-se, desse modo, interpretar, chamar a atenção para suas práticas cotidianas, lutas e esperanças, destacando a importância da mão-de-obra feminina na pequena produção familiar, INVISÍVEL, raramente mensurada, e até por que não dizer: simbolicamente desprestigiada<sup>2</sup>.

O esforço de reconstrução fundamenta-se na necessidade de tornar VISÍVEL o papel da mulher, o que tem passado muitas vezes despercebido mesmo pela sociologia rural, sociologia do trabalho e outras áreas do conhecimento. Na realidade, um modelo de mulher permanentemente inativa parece ser totalmente falso no entanto, os conceitos e procedimentos metodológicos para medir o trabalho sempre ocultaram a contribuição feminina, principalmente quando elas exercem atividades informais, que permanecem INVISÍVEIS nas estatísticas oficiais.

---

<sup>1</sup> A mulher tem contribuído de várias formas para preservação da unidade produtiva. Neste caso específico, enquanto o homem emigra à procura de trabalho e de ganhos necessários à subsistência da família, a mulher fica em casa substituindo o marido e gerenciando a terra.

<sup>2</sup> Numa pesquisa realizada pela autora, no semi-árido paraibano, constatou-se que o fato de a mulher pobre trabalhar no roçado era percebido por ela própria e suas vizinhas como um sinal de desprestígio, de pobreza em relação a outras mulheres que poderiam, no dizer delas, se “dar ao luxo de não precisar ajudar o marido no roçado, porque ele podia pagar um trabalhador alugado”, prestígio este que se estende também ao homem.

Entre a população mais pobre, a mulher é, em regra, a responsável pela satisfação das necessidades da família e está consciente disso, mais na área urbana que na rural, chegando ao ponto de se considerar chefe de família, mesmo com a permanência do marido no lar. Dieter Bruhl, ao tratar desta questão, coloca-a nos seguintes termos:

“Embora, então, a importância da mulher para a totalidade do cotidiano da família rural pobre seja evidente, isto se materializa de fato numa posição importante na estrutura familiar somente após o processo de migração para a cidade, e é percebido também pelas mulheres entrevistadas. A experiência de que é o sexo feminino que “*salva*” a família na cidade, provoca o fato de que a vontade de autodefesa se transforma, passo a passo, em consciência sobre a importância da mulher para o cotidiano familiar: na cidade, as mulheres se percebem mais freqüentemente que no campo como chefes de família” (Bruhl, 1988; 38).

A partir de experiências vividas, participação em seminários, de dados qualitativos não sistemáticos, foi possível identificar dentro da categoria de pequenas produtoras rurais três tipos de mulher trabalhadora. No primeiro tipo, tem-se a mulher rural esposa que convive com o marido e os filhos na mesma unidade de produção, mas que, nem por isto, deixa de trabalhar no roçado e nas lidas da casa e que, nos tempos de seca, mesmo com a presença do marido no lar, engaja-se nas frentes de emergência, recebendo um mísero salário (inferior ao que é pago ao homem) para complementar a renda familiar.

O segundo tipo se refere à mulher trabalhadora rural chefe de família, que, por ser viúva ou separada, assume a totalidade das tarefas na unidade de produção, principalmente quando os filhos são ainda menores. Esta categoria de mulher, devido às dificuldades que enfrenta, é a mais propícia a emigrar para as cidades, principalmente na época das secas e quando não pode contar com a ajuda de parentes, a fim de ter acesso a mais recursos econômicos; neste caso, a migração surge como forma de garantia de sua sobrevivência material, embora haja uma vontade declarada de

permanecer na terra<sup>3</sup>.

Como resultado das secas constantes, pode-se ainda encontrar no semi-árido nordestino, um terceiro tipo de mulher trabalhadora, são as chamadas "*viúvas da seca*" que, mesmo casadas, ficam sozinhas, assumindo a responsabilidade de solucionar o problema da fome, prolongando sua jornada de trabalho, já que os homens saem para as mais diferentes partes do país à procura de trabalho. Abandonadas à própria sorte, gerenciando o lar, cuidando do que "*resta*", vendo os animais enfraquecidos morrendo de fome, sofrendo com os filhos, chorando por não ter o que comer, lutam com todas as forças, alimentam-se do que antes era imprestável para alimentação humana, organizam-se, formam verdadeiras romarias para pedir ajuda às autoridades da cidade mais próxima, chegando até a participar de saques nas feiras. Algumas, de vez em quando, recebem os trocados enviados pelo marido, outras são totalmente esquecidas e permanecem viúvas, mesmo com a chegada da chuva e o marido vivo.

De forma generalizada, pôde-se constatar a INVISIBILIDADE, a falta de percepção da atividade da mulher na pequena produção, principalmente para determinadas atividades que são tradicionalmente consideradas masculinas. Esta INVISIBILIDADE, é ainda mais, afetada pelos efeitos da presença do homem no lar que quase sempre anula a participação da mulher, mesmo quando muitas vezes é ela mais do que o homem, a provedora do lar.

A mulher trabalha há séculos na agricultura, embora como mostra Durhan (1983: 16):

"Todas as sociedades humanas conhecidas possuem uma divisão sexual do trabalho, uma diferenciação entre papéis femininos e masculinos que encontra na família sua manifestação privilegiada. É verdade que as formas dessa divisão sexual são extremamente variadas, assim como variam a extensão e rigidez da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e aquelas atribuídas às mulheres."

---

<sup>3</sup> Em uma pesquisa realizada na periferia de Campina Grande, encontra-se grande quantidade de mulheres viúvas, migrantes da área rural, que declararam terem vindo morar na cidade forçadas pelas circunstâncias.

Assim é que, dentro de um mesmo contexto social, se podem encontrar variações, como é o caso da limpa da terra onde, em algumas propriedades no nordeste, é feita só pelo homem; já em outras, a mulher também executa essa tarefa. Conforme o colocado acima, não há uma regra geral. Nas famílias, onde não existe a presença masculina, a mulher assume todas as tarefas no roçado, em todas as etapas e durante todo o ano, seja no período da seca ou do inverno.

Durante anos, acreditou-se numa suposta inatividade da mulher. Ela era vista como responsável pela reprodução, pelo cuidado da casa e dos filhos, exercendo uma condição marginal nas atividades produtivas. Assim é que, mesmo gerando renda na agricultura, passa totalmente INVISÍVEL dentro e fora da família.

Esta visão tem influenciado, diretamente, os grandes projetos de desenvolvimento rural, onde são visíveis formas específicas de discriminação próprias à condição de gênero. A mulher não tem voz, onde possa propor a construção de seus direitos, partindo, desde o acesso à terra, à inserção no mercado de trabalho e à incorporação em políticas agrícolas capazes de garantir dignamente a sua sobrevivência e a da sua família. Embora a mulher tenha seus direitos garantidos pela constituição, na prática, deixa muito a desejar pois *“não é minoria, mas continua lutando com a mesma dificuldade pelos seus direitos e pela sua cidadania”* (Pamplona, 1993: 41). O direito como ressaltado por (Minow, 1990: 9 citado por Jelin, 1994) *“não consegue resolver o significado da igualdade para aqueles definidos como diferentes pela sociedade”*.

No caso das famílias chefiadas por mulheres, estas são consideradas como formas incompletas ou marginais e não como alternativas de organização familiar. Os poucos e pequenos projetos, e nunca programas dirigidos à mulher, pretendem gerar rendas advindas de atividades marginais, esboçadas fora do circuito do mercado (Vicioso, 1991; Barrige e Wehkamp, 1994) influenciando a formação de relações de gênero, permanecendo a mulher numa situação de desigualdade em relação ao homem. Quando muito, os programas oferecem à mulher capacitação para tarefas determinadas, baseadas no papel tradicional. Sua produção normalmente é de pequeno valor, embora os animais que as mulheres criam

para alimentar a família e a roça doméstica contribuam significativamente no orçamento familiar. É preciso que seja concedido à mulher o direito de ser considerada responsável no interior da família e da unidade de produção, face aos órgãos fomentadores das políticas agrícolas e agrárias.

Torna-se premente, por parte dos que planejam o desenvolvimento e dos que desenvolvem programas para agricultura, uma maior capacitação ideológica, “em geral as relações de gênero não são percebidas como sendo socialmente construídas, mas concebidas, no plano da cultura, como sendo determinadas pela ordem da natureza” (Corrêa, 1994: 21). A visão, que esses planejadores possuem, está muito longe da imagem sobre a mulher e a produção, e corresponde, segundo Pineda (1991) à quase extinta mulher do Terceiro Mundo “*mantidos por um provedor auto-suficiente e cujo ócio improdutivo é necessário canalizar*”.

É preciso ver a mulher, considerando-a como sujeito ativo, entendendo seu verdadeiro papel na sociedade, para que sua atividade não seja tida como marginal ou complementar. Neste sentido, tem-se que tomar cuidado para não reforçar os papéis tradicionais da mulher para que esta possa ser incorporada como cidadã plena no processo de desenvolvimento. A mulher do semi-árido, “*da seca*”, até agora esquecida, INVISÍVEL, necessita ser ouvida. Ela deve decidir quais são suas reais necessidades, as mudanças devem-se dar a nível local. “Os programas de desenvolvimento rural, em particular, deveriam facilitar o acesso das mulheres aos recursos econômicos e aumentar a sua capacidade de tomar decisões em relação a assuntos que afetam a produção agrícola. (Sadick, 1993: 30).

## A MULHER NA MIGRAÇÃO

A mobilidade espacial de uma população é reflexo de um conjunto de variáveis sócio-econômicas e, muitas vezes, até políticas. São, portanto, as condições existentes na área rural nordestina, principalmente a concentração fundiária associada ao fenômeno da seca, que levam as pessoas desta região a migrarem. A esse

respeito, escreve Eduardo Machado:

“Como é amplamente conhecido, a seca duplica os efeitos de uma estrutura agrária excludente, afetando diferencialmente as categorias sociais, conforme o nível de capitalização de cada uma. Enquanto as categorias de proprietários capitalizados que possuem gado pode neutralizar os efeitos da seca, transportando cabeças para área onde estejam a salvo, ou então vendê-los, para obter liquidez, aqueles que não têm nenhum patrimônio são obrigados a fazer todo tipo de serviço para sobreviverem. Temida por todos que vivem da agricultura, a seca é ainda uma oportunidade de acumulação fundiária para alguns e um momento de desarticulação para outros” (Machado, 1990: 391).

Assim, no momento em que o pequeno proprietário vende a terra, o caminho é a emigração interpretada como um movimento em direção à proletarização, representa o envolvimento do migrante com o trabalho assalariado.

A principal e mais permanente rota dos migrantes nordestinos tem sido em direção ao sul do país. Estudos parciais realizados há pouco tempo no Nordeste (Coelho et alii, 1986; Scott, 1995; Amaral, 1993) revelam que, com o aguçamento da crise econômica dos últimos anos, têm ocorrido mudanças significativas no comportamento das correntes migratórias. A região Sudeste reduziu seu poder de atração, verifica-se a ocorrência de um fluxo migratório de retorno. A pobreza no Brasil inverteu a tradicional rota migratória dos nordestinos. Para cada nordestino que segue para o sul do país, principalmente São Paulo, estima-se que cinco estão fazendo o caminho de volta<sup>4</sup>. A Central de Triagem e Encaminha-

---

<sup>4</sup> Fim da década de sessenta e início de setenta representam o período mais dinâmico do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro que, por sua vez, provoca um movimento de urbanização, cuja característica principal se observa na concentração populacional em grandes metrópoles industriais. Neste mesmo tempo, se observa uma visível ampliação das desigualdades regionais. A região Sudeste, ao contrário do Nordeste, desponta, onde se destacam São Paulo e Rio de Janeiro como pólos atrativos de mão-de-obra. Hoje, devido à concentração da crise nos grandes espaços urbanos, a migração tem mudado sua rota, fala-se, inclusive, na presença de um provável movimento de migração de retorno para o Nordeste, como possível fenômeno da década de 90.

mento (CETREM) da Secretaria de Promoção Social de São Paulo, calcula que, na última década, houve um incremento médio de 20% a cada ano do número de nordestinos que pediram ajuda para voltar.

Dado tal processo, as cidades de porte médio, a exemplo de Campina Grande, têm experimentado um novo modelo de expansão urbana. Para se ter uma idéia deste processo, basta lembrar que, enquanto até o ano de 1979, Campina Grande contava com apenas três favelas, nove anos depois, já tinha 17 favelas e 253 cortiços, reunindo uma população aproximada de 70 mil habitantes. Atualmente a cidade conta com 28 favelas, 900 cortiços e cerca de 120 mil favelados.

Em uma pesquisa realizada pela autora, em favelas de Campina Grande, 76% das famílias entrevistadas eram migrantes; destas, 80% vinham de área rural; 30% das famílias eram submetidas a orientação de mulheres como chefes de família. Quando indagados sobre os motivos que as fizeram migrar, 52% alegam falta de trabalho no campo; a segunda principal causa da migração foi a venda da terra, devido à seca. Investigações também foram feitas acerca do papel da mulher neste processo e constatou-se que a mulher tem funcionado como uma forte incentivadora desses movimentos e é ela muito mais do que o homem que decide o lugar onde vai morar. Isto se deve, como ressaltado por Ridley-Leigh ao contato que esta mantém com os parentes que já migraram anteriormente, “*é a mulher migrante em potencial quem mobiliza os lugares de destino e determina assim, para qual dos possíveis lugares de destino a família vai migrar, e com quem vai ficar inicialmente*” (Ridley-Leigh, 1988: 214).

Geralmente parte-se do princípio de que os migrantes, como sujeitos ativos, são, na sua maioria, homens, já que as mulheres são consideradas elementos passivos, que migram apenas para acompanhar o marido ou a família.

Na realidade, as mulheres representam parcela considerável da população migrante rural, embora as diferenças do efeito da migração por sexo tenham sempre sido subestimadas. Além do fato de que não de se considerar, no estudo das migrações, não só

os que partem, mas também os que ficam. A migração tem um impacto considerável nos que não partem, em especial nas mulheres, sobre cujos ombros recai o grosso das responsabilidades, como já discutido anteriormente.

Estudos que enfocam as relações de gênero na migração – são poucas as pesquisas realizadas até o momento – (Ridley-Leigh, 1988; Scott, 1988; Scott, 1995; Bruhl, 1988; Silva, 1992) mostram que a visão de que a mulher migra para acompanhar o marido, de que não interfere na migração e de que está mais uma vez desempenhando um papel centrado na casa, está distante da realidade. Esta visão pode ser atribuída, em parte, aos modelos das ciências sociais que, até recentemente, tinham ignorado a participação da mulher na mudança social e política. O foco sobre o papel da mulher na migração poderá levantar críticas às já existentes teorias de migração e levar a uma desconstrução-reconstrução nestas teorias, desvendando de que maneira concepções ideológicas sobre esses grupos distorcem e mascaram a realidade. A migração acompanha a dissolução de estruturas sociais tradicionais, modificando o papel da mulher na sociedade; tem, portanto, implicações para programas de desenvolvimento e políticas relacionadas com a própria migração:

“A ênfase nos informantes masculinos possui um suporte ideológico respaldado na maneira como os papéis masculinos e femininos são conceitualizados. O homem é considerado o principal agente no processo de sobrevivência da família, situado na unidade de produção, “*na rua*”, o que lhe permite combinar trabalho e diversão fora da esfera conjugal sem perder a completa autoridade sobre ela. A mulher, por outro lado, é situada na unidade de consumo, “*em casa*”, onde é confinada ao papel doméstico ligado à produção e cuidado dos filhos, a quem não se confere um status equivalente ao do “*trabalhador*” homem. Ela é relegada a uma condição secundária, subordinada e passiva, já que é dependente do homem para segurança econômica e relações sociais (Ridley-Leigh, 1988: 210).

Há uma constante ausência na história das migrações do papel desempenhado pela mulher e parece até já ter como certa sua não participação neste processo. As diferenças entre os sexos, no que

se refere aos papéis sociais e econômicos, afetam a tomada de decisão de migrar, assumindo, de acordo com o contexto, feições próprias e diferenciadas, com implicações distintas, tanto para a sociedade, como para os indivíduos ou grupos sociais.

No Nordeste, a percentagem de mulheres que migram do campo para as cidades tem sido elevada, principalmente entre mulheres jovens solteiras<sup>5</sup>, uma vez que a economia rural oferece poucas oportunidades de emprego. Dada a facilidade de trabalharem como domésticas nos centros urbanos, as próprias famílias incentivam as suas mulheres a migrarem. Esta pode ser considerada também como uma estratégia criada pela família para a preservação da unidade de produção, visto que é entre as mulheres jovens e solteiras, muito mais que entre os homens, que se encontra um fluxo constante de remessas enviadas para os pais (Scott, 1986) ajudando as unidades domésticas a enfrentarem as intempéries da seca, da ausência de políticas agrícolas dirigidas ao pequeno produtor, existência de famílias numerosas e baixo rendimento do trabalho. Parry Scott tem chamado atenção para este aspecto, quando coloca que:

“... o fato inicial de migrar faz parte de uma estratégia da unidade doméstica no sentido de sua manutenção no local, especialmente quando a mesma tem acesso aos meios de produção doméstica... Em geral, pode-se afirmar que a saída de emigrantes individuais se integra a estratégias montadas pelas famílias nordestinas para ficar no nordeste, e que a “*migração para ficar*” é mais acentuada no campo, justamente onde as pressões expulsoras são mais atuantes (Scott, 1986: 102 e 103).

Os efeitos da migração feminina devem, portanto, ser considerados no contexto do desenvolvimento econômico e nas mudanças sociais. Avaliar a componente sexo na migração requer que se debreuce sobre seu impacto nas mudanças sociais (Sadik, 1993). Não

---

<sup>5</sup> Chama-se a atenção para o fato de que os benefícios econômicos da migração masculina não se traduzem, necessariamente, no envio de ajuda adequada às famílias que permanecem na unidade de produção.

se pode desprezar o peso que esta variável tem tido nos movimentos sociais, na expansão das favelas, na modificação dos agregados familiares, entre outras coisas, nas famílias chefiadas por mulheres e, por que não dizer, na construção da própria mulher como sujeito político consciente de seus direitos e deveres de cidadã.

## A MULHER NA MORADIA

O Brasil e recentemente também o Nordeste estão decididamente tornando-se mais urbanos. O campo está se despovoando. Nas grandes metrópoles, não há mais lugar para se morar. Apesar disso, as migrações campo-cidade continuam, e, na região semi-árida, se acentuam ainda mais no período das secas, transferindo a pobreza do campo para as cidades.

As conseqüências deste processo – seca, migração, elevado grau de urbanização – na presença de alta concentração de renda e da terra acarretam sérias dificuldades para homens e mulheres, sendo algumas dessas mais acentuadas para as últimas, como é o caso da moradia.

- O grau de urbanização da população brasileira que, em 1950, era de 36,2%, passa a 65,6% em 1980 e a 75,5% em 1991. As projeções populacionais apontam, que, até o ano 2000, a população brasileira, vivendo em áreas urbanas deverá ser de 136 milhões, o que representará 80% do total populacional (Taschner, 1992). No Nordeste, o grau de urbanização em 1980 era de 50,5%; em 1990, passa para 60,6%. Pela primeira vez, a taxa de crescimento da população rural nordestina foi negativa, com perda de mais de 550 mil pessoas. Campina Grande, algumas vezes já tomada como referência neste estudo, registrou, em 1991, um grau de urbanização da ordem de 94,2% (SEPLAN-IDEME, 1993), o que tem levado, de forma acentuada, a um processo crescente de “*periferização*”. Nestas áreas, as famílias pobres, chefiadas por mulheres, representam cerca de 28%; para o Brasil como um todo, a percentagem é de 30%.

Todavia, enquanto o crescimento urbano prossegue, a capacidade que as cidades têm de proporcionar oportunidades econômi-

cas e serviços às populações urbanas e migrantes está diminuindo. O resultado tem sido o aumento da pobreza, que se torna cada vez mais visível nas cidades. As favelas antes um fenômeno das metrópoles, hoje se fazem presentes no cenário das pequenas cidades.

Entre outros problemas, como a questão da educação e da saúde, a escassez de moradias constitui-se num dos principais desafios a serem enfrentados pela população de baixa renda. Seus efeitos são visíveis, haja visto o crescimento das invasões, o inchaço das favelas mais antigas, a multiplicação dos loteamentos clandestinos.

Na presença de um contexto de políticas urbanas marcada pela exclusão dos pobres e pela discriminação de gênero no acesso a bens e serviços, cabe a mulher encontrar modos específicos de assumir os desafios da sobrevivência, devido aos papéis a ela atribuídos na sociedade.

Visto que as mulheres não dispõem das mesmas condições que o homem para enfrentar os problemas da vida urbana, entre eles o da moradia, devido aos baixos salários auferidos, difícil acesso a empréstimos e despreparo para lidar com questões mais formais distantes do cotidiano sofrido pela maioria das mulheres, elas têm, em geral, lançado mão da invasão ou ocupação ilegal de terrenos, na grande maioria públicos, para solucionar o problema da moradia, onde, com a ajuda dos membros da família, constroem suas próprias casas<sup>6</sup>.

Assim é que, por volta dos anos setenta, influenciadas pela tendência à democratização, proliferam os chamados novos movimentos sociais urbanos, onde a mulher aparece como maior protagonista de alguns movimentos “*como extensão de seus tradicionais papéis femininos*” (Paoli, 1981: 115) que acontecem sobretudo no âmbito dos bairros, área ampla de intervenção feminina. Temas como ocupações de terreno, acesso à escola e a creches compuse-

---

<sup>6</sup> A invasão de terrenos na área urbana para construção da moradia não é uma ação específica das mulheres, o homem também tem participado deste movimento. Mas é na realidade a mulher que mais tem se utilizado desta estratégia. Mesmo nas famílias, onde o homem está presente, é a mulher quem em geral articula o movimento, toma a iniciativa de ocupar e, durante todo período de resistência, está presente, “vigiando o terreno dia e noite.”

ram a substância de grande parte dessas mobilizações.

Também, neste período, foram criadas associações como clube de mães, Comitê de Direitos Humanos, Associações de mulheres, etc. Vistas de dentro, essas são entidades com distintas conotações femininas; no entanto, não é assim que aparecem do exterior. A mulher tem permanecido INVISÍVEL nestes movimentos, não se têm considerado as especificidades dos diferentes atores, nem atentado para o cotidiano das relações que aí se efetivam:

“...de fato; a temática dos movimentos sociais praticamente não identifica o gênero de seus participantes, nem se pergunta sobre o caráter que o gênero imprime à participação, às práticas coletivas aos sentidos da ação”. (Jelin, 1987:11 citado por Paoli, 1991:107). “Freqüentemente, as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes.” (Lobo, 1991: 247).

À primeira vista, pode-se analisar a participação da mulher nas ocupações apenas pelo lado prático, a mulher torna-se “*proprietária*” da casa, conquista a moradia, no entanto, essa conquista transcende os limites econômicos. A participação da mulher nas ocupações faz parte de um conjunto maior de alterações que podem significar um avanço em relação a outros contextos, onde a mulher esteve confinada à casa. Ela começa a tornar-se “*gente*”, a convivência do direito vai-se formando (Corado, 1995).

A luta pela moradia não aparece na visão de Thompson (1979) de forma isolada, é fruto tanto de atividades próprias à ação humana, quanto de condicionamentos estruturais no interior de uma consciência organizada. Assim, a participação da mulher no movimento de ocupação se dá tendo, por trás, um conjunto de motivações que envolvem diferentes dimensões da vida; ela faz parte de uma rede de elementos, tanto de ordem econômica como política e, até mesmo, cultural. A inserção de mulher no espaço público é resultado de uma tomada de consciência: primeiro, de si mesma, enquanto pessoa e sujeito, e, depois, enquanto cidadã.

Neste sentido, concorda-se com Lobo (1992: 222) quando afirma:

“O projeto da casa própria é ao mesmo tempo uma solução para os problemas econômicos de sobrevivência e um mecanismo de construção de identidade: ter o seu lugar no mundo”.

Dentro da ideologia capitalista, o mercado é o elemento que une, que integra e que promove a igualdade entre todos (Santa Ana, 1993). Por isso, ter acesso ao mínimo de consumo numa sociedade regida por essa lógica significa ser parte do todo, “*ser gente*”. Dadas as desvantagens econômicas e até mesmo culturais, sofridas pela mulher em relação ao homem, a conquista do direito de moradia e de outros, através do mercado, torna-se, para mulher, um sonho distante.

Com base nas razões até aqui referidas, Fernandes (1991) propõe que se trate a questão da moradia do ponto de vista do gênero. Os programas de provisão de habitação devem reconhecer as dificuldades da mulher e oferecer alguns benefícios específicos, contribuindo para maior utilização dos recursos disponíveis, utilizando-se, para isto, da extraordinária capacidade de organização da mulher, no sentido de desenvolver soluções simples, criativas e socialmente aceitas:

“... a saída deverá ser buscada não na contraposição irreductível entre o discurso da igualdade e o discurso da diferença, mas na elaboração de um enfoque que defenda a questão da igualdade de direitos no contexto das relações sociais, onde são apresentadas e manifestadas as diferenças, inclusive as de poder e marginalização (Jelin, 1994: 128).”

Se, por um lado, este quadro revela o aspecto trágico com o qual a mulher tem convivido, por outro, a participação ativa da mulher na luta pela moradia e outros tipos de reivindicações contribuem para esta aprender e atuar nos espaços públicos, para despertar o poder público, no sentido de incorporar um tratamento mais adequado às questões de gênero. Por enquanto, muito do que precisa ser feito está a nível formal; a nível do discurso é necessário, no entanto, que se caracterize na prática. Concorda-se com Elizabeth Jelin e Silvia Pimentel quando colocam:

“... existe na vida cotidiana latino-americana uma distância enorme entre os direitos formalmente definidos e as práticas comuns (Jelin, 1994: 128). O direito apresenta-se como algo abstrato e “*super-estrutural*” tão distante do cotidiano sofrido da maioria das mulheres que estas não se motivam a lidar com ele. (Pimentel, 1995:143).”

### ONDE FICA A MULHER?

Apesar das abundantes provas de participação da mulher na sociedade, da saída em várias áreas da condição de INVISIBILIDADE, a mulher ainda não alcançou o seu lugar na sociedade e parece ter ganho mais obrigações do que conquistado benefícios. Há um longo caminho a percorrer.

A mulher, cada vez mais participa do mercado de trabalho entretanto, a grande maioria ainda está localizada nas ocupações de menor prestígio social e, geralmente recebe menor salário do que o homem, pela mesma atividade executada.

A INVISIBILIDADE do trabalho da mulher, ainda permanece nas atividades não remuneradas ou sub-remuneradas. Esta INVISIBILIDADE, é particularmente flagrante no caso das trabalhadoras rurais nordestina, cujas atividades estão basicamente voltadas para a subsistência alimentar imediata da família.

Um dos principais problemas de pequena produtora rural é sua INVISIBILIDADE no sindicato, no INCRA, nos bancos que preferem excluir as mulheres e negociar com os homens. Na área urbana esta mesma problemática se reflete em vários setores, como no caso do financiamento da casa própria, onde a mulher encontra uma série de barreiras para se integrar ao processo. Isto contribui e explica em parte, o nível acentuado de pobreza absoluta em que se encontra as famílias chefiadas por mulheres.

A mulher sempre trabalhou na agricultura, marcou presença nos grandes momentos da história, esteve presente no trabalho, na migração e nos movimentos sociais, mas não nas fontes pesquisadas, os conceitos e procedimentos metodológicos para medir o

trabalho da mulher sempre ocultaram a contribuição feminina. Embora alguns indícios de mudança já se possa visualizar neste aspecto, os estudos em geral ainda são orientados por uma perspectiva masculina.

É preciso tornar as atividades e relações sociais da mulher socialmente VISÍVEIS. Formas de pensamento não são biologicamente determinadas, mas culturalmente moldadas, o gênero não pode ser tratado como fato simples e natural. O lugar da mulher na sociedade não tem sido considerado a partir do que ela faz, mas do significado que sua atividade adquiriu através da interação social (Scott, 1988).

A forma pela qual se estruturam as relações sociais de gênero deve mudar para que diminuam as desigualdades econômicas e sociais. As relações sociais de gênero têm constituído até o presente uma cadeia de desigualdades que começa a nível micro e se estendem até o nível macro, como é o caso das políticas globais, e dos programas de desenvolvimento. Embora esses programas, nas últimas décadas passem a fazer referência a mulher, esta tem funcionado mais como um recurso econômico, não favorecendo a sua condição de sujeito; a mulher continua no mesmo lugar, não tem perspectiva de promoção. Nos programas de desenvolvimento rural são visíveis formas específicas de discriminação próprias a condição de gênero, a mulher não participa das tomadas de decisão, não tem voz, onde possa propor a construção de seus direitos.

Torna-se necessário que se deixe de pensar guiado pela masculinização do conhecimento, para que não se tenha uma visão distorcida da realidade. As análises devem ter como objetivo as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constróem (Lobo, 1991). A compreensão do homem e da mulher não pode se dar de forma isolada (Scott, 1988).

A realidade das relações entre homens e mulheres na sociedade brasileira não tem sido considerada em sua complexidade, é necessário analisar o papel desempenhado por homens e mulheres na sociedade como também à relação que existe entre eles e entre os diferentes grupos sociais, para compreender melhor a sociedade brasileira e seus impasses econômicos políticos e culturais.

“A diferença conceitual tem implicações importantes para o desenvolvimento de propostas de ação, que incrementem a participação de homens e mulheres na sociedade civil” (Abramovay, 1995: 213).

Seguindo este caminho, a mulher se tornará VISÍVEL, “gente”, cidadã, ao mesmo tempo em que se sairá do reducionismo que leva à destruição da diversidade. Neste sentido, é possível se aproximar mais do ideal de ciência.

#### BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Miriam (1995). Uma Conferência entre Colchetes. In: Estudos Feministas Vol. 3 n(1).
- AMARAL, Ana Elizabete Perrucci de (1993). Características Socioeconômicas e Culturais da Migração de Retorno para Pernambuco. Trabalho apresentado no II Encontro Regional da APIPSA. Recife. Julho.
- AMMAN, Safira Bezerra (1991). Movimento Popular de Bairro: De Frente para o Estado em Busca do Parlamento. São Paulo. Cortez.
- BARRIG, Maruja / Andy Wehkamp (eds) 1994. Engendering Development: Experiences in Gender and Development Planning. NOVIB.
- BRUHL, Dieter (1988) A Família Pobre na Mudança do Campo para a Cidade: Experiências Nordestinas. *Ciência e Cultura* 40(1) pg. 29-40.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de (1990). Discutindo Transformações Recentes e Novas Questões. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vol. 2
- COELHO, A. L. N. et alii (1986). O Poder de Atração e Fixação de Migrantes em Cidades de Porte Médio. In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- CORADO, Silvia (1995). O Papel Político da Mulher nas Ocupações de Terreno na Periferia de Campina Grande: O Cotidiano de uma Cidadania em Processo. Monografia.
- CORRÊA, Sonha (1994). Relações Desiguais de Gênero e Pobreza. Edição S. O. S. Corpo
- DURHAN, Eunice (1983). Família e Reprodução Humana. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Nº 3 São Paulo. Zahar Editora.
- FERNANDES, Marlene (1991). A Mulher e a Moradia. In: *Mulher e Políticas Públicas*. IBAM/UNICEF. Rio de Janeiro.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes (1985). A Força da Periferia. A Luta das Mulheres por Creches em São Paulo. Petrópolis. Vozes.

- JELIN, Elizabeth (1994). Mulher e Direitos Humanos. In: Estudos Feministas. Vol. 2 nº 3, pg.117-149.
- LOBO, Elizabeth Souza (1991). A Classe Operária Tem Dois Sexos. São Paulo. Brasiliense.
- MASKREY, Andrey (1994). Comunidad y Desastres in América Latina. Estrategias de Intervención. In: Conferencia Interamericana Sobre Reduccion Los Desastres Naturales. Cartagena de Indias. Colômbia.
- PAMPLONA, Consuelo (1993). Diferentes mas não Desiguais. Um Olhar Feminino Sobre a Revisão Constitucional. In: Proposta nº 57. FASE.
- PAOLI, Maria Célia (1991). As Ciências Sociais, Os Movimentos Sociais e a Questão de Gênero. In: Novos Estudos: CEBRAP, nº 31.
- PIMENTEL, Silvia (1995). Direito e Gênero: Uma Abordagem Latino-Americana. In: Giorgi et alii. Direito, Cidadania e Justiça. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.
- PINEDA, Magly (1991). Modificando os Termos: Educar para a Cooperação a Partir de uma Perspectiva de Gênero. In: Mulheres e Políticas Públicas. IBAM/UNICEF Rio de Janeiro.
- RAMALHO, Deolinda de Souza (1993). A Sociologia da Pobreza: Moradia, Direito e Identidade (Do Pobre). Relatório de Pesquisa CNPq. Mimeografado.
- RIDLEY, Leigh (1988). Mulheres na Migração: Redes de Parentesco como uma Estratégia de Sobrevivência. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Nº 26. Especial. Mulheres Hoje.
- SADIK, Nafis (1993). A Situação da População Mundial. FNUAP.
- SANTA-ANA, Julio de (1993). A Razão do Sistema: O Princípio da Exclusão. In: Tempo e Presença. CEDI nº 268.
- SEPLAN-IDEME (1993). Características do Crescimento Populacional na Terceira Região Geo-Administrativa do Estado da Paraíba (Indicadores Demográficos) Caderno nº 12.
- SCOTT, Joan Wallach (1988). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: Scott. Gender and the Politics of History. New York. Columbia University Press.
- SCOTT, Russel Parry (1985). O Retorno do Nordeste-Refúgio, Família e Reprodução. In: Anais do V Encontro da ABEP. São Paulo.
- SCOTT, Russel Parry (1986). Migrações Inter-Regionais e Estratégia Doméstica. In: Revista Brasileira de Estudos de População. Vol. 3 nº 1. Campinas – S.P.
- SCOTT, Russel Parry (1995). Estratégias Familiares de Emigração e Retorno no Nordeste. In: Travessia. Revista do Migrante. Nº 22. CEM. São Paulo.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes (1992). Destinos e Trajetórias de Cam-

- poneses Migrantes. In: Anais do VII Encontro Nacional de Estudos de População. Vol.3
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves (1987). Proletário e Migrante-Livre para Subordinação. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo.
- TARGINO, Ivan e Francisco Fernando Ribeiro Monte (1988). Evolução Recente de Mobilidade Espacial da População Paraibana. In: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais.
- TASCHNER, Suzane Pasternak (1992). Mudanças no Padrão de Urbanização: Novas Abordagem para a Década de 90. In: Espaços & Debates nº 36. São Paulo.
- THOMPSON, E. P. (1975). Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase – Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Editorial Crítica.
- VICIOSO, Chiqui (1991). Mulheres e Desenvolvimento: O que significa Ver a Mulher Como Sujeito. In: Mulher e Políticas Públicas. IBAM/UNICEF. Rio de Janeiro.

## REFLEXÕES EM TORNO DO MAMONISMO

*José Brendan Macdonald\**

A categoria social que chamarei de *mamonismo* foi objeto de observação pela primeira vez, que eu saiba, em termos de uma sistematização não apenas sapiencial, há 23 séculos por Aristóteles. Ele a chamava de *crematística*, termo que não permaneceu na história do pensamento, ao que parece em larga medida porque, pelo menos no tocante aos últimos séculos, o mamonismo, embora sem esse rótulo científico nem outro qualquer, é abertamente defendido, o que contraria a disposição contrária a ele por Aristóteles e muitos outros antes da Era Burguesa. Acontece que o mamonismo é o mais forte ingrediente da alma burguesa não obstante as restrições que a opinião pública (não sem ambigüidade) ainda hoje lhe faz.

Mas nós vivemos numa época muito mais privilegiada do que a de Aristóteles para fins de observação da presente matéria. O presente século, prestes a findar, é o mais mamonista de todos. A economia política, a filosofia econômica e outros ramos do saber têm muito a dizer a respeito.

O presente trabalho se divide em sete partes. As cinco primeiras são teses a respeito do conceito de mamonismo em si: a primeira procura definir o conceito, que, por ora diremos, se refere a uma atitude e comportamento que tem o acesso (propriedade) a

---

\* Professor do Departamento de Economia da UFPB – Campus I. Dr. em História pela UFPE.

bens materiais supérfluos como a manifestação social suprema da realização humana; a segunda dirá que a propensão para o mamonismo é tão antiga quanto a humanidade, e a realização dele, embora não tão velha, é muito antiga; a terceira atribuirá à discórdia – que ele inevitavelmente provoca – as censuras que a ele surgem; a quarta analisa a relação entre ele e o sagrado; a quinta considera o fenômeno do sacrifício como um valor e consequência dele. Na sexta parte veremos a relação entre ele e o fetichismo da mercadoria exposto por Marx; finalmente, na sétima parte, observaremos que, arraigado como está o mamonismo no ser humano em todas as épocas, em graus variados, qual será uma possível implicação disso para o futuro.

– 1 –

*Chamo de mamonismo a atitude e o comportamento humanos pelos quais a posse permanente de um montante de bens materiais superior àquele possuído por outros sujeitos sociais é tida como o sinal ou símbolo cabal do prestígio humano. Trata-se então de uma ideologia, de uma certa visão de mundo onde está implícita uma hierarquia de valores, ou melhor, uma fração de tal hierarquia, o que no caso dos mamonistas de maior dimensão significa o ápice dessa hierarquia. Mas o mamonismo é consequente para o próprio mamonista na medida em que ele passa de atitude a comportamento. Um favelado pode entreter devaneios sobre uma nova condição rockefelleriana sua, pode ser que sonhe com ser e até deseje no seu íntimo ser um rico burguês. Evidentemente ele é um mamonista a nível de intenções tão-só, isto pelo menos no tocante ao ponto máximo (e irrealizável) de seus desejos. Ele será mamonista de pequena dimensão quanto a boa parte do restante de seu comportamento. Comprará talvez roupas e outros bens de consumo mais caros, além do permitido por sua condição ou, quando muito, sentirá viva inveja de quem os tem.*

*Mamonista então é quem tem aqueles bens socialmente supérfluos como a evidência cabal da sociabilidade humana.<sup>1</sup> Para ele,*

---

<sup>1</sup> A sociabilidade aqui referida se reporta à convivência social, seja harmoniosa ou conflituosa.

*ter mais é ser mais.* Os mamonistas mais conseqüentes e ambiciosos prezam seu excesso de bens como garantia de respeito por seus semelhantes. Por respeito aqui entenda-se honra ou prestígio e, se possível, uma certa inveja. Como se vê, a prática do mamonismo é uma concorrência pelo *superfluo*. O desejo do indigente de adquirir um padrão minimamente suficiente para garantir a sua integridade física e psíquica em termos de moradia, alimentação, saúde e vestuário não é uma atitude mamonista. Mas o desejo de adquirir mais do que o padrão médio social do grupo do sujeito em questão, desde que se trate de um grupo com um padrão médio por si acima da satisfação das necessidades básicas e de modo que esse desejo reflita um apetite sempre inquieto, é uma atitude mamonista. Porém, não se confunda isto, por exemplo, com a atitude de um jovem universitário hoje, de origem de classe média baixa, que queira ser médico por amor a essa profissão (desejo de realização pessoal pela dedicação aos doentes, fascínio pelo estudo da biologia da química orgânica, etc.) Na medida em que sua aspiração vocacional seja pura, isto é, não sofra a influência da sedução por um futuro padrão material de vida mais elevado como móvel maior de sua opção, sua motivação não é mamonista. Trata-se de uma distinção não raro difícil na ordem prática mas nem por isso incompreensível na ordem conceitual.

A antítese clara do mamonismo é a atitude e comportamento da rara figura do austero monge ou do asceta. Pouquíssimos da atual sociedade de consumo desconhecem pelo menos uma pequena dimensão de mamonismo.

Para o mamonista de maior dimensão o enriquecimento, o engrandecimento da fortuna, é motivo para que seus semelhantes sintam verdadeira admiração por ele. Para outros o saber pode ser o motivo de respeito, prestígio ou admiração. Ainda para outros é o poder (qualidade social que dificilmente se desvincula do enriquecimento nos últimos séculos). Respeito, prestígio, admiração, eis tudo o que o nosso filho de Mamom espera de seus semelhantes. Quem são estes? São seus pares de fortuna, aqueles que têm

condições de aspirar a uma fortuna semelhante a dele se ainda não têm. Ou podem em certos casos abranger um universo maior, o resto “pobre” da humanidade nas raras ocasiões em que ele o repara com maior atenção. O mamonista certamente quer ser invejado também: convém-lhe que sempre haja pessoas que não se sintam plenamente realizadas justamente porque ele tem algo que elas não têm. Ele mesmo pode sentir também inveja de outros que têm uma quantidade ou qualidade de bens que ele não tem. O espírito mamonista, quando se apossa o bastante de alguém, não abre mão para trégua o sossego.

Sem dúvida, os critérios do supérfluo são historicamente variáveis, isto é, variam de sociedade para sociedade no tempo e no espaço. Mas não acredito que isso em si dificulte a compreensão do conceito de mamonismo.

– 2 –

Se assim conviermos o presente conceito, ninguém negará que se trata de uma ideologia e uma prática típicas da nossa sociedade de consumo de fins de milênio, de que pouquíssimas pessoas estão totalmente isentas. Seria um fenômeno, se não limitado a ela, pelo menos aos últimos séculos ou à Era Burguesa, a do mercado mundial. Todavia, quero demonstrar que, pelo contrário, a *propensão* para o mamonismo é universal, isto é, se encontra presente em todas as sociedades humanas do presente e do passado, muito embora em graus variados. É a **realização** dele se encontra presente, também em graus variados, desde os albores da própria *civilização* (sociedades com Estado, cidades, escrita, divisão social do trabalho, camadas sociais, etc.).

Mesmo no seu nível mais primitivo a sociedade humana não desconhece evidências de uma *propensão* universal para o mamonismo. Refiro-me à sociedade paleolítica, aquela dos povos de caçadores, pescadores e coletores, não praticantes portanto, por desconhecimento ou outros motivos, da agricultura. A este nível do desenvolvimento das forças produtivas, é evidentemente impossível alguém se imaginar um Rockefeller, um Fugger, um Midas, ou

sequer dono de um próspero rebanho de gado, pois o que os olhos não vêem o coração não sente.

Entre os Kung, povo de caçadores e coletores do Deserto do Kalahari da África austral, a troca de presentes (inclusive no seio de cada pequeno bando) é muito freqüente. A quase totalidade do modesto montante dos poucos e poucos bens de uso pessoal e boa parte dos instrumentos de trabalho de qualquer integrante de um bando desta etnia já pertenceram a outros integrantes e se destinarão futuramente como presentes a terceiros. Conversas sobre trocas de presentes são freqüentes entre eles. Como nota uma antropóloga que viveu entre eles: "Para os Kung é fácil, com suas capacidades de observação e memória visual altamente desenvolvidas, levarem em conta os objetos mais comuns, saberem quem são seus donos e conhecerem a história de cada troca de presentes".<sup>2</sup> Note-se porém: "Ninguém depende da aquisição de objetos através da troca de presentes", pois os adultos Kung de ambos os sexos são capazes de fazer absolutamente tudo de que precisam, e habitam um meio ambiente o suficientemente generoso para a satisfação de suas necessidades materiais segundo, claro, seus próprios padrões.<sup>3</sup>

O que motiva a constante troca de presentes entre os Kung é o intento de contornar tensões, invejas e ciúmes e de corroborar amizades e estima. Além do mais, os Kung não comerciam entre si, isto é, desconhecem o escambo, pois acham que é indigno, deslegante e uma possível fonte de mágoas. Ele é reservado apenas para com seus vizinhos bantus.<sup>4</sup> O sentido da propriedade privada é extremamente tênue entre eles. A atitude deles sobre o comércio (a troca calculada de bens úteis) e a troca de presentes são reflexos de uma ideologia de nivelamento econômico, de uma ideologia antimamonista. Tudo isso indica que eles percebem a possibilidade do surgimento de um mamonismo, que percebem uma propen-

---

<sup>2</sup> Lorna Marshall, "Sharing, talking, and giving: relief of social tensions among the Kung" {1961} em Richard B. Lee e Irven De Vore, organizadores, *Kalahari huntergatherers*, p.366, Harvard University Press, Cambridge Massachusetts e Londres, terceira impressão, 1982.

<sup>3</sup> *Idem*, p.367.

<sup>4</sup> *Idem*, p.365.

são sua para o mamonismo.

Podéramos fazer semelhantes citações de não poucas monografias que a literatura antropológica ao longo deste século tem dado à luz. Mas para o presente finalidade que baste dizer que tais observações poderiam ser feitas sobre todos os povos primitivos, tanto na etapa paleolítica (pré-agrícola) como na neolítica (agrícola – o que não descarta a coexistência da pesca e caça com uma u outra forma de lavoura e não raro pecuária também). Na sociedade paleolítica o consumo de um montante de bens notoriamente maior por uns em relação a outros seria pouco concebível num ambiente onde não existe, a não ser esporadicamente, um excedente econômico. Tal comportamento acarretaria a fome aos prejudicados e seria uma ameaça à sobrevivência física até mesmo do próprio grupo como um todo. Mesmo na sociedade neolítica, onde já existe um excedente, embora muito mais modesto do que aquele que aparece nas sociedades posteriores, a possibilidade da apropriação indébita de maior montante de bens por uns poucos às custas de outros é percebida como o fatídico ponto de partida de uma sociedade de ricos e pobres. Daí o surgimento de mecanismos da sociedade neolítica para minimizar o uso desigual do seu excedente. Como o reloteamento periódico das terras entre as famílias da aldeia, a redistribuição consensual do excedente mais generoso produzido por famílias de terrenos mais férteis e a prática da abreviação da jornada de trabalho da parte de famílias que têm um número de braços notavelmente acima da média das famílias da comunidade.<sup>5</sup>

Em suma, embora o mamonismo não consiga tomar corpo na sociedade primitiva, o seu possível surgimento é percebido pelo homem da Idade da Pedra. Tal surgimento é tido como fonte de riqueza e poder para uns e de pobreza e fraqueza para outros, é

---

<sup>5</sup> Por motivos que não posso expor aqui, vejo o excedente como um conceito válido apenas quando aplicado a comunidades humanas, e não a indivíduos isoladamente considerados. Sobre isto e sobre os mecanismos usados pela sociedade neolítica para contornar a distribuição desigual do excedente entre seus membros ver José Brendan Macdonald, "A questão do excedente na sociedade primitiva", *Revista de Cultura Vozes*, p.30-46, ano 80, nº. 8, outubro de 1986, Petrópolis, RJ.

daí mal visto e ideológica e praticamente inibido.<sup>6</sup> A sociedade primitiva – a única sociedade sem classes (ou sem ordens, castas, estamentos ou qualquer tipo de camada social) até hoje – é a sociedade antimamonista por excelência.

– 3 –

Podemos falar em *mamonismo triunfante* somente a partir da civilização. Se por progresso entendemos o crescente domínio do homem sobre a natureza, então é com a civilização que ele começa, aliado como ele é da ciência. Na Idade da Pedra os avanços no sentido foram mínimos, tanto que parece mais plausível falarmos nele só a partir da civilização. É até razoável especular que a origem da civilização – com a sua diferenciação entre mandantes e mandados, ou seja, entre, por um lado, planejadores e, portanto, os que têm menor acesso – nem sempre se encontre numa imposição pela força senão, em muitos casos, num relativo consentimento popular com a expectativa de se receber em troca um mais eficiente cultivo do progresso por uns poucos especialistas.

A abundância de bens que só a civilização tem podido garantir enseja um certo triunfo do mamonismo. Mas desde os primórdios da civilização, se há quem se fascina com a concorrência pelo supérfluo, há também quem desconfia dela ou até a condena. Mamonistas foram boa parte dos príncipes e de seus séquitos, ansiosos por tributos extraídos de seus pobres súditos e ainda motivados para a guerra não só pela glória militar mas também pela fome de botim e até de novos contribuintes. Sem isso o esplendor e a pompa do luxo principesco teria sido impossível. Impossível sabermos qual o seu peso entre as antigas aristocracias. Basta sabermos que eram muitos os aristocratas mamonistas de então, não obstante a veja antimamonista presente nas oficiais doutrinas re-

---

<sup>6</sup> A sociedade primitiva também percebeu a possibilidade do surgimento de um Estado antes que este existisse, e por motivos ideológicos que não cabe discutir aqui, tomou medidas contra ela. Ver a respeito o muito sugestivo livro de Pierre Clastres, *A sociedade contra o Estado, pesquisas de antropologia política* {1974}, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1978.

ligiosas mundo civilizado afora. Mamonistas de espírito havia no seio das populações também. A figura do pobre, que se alegra ao ver a pompa e o luxo de seus superiores na escala social, tão comum no mundo ainda nestes fins de milênio, é certamente tão antiga quanto a própria civilização.<sup>7</sup> E os mamonistas mais conseqüentes de todos, antes da Era Burguesa, foram os grandes comerciantes e, acima de tudo, os grandes agiotas ou prestamistas, estes os precursores dos modernos banqueiros.

Os adversários do mamonismo são, como já dissemos, tão antigos como a própria humanidade. Mas se o mamonismo chega a ser conseqüente somente a partir da civilização, é só então também que a oposição a ele se acentua. Disso não faltam indícios milenares em países tão diversos como a China, a Índia, o Egito e outros. Aristóteles condenava a *crematística chrematisitke*), ou arte de adquirir bens pela aquisição em si, que ele opunha à *economia (oikonomia)*, a legítima arte de organizar e zelar pelo uso dos bens pela família no seu lar (*oikos*). Ele condenava, daquela decorrente, a usura ou cobrança de juros, como antinatural,<sup>8</sup> como também

---

<sup>7</sup> Elucidativa a este respeito é a versão bíblica dos antecedentes da institucionalização da monarquia em Israel por exigência popular, tal como relatada no capítulo 8 do *Primeiro Livro de Samuel*, onde os israelitas, malgrado vigorosas advertências divinas sobre os inconvenientes da nova instituição, especialmente do ônus dos pesados tributos aos reis futuros, insistem em optar por ela. Todo esse suor e sacrifício em troca de um espetáculo de esplendor, pompa e vaidade. Trata-se de uma história atual, pois o pobre hoje ainda internaliza o pensamento burguês sobre a riqueza.

<sup>8</sup> A respeito de tudo isso ver Aristóteles, *A política*, Livro I, 1256a1 a 1258a38. Vale a pena lembrar que *Chremata* em grego significa bens ou dinheiro e que *chrematismos* é negócio. *Chrematistike*, palavra já existente na época e não criação de Aristóteles, tinha o significado de "a arte de lucrar, trocar bens, ganhar dinheiro". Neste sentido, ela não tem necessariamente o mesmo significado de *mamonismo*. Mas o modo de que Aristóteles a usa, ou seja, sua atitude para com esta "arte" faz com que seja o vocábulo de sentido mais próximo possível do nosso *mamonismo*, senão idêntico a ele.

Segue dessa obra um trecho onde ele evidencia uma abordagem psicológica ao fenômeno. É um bom exemplo também do seu espírito antiburguês, em certo sentido:

*A causa dessa disposição de espírito, que se pensa na vida e não na boa vida; e, sendo esse desejo ilimitado, procura-se multiplicar ao infinito os meios de o realizar. Há outros que, aspirando à boa vida, procuram também os prazeres do corpo, e parecendo que esses prazeres se firmam na aquisição de propriedade, outra coisa não fazem que dedicar-se aos negócios. E aí está como surgiu este outro ramo da ciência das riquezas (a crematística,*

Maomé, séculos depois, a condena como pecaminosa. Assim, o agiota, a personificação máxima do mamonismo das civilizações pré-burguesas, foi o grande alvo de notórias críticas de muitos homens pensantes – e das massas. Os profetas de Israel cultivaram uma lúbia violenta contra a ideologia e a práxis mamonistas. Jesus, e discípulos seus como Paulo de Tarso e Tiago, deram continuidade ao discurso antimamonista. Buda recomendou a todos os seus discípulos o desapego à riqueza e à propriedade.

Antimamonista também foi e é o homem comum de todas as sociedades civilizadas. Em muitos casos se trata de um antimamonismo radical, mas em muitos outros, talvez mais freqüentes, se trata de um antimamonismo entretido pelo mesmo homem comum que em outros momentos é profunda e fantasiosamente seduzido pelo mamonismo deslumbrante de seu príncipe ou de seu patrão milionário.

O progresso que a civilização trouxe nunca beneficiou a todos, senão a determinadas parcelas da sociedade. É uma lei (padrão, tendência universal) o progresso se propagar assimetricamente. Na sociedade civilizada – na de ricos e pobres – o maior domínio sobre a natureza é administrado pelos ricos e poderosos e, via de regra, eles preferem beneficiar as suas camadas sempre, ao passo que beneficiam as inferiores apenas em determinadas circunstâncias – quando estas surgem. Na civilização burguesa isso funciona não raro até automaticamente: as leis do mercado cuidam da distribuição, pois os benefícios do progresso aparecem quase sempre em forma de mercadoria, o que por si significa o consumo do progresso apenas de acordo com o poder aquisitivo.

O mamonismo pode trazer como efeito notável o progresso des-

---

*contraposta à economia}. Sendo extremamente variados os prazeres mundanos, procuram eles o meio de alcançar a abastança, que faculta os prazeres. E quando não podem obtê-los por meio dos negócios, tratam de obtê-los por outros meios, fazendo de todas suas faculdades um uso em desacordo com a natureza. Por exemplo, a coragem não se destina a proporcionar-nos os bens, porém deve dar-nos uma generosa audácia. A produção de bens não é o objeto da ciência militar nem o da medicina; são a vitória e a saúde. E no entanto faz-se de todas as profissões um caso de dinheiro, como se tal fosse o fim delas e tudo a ele devesse concorrer. (1257b40).*

ta maneira historicamente recorrente. O príncipe de aguçado espírito mamonista extraía impiedosamente tributos de seus súditos camponeses que se estafavam de sol a sol para que ele vivesse no luxo mais requintado que a época permitia, ou os arregimentava na entressafra para que, debaixo da chibata, construíssem pirâmides e outros colossais monumentos em homenagem a ele e sua linhagem. No século XIX os capitães de indústria dos países centrais e no século XX mormente os dos países periféricos têm extorquido jornadas maiores de 12 horas em troca de salários de fome para construir um progresso espetacular mas assimétrico. Na Era Burguesa, como nunca antes, graças ao alto desenvolvimento das forças produtivas combinado com o predomínio de relações de produção ditadas por uma nova classe, primeiro ascendente e depois dominante, que é a burguesia – calculista de custos e oportunidades de mercado, avaliadora do trabalhador como mais um “fator de produção” e impelida, queira ou não, pelas exigências da infatigável concorrência capitalista –, esta mesma nova classe presta homenagem a Mamom e impõe a sua ideologia e a sua lei. O seu móvel é o lucro. Tanto os apologistas como os adversários do sistema burguês estão de acordo com isto. Muito mais do que o clássico senhor do mundo outrora, o valente príncipe ávido de glória militar, o burguês almeja o lucro, até sofregamente. Aquele tinha que render homenagem à religião – cristã, islâmica, hindu ou outra – que tinha fortes elementos antimamonistas. (Até onde ele valorizava isso pessoalmente é outra questão. O importante a frisar é que a sua época lhe impunha uma forte pressão ideológica). Os ídolos deste (do burguês) – não obstante o discurso paternalista ou até mesmo um tanto antimamonista que tem que pronunciar em certas ocasiões para o público externo – são a filosofia de mestres como Maquiavel, Locke, Smith, etc., para quem as boas intenções não se casam com a felicidade geral.

A oposição ao mamonismo em qualquer época e qualquer sociedade deve-se basicamente ao fato de que ele é fonte de *discórdia*. Na Idade da Pedra Lascada (antes da descoberta da agricultura) o seu triunfo teria desembocado na extinção física geral. Na época neolítica a tolerância dele provocaria a divisão entre pobres e ricos, isto é, o surgimento da estratificação social. Sabemos que é

efetivamente isto o que ocorreu após milênios de resistência, pois surgiu a civilização. Com ela se vê pela primeira vez que uma minoria vive com a cornucópia ao passo que a maioria vive com uma relativa carência material que varia entre uma tenuidade bastante confortável e um estado de privação infernal. É perceptível também – muito embora poucos cheguem a decifrar tão desagradável verdade – que há uma relação causal que permeia a dicotomia riqueza/pobreza: a riqueza dos poucos é a causa da pobreza dos muitos, são as duas faces da mesma moeda. Mas esta exploração, percebida como tal ou não,<sup>9</sup> é tolerada justamente porque se espera que através dela e em troca dela o rico devolva ao pobre a sua proteção e outros benefícios e ainda o glorioso espetáculo de sua pompa.

O mamonismo também é fonte de discórdia entre seus próprios adeptos. Às vésperas do terceiro milênio, quando o mamonismo é simultaneamente causa e efeito de um padrão de vida e de uma cultura do cotidiano antes inauditos, o homem comum se apega a ele como nunca antes, pois agora ele faz parte dos 15% da humanidade que se enquadram de fato neste padrão consumista, e quando não faz parte dele, ele nutre a esperança de alcançá-lo um dia ou, mais realista, apenas se permite alguns devaneios a respeito, o que os meios de comunicação, as loterias, etc. não deixam de lhe ocasionar constantemente. Entre os 15% que têm, a corrida interminável atrás do supérfluo que o consumismo lhes propõe (se é que não se deve dizer que lhes impõe) lhes proporciona uma insatisfação e vazio emocional, pois a lógica do consumismo (forçosamente orquestrada para não ter fim e ela é incapaz de satisfazer algo que ultrapasse as exigências do material, do visual.

---

<sup>9</sup> A consciência da exploração do homem pelo homem, ou, exatamente, do pobre pelo rico, foi a causa de inúmeras revoltas camponesas ao longo da história universal. Em 1381, por exemplo, durante um levante em que camponeses ingleses, inspirados na doutrina teológica de Wycliffe e convictos da igualdade entre os homens dos primórdios da sociedade humana, entoavam os versos: “Quando Adão cavava e Eva tecia/ onde estava o nobre?” Impressionante é que os camponeses alemães de inspiração anabatista no século XVI, talvez por influência da propagação de idéias Wycliffianas na Boêmia por Huss mais de um século antes, entoaram os mesmos versos nas suas batalhas contra a nobreza. Ver André Maurois, *Histoire d'Angleterre*, p.246, Artheme Fayard et Cie, Paris, 1937 e Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade* {1975}, p.187, Paz e Terra, Rio de Janeiro, terceira edição, 1991.

Entre os que não têm, o espírito mamonista ao contagiá-los, tampouco desconhece frustrações e desesperanças. Pois almejar ter mais para ser mais quando isto é impossível jamais poderá oferecer consolo.

A discórdia que ocorre entre os filhos de Mamom mais ilustres, os megacapitalistas dos últimos tempos, é maior ainda. Como sentença o economista Franz Hinkelammert: o empresário vale só quanto e enquanto tem. No século passado ele empregava métodos até sanguinários e de pirataria contra seus concorrentes. Estes, sendo do mesmo porte dele hoje em pleno capitalismo monopolista (era dos oligopólios transnacionais) não são mais enfrentados assim, mas nem por isso a discórdia desaparece. Ela apenas inventa um *modus vivendi*, e a tensão da infundável concorrência permanece.

Em suma, onde quer que conheça um triunfo maior ou menor, o mamonismo gera discórdia. Discórdia entre os que não têm, pois sentem-se fraudados (conscientemente ou não) pela crueldade dos ricos e poderosos que impiedosamente lhes extraem um excedente sem descanso ou, em certos casos, porque sonham com ter aquilo que jamais poderão ter. Discórdia entre os que não têm, pois, por mais que tenham, sempre querem ter mais ainda, já que nunca lhes faltará à imaginação o próximo que terá algo que eles ainda não têm mas que deveriam ter. Pois o ter mais e sempre mais é a garantia do status a que eles julgam soberbamente ter jus.<sup>10</sup>

– 4 –

O mamonismo sempre tem como referência o sagrado. O homem tem como sagrado aquilo que julga como além da sua com-

---

<sup>10</sup> A este respeito escreveu Paulo de Tarso há quase dois milênios atrás: “Porém os que querem ficar ricos caem na tentação e na armadilha de muitos desejos tolos e maus, que levam o homem para a desgraça e a destruição. Porque o amor ao dinheiro é fonte de todos os tipos de males. E alguns, por quererem tanto o dinheiro, (...) encheram sua vida de sofrimentos”. Da *Primeira carta a Timóteo*, capítulo 6, versículos 9-10.

“O amor ao dinheiro é fonte de todos os tipos de males” já era provérbio internacional da época, o que significa que também fazia parte de outras tradições além da judaico-cristã.

preensão, bom e inquestionável. O sagrado é tido como o *sobrenatural*, isto é, aquilo que está *além* da *natureza* tal qual captada pelo intelecto humano, aquilo que não é possível compreender plena ou satisfatoriamente. O sagrado é bom, opera em favor da verdade e do bem, mesmo que o sujeitos humanos nem sempre consigam entender-lhe os desígnios. Daí ele exige a *fé* dos homens. Trata-se de algo além de todo questionamento.

O conceito de sagrado é tradicionalmente associado ao de religião, por sua vez tão associado ao de encantamento do mundo. Mas mesmo que se aceite a (dúbia) premissa de que a religião neste sentido restrito está em declínio irreversível hoje, num sentido menos tradicional do termo, ela está viva, tão viva como sempre foi. Marx fala na “religião da vida cotidiana” ou na “religião econômica” cultivada pelo *businessman* moderno. Este tem uma fé no dinheiro, no capital, no lucro e nas leis do mercado não menos vacilantes que a dos mártires cristãos que enfrentavam as garras dos leões nos anfiteatros do império romano.<sup>11</sup> Além do mais, a onipresença das instituições do atual sistema econômico – a mercantilização e monetarização de um número cada vez maior de transações humanas, a bolsa de valores, o cartão de crédito, os bombardeios diuturnos de todo tipo de propaganda comercial a respeito de tudo desde o feijão até o sexo pelo telefone, o talão de cheques, etc. – faz com que a vida do homem comum, permeada por elas, as respeite e até as valorize como fatos corriqueiros e imprescindíveis da vida.

Se a práxis econômica burguesa é mais uma religião, convém notas que ela tem também todo um discurso teológico seu. Afinal, toda religião exige uma teologia ou sistematização dos conhecimentos sobre o seu deus ou deuses. A este respeito, Hugo Assmann se refere ao “desvendamento de uma, implícita ou explícita, ‘fala de Deus’ (*god-talk*) na economia. Teologia é isso: a refle-

---

<sup>11</sup> “A existência monetária das mercadorias em papel é de natureza apenas social. É a fé que salva. A fé no valor monetário – o espírito imanente das mercadorias –, a fé no modo de produção e na sua ordem predestinada, a fé nos agentes privados da produção, meras personificações do capital que se valoriza”. Karl Marx, *O capital* {1894}, Livro III, p. 679, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

xão, em níveis diversificados de elaboração, sobre os deuses (e os demônios) nos quais os homens, de uma ou outra forma, acreditam e com os quais presumem ter diferentes graus de contato na história”.<sup>12</sup> Como toda teologia, a da religião econômica tem seus dogmas e até mistérios. Um dos mais evidentes deles, e mais celebrados até hoje, é o da famosa mão invisível de Adam Smith. Escrevendo com uma euforia risonha, diz Smith:

Preferindo o apoio da indústria nacional à estrangeira, ele {o investidor} visa só a sua própria segurança. Direcionando essa indústria de uma maneira tal que seu produto tenha o maior valor possível, ele visa somente ao seu próprio ganho, e neste caso, como em tantos outros, ele é conduzido por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte absolutamente de seu intento. E nem sempre a sociedade tira prejuízo disso. Perseguindo seu próprio interesse, ele não raro promove o da sociedade mais eficazmente do que quando realmente pretende promovê-lo. Eu jamais soube de grande bem proveniente daqueles que se meteram no comércio pelo bem público. De fato se trata de uma afetação, não muito comum entre os comerciantes, e pouquíssimas palavras precisariam ter empregadas para dissuadi-los de tal intento.<sup>13</sup>

Não obstante o secular apego liberal (e agora “neoliberal”) a este suposto equilíbrio automático e natural do mercado, o século XX conhece maciças intervenções dos governos na economia. Apesar da intransigente retórica nesse sentido que diz que é preciso sempre uma mais livre atuação do mercado – livre da intervenção do Estado –, os governos gastam trilhões de dólares com seus orçamentos, não só para gastos sociais (em última instância para contornar descontentamento social, pois estes gastos existem unicamente em razão da pressão popular) mas também para comprar armas, manter sua máquina burocrática e até dar subsídios a empresários. Sem isso o edifício social e econômico desmoronaria. O

---

<sup>12</sup> Hugo Assmann e Franz Hinkelammert, *A Idolatria do mercado*, p. 10-11, Edições Paulinas, São Paulo, 1989. O “enredo” deste grande ensaio é de Assmann. Os escritos de Hinkelammert inseridos no livro, embora bastante pertinentes, são complementares.

<sup>13</sup> Adam Smith, *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations* {1776}, p. 477-478, University of Chicago Press, Chicago, 1976.

dogma da mão invisível, do equilíbrio espontâneo da demanda e da oferta, é um mistério. O mercado de fato pode funcionar livre ou espontaneamente, mas a médio, ou mesmo a curto, prazo isto não acarreta o equilíbrio, quanto mais num sistema onde a crise é a regra, não a exceção. Mas nem por isso deixa de fazer parte do credo da religião econômica da maior parte da burguesia, inclusive com uma ressurgente euforia nos últimos anos. É tudo isso com as roupagens de uma certa cientificidade.

Outro conceito teológico da religião econômica (que tem muito a ver com o mistério da mão invisível) é o da racionalidade. Para Max Weber a racionalidade se refere a comportamentos que visam na atividade econômica a determinado fim ou plano.<sup>14</sup> Mas, especificamente na sociedade burguesa, onde o mamonismo tende a penetrar de forma crescente e interminável a vida social, racional é toda atividade que vise a acumulação de capital. Não há outro comportamento que se deve priorizar. Só a acumulação construirá a felicidade dos aptos.<sup>15</sup> Mas como, através de quem? A este respeito diz Hugo Assmann:

“A ‘racionalidade econômica’ reside basicamente nos indivíduos. É fundamental reter este aspecto, porque se liga diretamente ao conceito de ‘liberdade econômica’ e propriedade privada. É no âmbito da ‘racionalidade’ subjetiva que ela é santificada. Mas essa ‘racionalidade’ não deve ser confundida, sem mais, com consciência. Pode até ser considerada na linha do ‘servo arbítrio’ (de Lutero). Servo de que? É aí que se dá um salto de uma teologização a outra. A ‘racionalidade’ é atribuída também a algo que está fora dos indivíduos: o mecanismo da competitividade. A ‘racionalidade econômica’ é esse conjunto: a ‘racionalidade’ subjetiva dos indivíduos (proprietários) governada pelos ‘imperativos da racionalidade econômica’, que derivam do mecanismo (divinizado) da concorrência.

---

<sup>14</sup> Max Weber, *Economia y sociedad* {1922}, p. 46. Fondo de Cultura Económica, México, primeira reimpressão, 1969.

<sup>15</sup> Segundo Francis Fukuyama, tudo isso deve desembocar em consumismo, fruto da magia do mercado e dos “milagres econômicos” (outra metáfora mágico-religiosa), um dos maiores benefícios da sociedade atual. Ver o seu *The end of history and the last man*, Macmillan, Inc, Nova York, 1992. Há uma edição brasileira também.

Como se pode ver, **um constructo teológico fantástico.**"<sup>16</sup>

– 5 –

Como toda religião, a religião econômica exige sacrifícios. Mesmo antes da Era Burguesa, quando a religião econômica, ainda embrionária ou subdesenvolvida, era a confissão apenas dos grandes agiotas e prestamistas e outros ímpios refratários frente ao evangelho – cristão, hindu ou outro – da fraternidade humana, e portanto desprezada pela ideologia oficial e pela opinião pública, ela, com seus poucos adeptos, exigia audazmente sacrifícios. Em contraste com a antiga filosofia que exaltava o valor de uso dos bens, a religião econômica, quanto mais quando nos últimos séculos ela rompe as amarras do antigo humanismo, anuncia o sacrifício do homem comum, ou não-proprietário, “em altares de uma exterior compulsão total”.<sup>17</sup>

Na religião o sacrifício é feito como uma troca de favores com o céu. O homem religioso oferece sacrifícios como um gesto de gratidão ou louvor por benefícios conseguidos, ou então – e aqui surge o que se revela às vezes como o lado instrumental, interesseiro ou mesquinho da religião – como antecipação de favores a alcançar. Exemplo do primeiro tipo de sacrifício é o voto feito em uma missa como reconhecimento de “uma graça alcançada”. O segundo tipo pode ser exemplificado pela promessa de se construir um templo assim que se consume uma vitória militar ou que se arrefeça uma tempestade ameaçadora.

O progresso que a humanidade conhece a partir da acumulação de capital iniciada no século XV exige constantemente sacrifícios do segundo tipo. Nos albores dessa acumulação as novas potências marítimas do Atlântico Norte lançaram um assalto mamonista, nunca antes visto nos anais da histórica universal, aos

---

<sup>16</sup> H. Assmann, *op. cit.*, p. 151. A ênfase é de Assmann.

<sup>17</sup> Karl Marx, *Formaciones económicas precapitalistas* {1939}, p. 136, Editorial Ayuso, Madrid, 1975.

povos europeus do mundo. O tráfico negreiro ceifou milhões de vidas prematuramente nas *plantations* e minas das Américas e pela *encomienda* os conquistadores espanhóis extraíram a ferro e fogo pesados tributos a milhões de ameríndios. Havia na mesma época também a exploração do próprio homem branco pelo homem branco: milhões de camponeses na Europa foram expulsos de suas propriedades e posses ante a devastação infligida por aventureiros, esses novos discípulos de Mamon, apoiados passiva e ativamente pelas autoridades constituídas, ávidos de novas terras aonde impor a pecuária, a silvicultura e outras atividades provocadas pelo nascente e promissor mercado mundial. Depois veio a Revolução Industrial a chupar o sangue e o suor de legiões de homens, mulheres e crianças com estafantes jornadas e salários de fome. Este processo está longe de terminado, pois, mesmo reconhecendo o arrancamento de concessões para os assalariados dos países centrais hoje (o que não significa que para eles não haja novas e importantes conquistas a fazer), ainda persistem os salários e as condições de trabalho subumanos dos muito mais numerosos trabalhadores dos países periféricos. Aliás, aqui o processo de expulsões de camponeses também está longe de encerrado.

Repetimos: trata-se do segundo tipo de sacrifício, ou seja, de um gesto de generosidade para *depois* se obter uma bênção do céu. Esta bênção se chama progresso e sua manifestação a acumulação de lucros. O sujeito do sacrifício é o capitalista. É ele quem pensa, quem planeja, administra, dá ordens, contrata e despede mão-de-obra, compra insumos, etc. O objeto dele – o sacrificado – é, segundo opinião corrente, também o próprio capitalista<sup>18</sup> e ainda,

---

<sup>18</sup> Já em meados do século passado o economista inglês Nassau Senior dizia que o lucro provém do trabalho do capitalista e os juros de sua ascese ou abstinência. Ver sobre isso Karl Marx, *O capital*, Livro I {1867}, p. 258, nota 33, Civilização Brasileira, 1968.

Ainda não faltam recursos para a apologia liberal do empresário oligopolista. Ele é quem sabe o que é que o consumidor precisa, ele se “sacrifica” com os (infelizes) encargos sociais que os governos, pressionados pelos sindicatos trabalhistas, impõem, ele ocorre todos os riscos típicos do investidor (o que não deixa de ensejar sacrifícios) e daí merece generosos proventos, etc.

A imposição de rigorosas contenções salariais aos países periféricos pelo Fundo Monetário Internacional nas últimas décadas, tanto nos países onde há inflação galopante como naqueles onde ela é drasticamente contida e onde os salários são de qualquer maneira cronicamente insuficientes para os trabalhadores, para não dizermos subumanos para a grande maioria deles, é

concede-se, o trabalhador. No início da expansão marítima da Europa e portanto do mercado mundial, teólogos católicos e protestantes debatiam sobre a possível condição humana do negro e do ameríndio. Hoje já não se nega publicamente a dignidade de *todas* as pessoas, pois a pregação setecentista a favor da liberdade e igualdade universais, muito embora nunca tivesse pretensões de verdadeira universalidade, deparou-se com novas e imprevistas circunstâncias históricas (que não cabe analisar aqui) que obrigaram a burguesia a fazer concessões formais ao homem comum, mormente nos países centrais.

Ora, se o capitalista é também objeto do sacrifício, deduz-se que tem o direito de participar da graça a alcançar, uma vez que esta seja de fato alcançada. E o trabalhador? Aqui o discurso liberal não consegue explicar o fruto colhido para este. No seu íntimo o megacapitalista de hoje não diverge dos primeiros desbravadores do mercado mundial. O trabalhador – até mesmo que seja branco e fale inglês – é o mais apto a pagar o sacrifício. Não há progresso sem sacrifício, não há glória sem luta. Existem exemplos históricos de religiões que ofertavam sacrifícios humanos. Os aztecas sacrificavam prisioneiros de guerra em elaborados rituais. Muitos cananeus ofertavam seus próprios filhos ao deus Moloc. A concorrência, fruto de acumulação de capital, não permite trégua. Ela exige sacrifícios. Quando muito, um capitalista pode chorar a imolação de seus pobres trabalhadores. Mas o progresso é exigente. E Moloc é um deus ciumento.

Não sem um toque poético, comentou no século passado para os alunos de uma escola dominical de instrução religiosa um dos maiores empresários da história, John D. Rockefeller: “A rosa American Beauty só pode ser cultivada de modo a atingir o máximo esplendor e fragrância que dão grande alegria a quem a apreciar, se os primeiros botões que nascem ao seu redor forem sacrificados”. Comentário de John Kenneth Galbraith: “Os mesmos sacrifícios ocorriam no mundo dos negócios e justificavam *pro tanto* o esplendor de um Rockefeller.” Continua John D. Rockefeller: “Essa não é entretanto uma tendência maléfica dos negócios. É

---

uma prova viva de que o homem comum, o trabalhador, é o grande sacrificado.

apenas a execução de uma lei da Natureza e de uma lei de Deus”.

A respeito destes comentários divinamente iluminados de Rockefeller, como também de exemplos tirados propriamente de economistas contemporâneos nossos, comentou Júlio de Santa Ana: “Ao exigir o sacrifício a economia política burguesa confirma sua natureza religiosa”.<sup>19</sup>

– 6 –

Qual a relação entre nosso conceito de mamonismo e o conceito marxiano de fetichismo?

Não podemos dar um tratamento cabal aqui ao complexo tema do fetichismo. Que baste fazermos aqui aqueles comentários indispensáveis para uma compreensão mínima do conceito para depois compará-lo com o de mamonismo.<sup>20</sup>

Marx observou que as mercadorias são “coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos”.<sup>21</sup> É o seu aspecto imperceptível, o seu caráter social, e não material, que engana as pessoas. “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação

<sup>19</sup> Para as citações textuais de Rockefeller e os comentários do próprio Galbraith, ver J. K. Galbraith, *A era da incerteza* {1977}, p. 40-41, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, segunda edição revista, 1980.

Entretanto vale frisar que tomamos conhecimento das citações tanto de Rockefeller como de Galbraith através de Júlio de Santa Ana, *O amor e as paixões*, p. 76, Editora Santuário, Aparecida. SP, 1989. Dali foi tirado também, claro, o comentário de Santa Ana.

<sup>20</sup> Como nota Norman Geras, o fetichismo é uma categoria muito promissora, vinculado como está a temas como alienação e ideologia. Ver Norman Geras, “Marx and the critique of political economy”, em R. Blackburn (org.), *Ideology and social science*, p. 284-305, Pantheon Books, Nova York, 1972. Geras aqui se refere à ideologia como falsa consciência. Nós porém não a usamos neste artigo (ou, pelo menos, não necessariamente) neste sentido restrito. A ideologia para nós é, no sentido lato, visão de mundo, a compreensão da sociedade humana: como ela funciona, para que, respeitando que regras, etc. A ideologia define também portanto o que é possível ou não, desejável ou não. Ela é tanto lógica como normativa.

No sentido restrito de falsa consciência podemos observar que, para nós, quem pensa e/ou age ideologicamente é somente nosso adversário ou foi influenciado pelo pensamento dele (quem o internalizou), o que vem a ser a mesma coisa.

<sup>21</sup> Karl Marx, *O capital*, Livro I, p. 81.

entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos de mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo,... {o que} é inseparável do mundo das mercadorias”.<sup>22</sup> Como os mercantilistas se enganaram ao atribuírem aos metais nobres em si a geração de relações sócio-econômicas entre os homens, e os fisiocratas ao atribuírem a da renda da terra ao solo, os economistas modernos erram ao considerarem o capital como dotado de semelhantes poderes mágicos.<sup>23</sup> Ou ainda:

A polêmica monótona e estulta sobre o papel da natureza na criação do valor-de-troca, além de outros fatos, demonstra que uma parte dos economistas está iludida pelo fetichismo dominante no mundo das mercadorias ou pela aparência material que encobre as características sociais do trabalho. Sendo o valor-de-troca uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais elementos materiais da natureza do que uma cotação de câmbio.<sup>24</sup>

Mas para o homem de hoje – capitalista ou trabalhador – uma cotação de câmbio, uma ação, uma folha de pagamento ou uma nota promissória, como também o salário, o lucro, o juro ou o aluguel – todos eles são vistos como *coisas* e não as *relações* ou símbolos das relações que fazem parte mormente da lógica de um peculiar modo de produção que se chama capitalismo. Ou como diz Simon Mohun, trata-se de uma falsa aparência, e daí falsa consciência, da sociedade hodierna onde ocorre “a degenerescência das relações sociais para relações naturais”.<sup>25</sup> Tudo isso faz parte de

---

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> *Ibidem*, Livro I, p. 92.

<sup>24</sup> *Ibidem*, Livro I, p. 91.

<sup>25</sup> Simon Mohun, “Ideology, knowledge and neoclassical economics”, p. 235, em F. Green e P. Nore (orgs.), *Issues in political economy*. Mohun escreve “the collapse of social relations into

um grande elenco de crenças que são o credo do capitalismo. Sem dúvida o capitalismo existe e, a seu modo, funciona. Mas ele não é uma coisa, é um complexo conjunto de relações sociais. Enfim, ele é um *sistema*. O termo escolhido por Marx é muito feliz, pois o que a ideologia burguesa valoriza é um fetiche, um objeto com atributos imaginários e que portanto não existem, mas que, do ponto de vista do observador funcionam como se existissem. Embora seja uma relação social, o capital,<sup>26</sup> que contrata milhões de trabalhadores e com um estalo de dedos os põe no olho da rua, que trama guerra e golpes de estado e cria modas, gostos e valores, surte efeitos como se fosse coisa.

É possível que o termo *mamonismo* também derive da religião e da mitologia<sup>27</sup> o mamonismo pode funcionar (pois, além de ideologia, é também uma práxis), como já vimos, só a partir da reprodução de um excedente econômico. A sociedade neolítica inibiu o mamonismo, mas este (e não só ele) acabou destruindo aquela. Todas as sociedades civilizadas anteriores ao mercado mundial também o inibiram, mas com êxito decrescente.

O fetichismo também reflete uma atitude ideológica. Mas ele só chega a existir a partir de um ambiente onde a produção de mercadorias, e com ela uma dinâmica vida financeira, é crescentemente a regra geral. Marx é muito claro a este respeito. Ele chega até a pincelar sucintamente quatro “formas de produção” isentas de fetichismo: a de um imaginário Robinson Crusóe, que trabalha diligentemente para si numa ilha deserta; a do mundo feudal europeu onde os vários laços de dependência entre os vários estamentos da sociedade tomam conta das próprias relações de produção e onde, portanto, a produção de mercadorias não é a re-

---

natural ones”.

<sup>26</sup> No presente caso *capital* não se refere aos meios de produção mas sim ao conjunto das relações sociais de produção entre capitalistas e trabalhadores. Por sinal, o próprio Marx quase sempre o emprega neste sentido.

<sup>27</sup> *Mamon* ou *mamona* em aramaico significa riqueza ou bens materiais. Parece – mas disso não temos certeza absoluta – que se referia também a uma divindade, ao deus da riqueza. Não obstante esta nossa incerteza, tomamos a liberdade de nos referirmos aqui por vezes a Mamon, com maiúsculo, como suposta divindade para significar uma real e eficaz idolatração (valorização suprema) da posse de bens supérfluos.

gra; a da patriarcal produção camponesa onde o produto social é consumido pela própria família; finalmente a de uma sociedade socialista de “homens livres” que são remunerados de acordo com seu trabalho dispendido e que consomem o excedente também por este mesmo critério.<sup>28</sup> Só a segunda e a terceira (se bem que pode existir restrições quanto à terceira) conheceram existência histórica, pois a primeira é puramente imaginária e a última ainda não passa de um possível projeto.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> K. Marx. *O capital*, Livro I, p. 85-88.

<sup>29</sup> Os modelos político-econômicos do tipo soviético no século XX não eram sociedades organizadas por “trabalhadores livremente associados” como preconizara Marx, e neste sentido não eram socialistas não obstante o rótulo que tanto seus fundadores como seus inimigos lhes atribuíram.

Tratava-se antes de um *estatismo produtivista*. Os bolcheviques vencedores da história logo na primeira etapa da Revolução (de 1917 a 1928) impuseram suas posturas a ferro e fogo e às custas de uma oposição mais à esquerda no seu próprio partido. Nesta etapa Lênin, Trotsky e outros prestigiaram o crescimento econômico mas marginalizaram a participação popular nele. A insistência de Lênin no taylorismo é um excelente exemplo disso. O crescimento econômico, especialmente na indústria, sob a égide de Stalin, foi quantitativamente estupendo, se bem que qualitativamente dúbio.

Uma sociedade de trabalhadores livremente associados teria conhecido um crescimento mais lento numa longa primeira etapa, mas a nosso ver teria sido muito mais compensadora não obstante os tremendos riscos envolvidos (o que não teria tido pouco a ver com o panorama internacional). Ela teria sido também uma experiência de crescimento econômico sem mamonismo, ou melhor, com um mínimo de mamonismo tolerado. (Pensamos aqui na necessidade de tolerar alguns incentivos materiais para alentar a produtividade, pois as urgentes necessidades do crescimento e certas contradições da sociedade pré-revolucionária teriam que persistir por um certo tempo).

É exatamente isso – um crescimento quase sem mamonismo – o que foi o crescimento estalinista, se bem que com uma face diferente daquela de uma sociedade socialista de trabalhadores livremente associados. Criou-se uma camada dirigente de tecnoburocratas que não tinham o direito legal a proventos sequer de longe comparáveis aos brindados aos capitalistas oligopolistas contemporâneos seus. Não motivados pelo afã do lucro como seus colegas capitalistas nem tampouco por uma delegação de autoridade por mandato popular como no socialismo acima sugerido, muitos dirigentes do estatismo produtivista recorreram ao enriquecimento ilícito e outros atos de corrupção geradores de incompetência. Assim, o que havia de mamonismo entre eles trabalhou contra o sistema embora fosse em última análise cria dele!

Uma compensação ideológica foi uma verdadeira fetichização da produção. Os manuais soviéticos em décadas recentes, visando inclusive fins propagandísticos para um público internacional, se orgulhavam da superação dos Estados Unidos por seu país na produção de aço e carregaram uma forte tônica de louvor às façanhas de crescentes índices de produção de vários bens. Já na década de 1930 Trotsky pôde escrever no exílio: “Caracterizar o êxito da industrialização só por seus índices quantitativos é como querer definir a anatomia de um homem por sua esta-

Em suma, o mamonismo é aquela atitude ou comportamento que exalta a concorrência pelos bens supérfluos, pois estes são tidos como as garantias cabais de prestígio, honra, status, respeito, etc. É uma valorização ideológica que em determinadas circunstâncias históricas se concretiza através da prática social. O fetichismo, por sua vez, se refere à atribuição fantasmagórica, ao travestimento mental, de relações sociais como se fossem relações entre coisas (mercadorias), como se as mercadorias tivessem em si atributos, os quais porém na realidade existem apenas em razão do sistema em vigor. O mamonismo, enquanto atitude ideológica, é tão antigo quanto a humanidade e nesta capacidade (enquanto apetite) jamais deixará de existir. Para passar da ideologia para a prática coletiva em escala socialmente conseqüente, ele tem como pressuposto mínimo a existência permanente de um excedente. O pressuposto concreto para a existência da atitude fetichista, por outro lado, é a generalização da produção de mercadorias, o que se afina historicamente só quando da prevalência da mão-de-obra assalariada e da (quase) universal monetarização da economia. Finalmente, o mamonismo reflete uma atitude, uma normatividade ideológica. O fetichismo, por sua vez, é uma interpretação ideológica, é uma tentativa de entender o mundo das mercadorias e a vida social a ele vinculada; e, como não pode deixar de acontecer, ele ainda redundava numa atitude normativa também, a saber, na religião econômica. Esta, aliás, é o ponto de encontro de ambos, mamonismo e fetichismo.

E daí o mamonismo e o fetichismo conhecem um terreno de convergência, a saber, o do sagrado e o do sacrifício. Não é à toa que autores como Hinkelammert<sup>30</sup> e, até certo ponto, Assmann, inspirados na teoria do fetichismo da mercadoria, escrevem longamente sobre essa dupla temática. Somente num ambiente onde a produção de mercadorias se generaliza, se torna a regra predo-

---

tura sem indicar a largura do peito". ("La révolution trahie" {1936}, em *De la révolution*, p. 453, Éditions de Minuit, 1963). Era a ideologia do valor-de-uso pelo valor-de-uso, uma espécie de nova religião econômica.

<sup>30</sup> Franz Hinkelammert, *As armas ideológicas da morte* {1981}, Edições Paulinas, São Paulo, 1983.

minante, o que ocorre em escala crescentemente planetária mal faz dois séculos, pode o espírito mamonista exultar a ponto de seduzir imperiosamente ao homem comum como nunca antes. A burguesia, devota máxima de Mamon, ganha respeitabilidade e molda o homem comum a sua imagem e semelhança. Talvez com a única notável exceção do ressurgimento de um fundamentalismo islâmico, as religiões tradicionais, todas de origem preburguesa, perdem terreno para a religião econômica. O discurso oficial relega o desemprego e a pobreza para segundo plano e, se tem que mencioná-los, ensina que são inevitáveis como os terremotos e maremotos. E o fetiche que cativa a mente de bilhões faz crer que o atual funcionamento do mundo é essencialmente o único possível. Inclusive qualquer melhora da saúde da economia poderia ocorrer apenas dentro dos parâmetros em vigor.

– 7 –

Em certo trecho Marx não pôde deixar de elogiar a superioridade moral, o antimamonismo oficial das antigas civilizações, frente à filosofia moderna sobre a produção:

Até agora, a antiga concepção segundo a qual o homem aparece sempre (por muito rígido que seja o caráter de nacional, religiosa ou política que se queira dar à definição) como o objetivo da produção, dir-se-ia que ela é mais elevada que a proporcionada pelo mundo moderno segundo a qual a produção é o objetivo do homem e a riqueza o da produção.<sup>31</sup>

Numa possível sociedade do futuro, onde a produção for planejada e executada através da participação da sociedade como um todo numa economia de abundância, pode-se imaginar que não haverá lugar para o fetichismo, já que não haverá mercadoria e moeda. Mas a propensão para o mamonismo, maior do que na Idade a Pedra (pois um excedente abundante poderá excitar os

---

<sup>31</sup> Karl Marx, *Formaciones económicas precapitalistas*, loc. cit.

apetites de alguns) jamais deixará de existir em grau maior ou menor. Se a humanidade chegar a esta etapa, que hoje não passa de pura utopia, o grande desafio será manter a prevalência do sentimento inequívoco de que, ao invés de a riqueza (a riqueza de uns e portanto a pobreza de outros) ser o objetivo da produção e a produção ser o objetivo do homem, o homem – a humanidade como um todo – seja o objetivo da produção. Noutras palavras, em termos do que hoje é utopia mas amanhã será (esperemos) a realidade social geral, a produção de bens deverá ocorrer para a boa vida de todos, isto é, terá que ser um *meio* para a boa vida universal e *não* – como no mundo burguês de hoje – um *fim* em si. Pois o conceito de produção como fim em si – na realidade como a razão da convivência social – tem provocado uma cornucópia humanamente dúbia para uns poucos e a pobreza e até a miséria para muitos.

# CONSUMO DE ALIMENTOS EM CAMPINA GRANDE<sup>^</sup>

Clodoaldo Bortoluzi<sup>\*\*</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A FAO (1989) estima que 500 milhões de pessoas sofrem de grave desnutrição e vários milhões a mais não podem adquirir quantidade suficiente de alimentos para levar uma vida ativa e produtiva. Na América entre 11 e 16% da população sofre de desnutrição. No Brasil cerca de 30 milhões de brasileiros não podem adquirir suficiente alimento para levar uma vida ativa e produtiva. O Nordeste caracteriza-se, no Brasil, por apresentar os mais elevados índices de mortalidade infantil, a mais baixa expectativa de vida e compartilha com a Região Norte as menores rendas *per capita*. Dentro da vasta região do Nordeste o estado da Paraíba, juntamente com o estado do Piauí, caracteriza-se como um dos estados mais pobres da região. Campina Grande, como uma cidade de porte médio, no perímetro das secas absorve grande contingente de migrantes que abandonam o meio rural, especialmente por ocasião das secas. Por isso é um dos pontos de saída de nordestinos para o Centro Sul, especialmente São Paulo. Campina Grande conhece de perto o drama da falta de moradia, o crescimento de-

---

<sup>^</sup> Pesquisa realizada com a participação da bolsista do PIBIC/CNPq Rosimary de Oliveira.

<sup>\*\*</sup> Professor titular do Departamento de Economia e Finanças/ Campus II/ UFPb.

sordenado das favelas, o desemprego, a desnutrição e a fome.

**Desnutrição**, sob o ponto de vista econômico, pode ser considerada sinônimo de insuficiência da demanda efetiva de alimentos.

**Má nutrição** e desnutrição podem ser tomados como sinônimos, sendo que má nutrição pode ocorrer também por excesso, enquanto subnutrição e desnutrição ocorrem sempre por carência. Má nutrição é um estado patológico geral ou específico, resultante de deficiência ou excesso absoluto ou relativo, na dieta, de um ou mais nutrientes essenciais. Pode se manifestar clinicamente ou ser detectável apenas por testes bioquímicos e psicológicos.

**Fome** é um complexo de sensações desagradáveis sentidas após a privação de alimento, as quais impelem as pessoas (e animais) a procurarem alimento e depois, desaparecem imediatamente após a ingestão de comida.

**Inanição** é a completa privação de alimento ou drástica redução no consumo do mesmo durante um período de tempo, levando a severos distúrbios psicológicos, funcionais, comportamentais e morfológicos.

É possível, ainda distinguir duas modalidades de desnutrição: a fome e a desnutrição generalizada relativamente passageira (decorrente de catástrofes climáticas ou drásticas medidas de ordem econômico-política), podendo ser chamada de desnutrição aguda (*la famine*) e a desnutrição estável, que atinge parte relativamente constante da população (decorrente em especial da má distribuição de renda), a qual pode ser chamada de desnutrição crônica. Enquanto a primeira forma de desnutrição tende a gerar a revolução, a comoção social e o auxílio externo, a segunda tende a gerar a acomodação.

Embora a fome, a má nutrição e a desnutrição aguda convivam com a desnutrição crônica em Campina Grande, é especialmente dessa que nos ocuparemos no presente trabalho.

## 2. METODOLOGIA

Para se obter amostra representativa da população de Campina Grande utilizou-se amostra estratificada.

Foram sorteados dez entre os cinquenta bairros existentes na cidade. Por sorteio foram selecionadas as ruas e os números para as entrevistas. Sempre que não fosse possível realizar a entrevista na casa sorteada era feita entrevista na casa imediatamente seguinte. Nos bairros considerados grandes foram feitas doze entrevistas, nos médios dez e nos pequenos oito, perfazendo cem entrevistas (em setembro de 1992).

É importante observar que, embora o objetivo fosse obter informação sobre o estado o (nível) alimentar de toda a população de Campina Grande, o método conduziu a uma amostra representativa da população urbanizada da Cidade, isto é, a parcela da população das periferias não urbanizadas, sem ruas, sem adequada numeração das casas não foram adequadamente atingidas. Mesmo assim, tendo em vista que o consumo está associado à renda, o consumo dessas periferias não urbanizadas se assemelha ou é inferior à alimentação dos estratos urbanizados de menor renda.

Da mesma forma em que o estudo do balanço alimentar, os dados da pesquisa familiar devem ser uniformizados em gramas, *per capita* e por dia para tornar possível a comparação e a transformação em estimativa do nível calórico e protéico para se obter o estado nutricional. É realizado conforme bibliografia específica (SÁ, 1987; CARVALHO & FREITAS, 1988; GONÇALVES et alii, 1984).

A estimativa da elasticidade-renda da demanda foi calculada com os dados em gramas de alimento consumido por dia e *per capita*.

A forma funcional utilizada foi a função Cobb-Douglas. Sua expressão linearizada foi apresentada em sua forma logarítmica como segue:

$$Cx = A + B1 \ln Re + B2 Pes + e$$

Onde:

Cx = Consumo (dos x produtos alimentares, isto é, feijão, arroz, fubá, carne de aves, peixe, carne (bovina/porcina /caprina) macarrão, pão e leite.

A = Coeficiente linear.

B1 e B2 = Coeficientes angulares.

ln = Logaritmo neperiano.

Re = Renda.

Pes = Número de pessoas por família (ou número de comensais por família).

e = Erro.

### 3. RESULTADOS ESTATÍSTICOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO BALANÇO ALIMENTAR PARA CAMPINA GRANDE

Observa-se que, segundo a amostra, o número de pessoas por família cai com a elevação do nível de renda, isto é, ele é inversamente proporcional à renda. Em média, as famílias de Campina Grande possuem pouco acima de quatro pessoas por família (4,39). A renda média *per capita*, segundo a amostra, situava-se pouco acima do salário mínimo oficial, isto é, Cr\$ 562.160,00.

Os cinco produtos que mais contribuíram no fornecimento de calorias (em Campina Grande), segundo os dados da pesquisa, em ordem decrescente de importância, médias entre parêntese, foram: arroz (367,7), trigo (macarrão e pão) (292,9), feijão (268,8), fubá (197,9) e leite (184,8). É importante observar que, entre os hortifrutigrangeiros os dois produtos que mais contribuiriam com o fornecimento de calorias foram a banana (79,01) e a laranja (65,27), os quais superaram produtos considerados importantes no fornecimento de calorias, tais como, batata inglesa (35,51), inhame (39,31) e macaxeira (32,63). Embora o significado da análise não seja a apresentação de um panorama completo da contribuição de cada produto no conjunto da alimentação ela serve para destacar alguns aspectos. O primeiro deles é que o feijão permanece como um alimento importante em Campina Grande e, por isso, qual-

quer queda no consumo acarreta conseqüências importantes no nível alimentar. Em segundo lugar as frutas, e especialmente a banana, aparecem como um complemento importante mesmo do ponto de vista calórico (evidentemente a maior importância das frutas reside no fornecimento de vitaminas e muitas delas fibra vegetal).

Observa-se, Quadro 1, que, nas classes superiores de renda, com os produtos analisados, o consumo de calorias se aproxima do nível (mínimo) aconselhável (SÁ, 1987), isto é, entorno das 2000 calorias, embora o consumo (aparente) nos países desenvolvidos se situe acima das 3.000 calorias. Nas classes de menor renda, o consumo de calorias é nitidamente insuficiente.

O Quadro 1 revela, também, que o consumo de proteínas situa-se entorno da metade do consumo sugerido (100 gr.), para as classes de menor renda e próximo ao aconselhado nas classes de renda mais elevada (SÁ, 1987; FAO/WHU/ONU, 1987) e, assim como, ocorre com o consumo de calorias, o consumo de proteínas é insuficiente para as classes de menor renda e também é altamente relacionado à renda.

Os três produtos que mais contribuem no fornecimento de proteínas vegetais, segundo a pesquisa, em ordem decrescente de importância, são: feijão (17,7), trigo (macarrão e pão) (9,9) e arroz (7,3). Os três produtos que mais contribuem com o fornecimento de proteínas de origem animal, em ordem decrescente de importância, são: carne (17,7), carne de aves (11,1) e leite (10,1). Os hortifrutigrangeiros, inclusos batata inglesa, inhame e macaxeira, tem pouca importância do ponto de vista protéico. Os dois produtos, entre os hortifrutigrangeiros, que mais fornecem proteínas foram: a laranja (1,24) e a banana (1,15).

QUADRO I – CONSUMO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS DOS PRINCIPAIS ALIMENTOS PELA POPULAÇÃO URBANIZADA DE CAMPINA GRANDE, EM SETEMBRO DE 1992.

Amostra		Classe de Renda*	Consumo de					
			Calorias			Proteínas		
AB.	REL.		Alimentos básicos	Hortifrutigrangeiros	Totais	Origem vegetal	Origem animal	Totais
115	22,7	356	1.482	242	1.724	44,7	34,6	79,3
95	18,7	168.750	1.166	227	1.393	35,5	24,9	60,4
71	14,0	235.000	1.243	299	1.542	39,6	31,3	70,9
46	9,0	290.381	1.544	260	1.804	43,9	37,1	81,0
50	9,9	368.381	1.562	326	1.888	47,8	34,8	82,6
30	5,9	477.083	1.829	280	2.109	55,0	46,2	101,2
21	4,1	580.667	1.844	403	2.247	50,0	46,0	96,9
27	5,3	644.048	1.559	267	1.826	42,3	40,1	82,4
12	2,4	741.667	1.554	415	1.969	45,3	54,9	100,2
06	1,2	887.500	1.809	397	2.206	50,2	61,0	111,2
18	3,6	993.750	1.661	366	2.027	52,8	40,9	93,7
16	3,2	1.558.330	1.829	422	2.251	45,7	55,4	101,1
507	100	462.160	1.590	325	1.915	46,1	42,3	88,4

PONTE: Pesquisa realizada em setembro de 1992.

\* A renda foi mantida em cruzeiros, pois, o objetivo não é apresentar espectro da renda da população de Campina Grande mas tão somente sua relação com o nível alimentar. O salário mínimo da época era de Cr\$ 500,00 cruzeiros. Os dados sugerem que com renda inferior a meio salário mínimo *per capita* o consumo de alimentos (inclusive calorias) é insuficiente. Com renda inferior a um salário mínimo *per capita* o consumo de proteínas, especialmente de origem animal, é insuficiente.

O Quadro 1 mostra, com relativa clareza, que o consumo de calorias das primeiras três classes de renda (inferior a meio salário mínimo da época, *per capita*) é insuficiente para que permita levar uma vida ativa e produtiva. Isso representa mais de cinquenta por cento de amostra, ou seja, mais de cinquenta por cento da população urbanizada. O consumo de calorias cresce com a elevação da renda. O consumo de proteínas parece não estar claramente relacionado à renda. O consumo de proteínas de origem vegetal não aparece claramente relacionado à renda, enquanto que o consumo de proteínas de origem animal de apresenta claramente relacionado à renda. O consumo de proteínas de origem vegetal se apresenta um pouco inferior ao sugerido (SÁ, 1987), enquanto que o consumo de proteínas de origem animal de apresenta relativamente suficiente nas classes de maior renda, mas claramente insuficiente nas classes de menor renda.

#### 4. RESULTADOS DA ESTIMATIVA DA ELASTICIDADE-RENDA DA DEMANDA DE ALIMENTOS PARA CAMPINA GRANDE

Conforme pode ser observado no Quadro 2, a elasticidade-renda da demanda foi calculada em conjunto com a variável número de comensais por família e sem a mesma (valores entre parêntese).

Os resultados mostram que, como era esperado, o número de pessoas por família está negativamente relacionado ao consumo, isto é, quanto maior o número de pessoas por família menor o nível alimentar. As elasticidades-renda da demanda foram todas positivas, com exceção do fubá, a qual foi negativa, mas o teste t não foi significativo, para este produto. A elasticidade-renda da demanda de leite foi próxima a 2, isto é, o leite, segundo os resultados (com os dados analisados) é um produto renda da demanda elástico. Para os demais produtos a elasticidade-renda da demanda foi menor que 1, isto é, segundo os dados, os produtos são renda da demanda inelásticos. Neste sentido, os valores da elasticidade-renda da demanda encontrados foram menores do que os estimados por ROSSI (1982) e MELO (1982) para o Brasil. É importante observar, também, que a origem dos dados é diferente e a variação dos produtos comercializados, em Campina Grande, é muito elevada (existem produtos de boa qualidade, os quais são adquiridos pelas classes de maior renda, mas existe também elevada quantidade de produtos de qualidade inferior os quais são adquiridos pelas classes de menor renda). Nos produtos de menor qualidade a percentagem das partes não comestíveis é mais elevada. Esse fato deve ter reduzido a relação entre renda e consumo nos resultados estatísticos encontrados.

QUADRO 2 – ELASTICIDADE-RENDA DA DEMANDA PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS [FEIJÃO, ARROZ, FUBÁ, CARNE DE AVES, CARNE (BOVINA; PORCINA; CAPRINA), PEIXE, MACARRÃO, PÃO E LEITE] DA ALIMENTAÇÃO EM CAMPINA GRANDE.

PRODUTOS	A <sup>(1)</sup>	B1	PROBAB.	B2	PROBAB.	R2
Feijão	3,9 (3,3)	0,10 (0,14)	85% (85)	-0,21	98%	0,4 (0,3)
Arroz	4,3 (3,4)	0,10 (0,17)	85% (100)	-0,32	98%	0,1 (0,1)
Fubá	5,2 (3,4)	-0,08 (0,05)	35% (30)	-0,68	97%	0,1 (0,0)
Aves	1,5 (1,2)	0,39 (0,42)	85% (90)	-0,15	25%	0,1 (0,1)
Carne	-2,7 (-1,9)	1,08 (1,02)	85% (65)	0,31	50%	0,1 (0,2)
Peixe	2,3 (0,4)	0,11 (0,26)	35% (65)	-0,72	70%	0,0 (0,0)
Macarrão	2,7 (1,7)	0,24 (0,31)	90% (95)	-0,38	85%	0,1 (0,1)
Pão	4,3(1,1)	0,10(0,34)	60%(92)	-1,19	100%	0,2 (0,1)
Leite	-7,6 (3,2)	1,98 (1,91)	100% (100)	0,36	45%	0,3 (0,3)

FONTE: Dados básicos da pesquisa.

(1) Os valores entre parêntese correspondem às estimativas feitas sem a variável número de pessoas por família.

## 5. CONCLUSÃO

Campina Grande se insere num contexto geográfico e nacional e por isso não há solução isolada para a Cidade. Do mesmo modo o problema da desnutrição se insere no conjunto das variáveis determinantes do estado de subdesenvolvimento e a solução do problema alimentar está dependente deste contexto. Por outro lado, a questão da subnutrição é parte central do problema do subdesenvolvimento e de seu prolongamento na história. A compreensão do ciclo vicioso da pobreza, passa necessariamente pela compreensão da questão alimentar. Na qual, são variáveis determinantes o nível de renda e sua distribuição, a educação, os hábitos alimentares e a natalidade, enquanto que os problemas de saúde, êxodo rural, desemprego e baixa produtividade do trabalho estão associados à subnutrição como conseqüências. Tendo em vista que a subnutrição crônica tende a compor o ciclo vicioso da pobreza é indispensável a intervenção externa para a sua superação. A intervenção via educação é adotada em quase todo o mundo desenvolvido (inclusive com alimentação na própria escola) e por isso, é uma forma de intervenção largamente aceita. Outra variável importante no estado nutricional de uma população é a distribuição de renda. A distribuição de renda no Brasil e especialmente no Nord-

este e em Campina Grande, em especial, tem sido das mais desiguais.

Os produtos que mais contribuem no fornecimento de calorias para a população de Campina Grande, em ordem decrescente de importância, são: arroz, trigo, feijão, milho e leite. Os três produtos, em ordem decrescente de importância, que mais contribuíram com o fornecimento de proteínas de origem vegetal forma: feijão, trigo e arroz. Os três produtos, em ordem decrescente de importância, que mais contribuíram com o fornecimento de proteínas de origem animal forma: carne, carne de aves e leite. Esses produtos, com destaque para o leite e a carne, são altamente relacionados à renda. Pôr isso, a renda e sua distribuição compõem as variáveis determinantes do nível alimentar da população.

#### BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, F. C. de & FREITAS, S. M. de. Quantificação das disponibilidades de alimentos: aspectos metodológicos e evidências para o Brasil na década de oitenta. *Agricultura em São Paulo*. 35 (1): 99:113, 1988.
- FAO. *El estado mundial de La agricultura y la alimentation, 1987-1988*. Roma, 1989. 163p.
- FAO/ONU. *Quinta encuesta alimentaria mundial*. Roma, 1987. 77p.
- FAO/WHO/ONU. *Energy and protein requirements*. Geneve, WHO, 1985.
- GONÇALVES, M. S.; CAMPOS, J. M. STOEBER, A. M.; CHAVES, M. M. T.; CHAVES, N. C. F. *Balanço alimentar do Brasil (1978/80)*. Brasília, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Alimentação, (INAM), 1984, 4v.

## TÓPICOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

Cidoval Morais\*

### INTRODUÇÃO

(*uma quase justificativa*)

Os estudos sobre globalização são recentes. O termo sociedade global foi cunhado pela primeira vez no início da década de 50 por Gurvitch em “Les types de société globale” e propunha compreender os fenômenos sociais que englobam e ultrapassam os grupos, as classes sociais e até mesmo os Estados. No seu entender, a sociedade global seria um macrocosmo dos macrocosmos sociais, possuindo uma originalidade e vida própria. Ele considera vários tipos de sociedades globais: a nação, os impérios, as civilizações. No entanto, como afirmaria mais tarde Ortiz, o macrocosmo gurvitchiano não é suficiente para abarcar o planeta como um todo.

No início da década de 80 a discussão sobre globalização ganha corpo nos Estados Unidos. Provavelmente sua posição hegemônica no cenário internacional tenha contribuído para instigar a imaginação dos intelectuais. Vários textos e obras problematizam o tema. Em 83 a *Harvard Business Review* publica um artigo de Theodore Levitt sobre marketing global. O texto tem grande repercussão, tanto na comunidade acadêmica como no mundo dos

---

\* Mestrando em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba – Campus II, Campina Grande-PB.

negócios. Três anos depois, E. Tiryakian publica "Sociology's great leap forward: the challenge of internationalization", onde defende que o ensino da sociologia deveria ser transformado diante da emergência de um mundo globalizado.

Esses dois autores não podem ser considerados como "os pioneiros", mas suas contribuições foram as mais significativas para a emergência da discussão, que tem sido levado a cabo com mais intensidade pelos americanos. Na França, por exemplo, até meados dos anos 80 havia quase que um "silêncio tumular" a respeito do tema globalização, até que Henry Lefebvre, segundo R. Hess, se interessa pelo assunto e se "choca com a indiferença dos franceses pela mundialidade."

A globalização tem sido tratada por diferentes disciplinas – administração, economia, relações internacionais, sociologia, entre outras, o que revela seu caráter multidisciplinar. No entanto, a literatura produzida precisa ser analisada com alguns cuidados. Ela pode ser dividida, pelo que se apreende de quem vem tratando o tema com seriedade, em pelo menos três grupos. O primeiro deles é formado pelos chamados futuristas, que tem como principal representante o americano Alvin Toffler, com suas "ondas de mudança" e seu otimismo quanto a emergência de uma sociedade feliz, marcada pelo domínio da técnica e uma "consciência planetária."

No segundo grupo se inclui, com poucas exceções, a literatura produzida por administradores, consultores de empresas, especialistas em relações humanas e auto-ajuda. Eles estão ganhando verdadeiras fortunas com "receitas" para "uma convivência mais harmônica, eficiente e produtiva" com as mudanças decorrentes do processo de globalização. São técnicas de "energização", "reengenharia", "qualidade individual" e tantas outras. As livrarias estão abarrotadas com esse tipo de literatura.

A literatura que se encaixa no terceiro grupo tem preocupações mais abrangentes e rigores científicos. Se por um lado vê com desconfiança as mudanças que vêm sendo operadas, por outro oferece um arcabouço teórico que estimula a reflexão e o debate sobre a inevitabilidade do processo. O trabalho mais significativo nesse

campo foi publicado por Adam Schaff, com o respaldo do Clube de Roma. Apesar de sua formação marxista, Schaff, em a “Sociedade Informática” não se prende a dogmas nem a rigidez doutrinária. É otimista quanto ao futuro. Acredita que a automação da produção e dos serviços levará a um considerável enriquecimento da sociedade e que esta riqueza, ao final, será distribuída, seja qual for o sistema político predominante, com um certo grau de equidade.

A proposta deste trabalho não é discutir a “globalidade” do tema, mas um dos seus muitos aspectos: a mundialização da cultura. No entanto, a meu ver, ficaria incompleto ou descontextualizado sem as considerações históricas pinceladas acima. No capítulo seguinte tentarei problematizar a questão da cultura mundializada, destacando o conjunto de valores, estilos, formas de pensar, que se estende a uma diversidade de grupos sociais vistos até então “como senhores do seu próprio destino.”

No último capítulo, já em forma de conclusão, destacarei algumas das prováveis mudanças e conseqüências que a globalização trará para a formação cultural das sociedades. Todas as reflexões aqui “ensaiadas” são resultados da “apropriação” de leituras estimuladas pelo curso “Globalização”, ministrado pelo professor Dr. José Bolívar, no Mestrado de Sociologia.

## I – CULTURA GLOBALIZADA?

*(o homem cidadão do mundo)*

Parece consenso que o mundo das últimas décadas se transformou radicalmente, desafiando os intelectuais a apresentarem respostas para uma gama variada de problemas e questões que se renovam a cada dia. O movimento da globalização ainda intimida às Ciências Sociais, pela sua magnitude. A tradição acadêmica nesta área encontra-se em fase de formação. Os aspectos mais discutidos, até agora, estão mais relacionados à disciplinas como economia e administração. A questão ecológica também tem recebido um tratamento bastante produtivo. No entanto, em nenhuma dessas áreas, há estudos conclusivos; quando muito especulações e “futurismo.”

A conjuntura mundial hoje pode ser resumida da seguinte forma: a aplicação direta da ciência e da técnica à produção revolucionaria a base produtiva da sociedade, mundializa o mercado, reduz o papel do Estado nacional e de todas as formas de organização social oriundas do velho modelo. A informática e a robótica, a automação e a telemática levam ao declínio do modelo taylorista-fordista da chamada II revolução industrial. A agricultura é revolucionada pela biotecnologia. Os meios de comunicação encurtam distâncias e tendem a homogeneizar culturas, chocando-se, na visão de alguns teóricos críticos da comunicação de massa moderna, com a “contribuição de cada cultura nacional à herança comum da humanidade.” O saber e a informação desempenham o papel determinante na nova etapa.

Esse processo, segundo alguns autores, regido pela lei do mercado, tende a tornar descartável o trabalho humano, gera graves problemas ambientais, agrava as desigualdades entre países e regiões, marginalizando de seus benefícios boa parte da população mundial. Contrapondo-se a essa perspectiva pessimista, Adam Schaff, embora reconheça que as mudanças em processo trarão conseqüências econômicas, sociais, políticas e culturais significativas, acredita que a globalização proporcionará a geração de mais riquezas e uma melhor distribuição dessas mesmas riquezas.

Na economia, a globalização se dá, basicamente, por três vias: comércio internacional, investimento e fluxo financeiro. Em outras palavras: trata-se de integrar cada país no mercado internacional abrindo sua economia à concorrência, permitir o acesso de capitais a áreas antes impedidas (privatização) e facilidades para os fluxos financeiros. Para os mais céticos, esse processo se materializa com “uma aguda e feroz concorrência”, onde grandes grupos, donos dos recursos materiais e do conhecimento, pressionam os governos, reduzem o poder soberano do Estado e retiram sua capacidade de gerar recursos e investir em políticas públicas de caráter social. Nos países em desenvolvimento os efeitos da globalização, a partir deste ponto de vista, são muito mais dramáticos

Economia à parte, o foco de nossa reflexão é pensar esta realidade mundial tomando como ponto de partida a problemática cultural. Segundo Ortiz, não é uma tarefa fácil, porque a “herança

intelectual tende a ressaltar os aspectos específicos de cada cultura.” O autor citado distingue, para efeito didático-metodológico, os termos “global” e “mundial.” Emprega o primeiro quando se refere a processos econômicos e tecnológicos e reserva ao segundo a especificidade da cultura. Neste sentido, a categoria “mundo” encontra-se articulada a duas dimensões: vincula-se, primeiro, ao movimento de globalização das sociedades, mas significa, também, uma “visão de mundo”, um universo simbólico específico à civilização atual. Convive com outras visões de mundo, estabelecendo, entre elas, hierarquias, conflitos e acomodações.

Para Ortiz é mais “convicente” compreender a mundialização como processo e totalidade. Processo que se reproduz e se desfaz incessantemente no contexto das disputas e das aspirações divididas pelos atores sociais, mas que se reveste de uma “dimensão abrangente englobando outras formas de organização social: comunidades, etnias e nações.” A mundialidade como totalidade aproxima-se da noção de civilização, proposta por Marcel Mauss: conjunto extranacional de fenômenos sociais específicos e comuns a várias sociedades. No entanto, há uma particularidade que deve ser ressaltada: historicamente uma civilização se estendia para além dos limites dos povos, mas se confinava a uma área geográfica determinada; uma cultura mundializada corresponde a uma civilização cuja territorialidade se globalizou.

Embora tenha suas raízes no século XIX o processo de mundialização só se realiza plenamente neste século, mais principalmente, depois da Segunda Guerra, quando vai sofrer saltos e redefinições. O modo de produção industrial, aplicado ao domínio da cultura, tem a capacidade de impulsioná-la no circuito mundial. O que se encontrava restrito aos mercados nacionais, agora se expande. O cinema tem, desde cedo, um papel fundamental para o intercâmbio das imagens. A exploração de gêneros populares, western, aventura, folhetim consagra na tela diferentes estilos, formando uma cultura da imagem que transcende sua origem nacional.

A indústria fonográfica, também, é outro exemplo, só que menos explorado. Com o fonógrafo de Thomas Edson e o aprimoramento das técnicas de fabricação de discos, começam a ser forma-

das grandes companhias no Reino Unido, na Alemanha, na França e nos EUA, que se caracterizam pela sua política de atuação mundial. O advento do rádio e da televisão fortalece o circuito de trocas culturais com dimensões mundiais. Os países do Terceiro Mundo também são integrados nesse contexto pelos *médias*, que crescem numa proporção fantástica.

A base técnica sobre a qual se apoiam as mensagens é também responsável por um tipo de civilização que se mundializa. Filmes, anúncios publicitários, música popular e séries televisivas são formas de expressão que circulam no seu interior, independente de suas origens.

Os teóricos da comunicação sublinham que as inovações tecnológicas têm uma evidente influência capital na mundialização da cultura, formando a infra-estrutura material para que ela se consolide. Redes de computadores, fax, satélites possibilitam a comunicação a distância, “favorecendo o desenvolvimento das cadeias televisivas planetárias e das firmas globais.”

Com a microeletrônica, a codificação e a transmissão das mensagens adquirem um caráter de transversalidade. Som, imagem e texto são convertidos em *bits* e reconvertidos em seus respectivos conteúdos quando chegam a seus destinos. A televisão já não está mais conectada apenas aos diversos canais, mas a tela faz o papel de visor integrando os cassetes, os jogos eletrônicos e o computador. A tecnologia de ponta confere um “substrato material” à modernidade-mundo, na visão de Chesnaux, articulando suas partes constituintes. “Um evento remoto torna-se próximo, e o que nos rodeia pode estar afastado.”

Nas suas reflexões sobre a mundialização da cultura Renato Ortiz faz uma advertência: apesar do desenvolvimento espetacular das tecnologias, não devemos imaginar que vivemos em um mundo sem fronteiras, como se o espaço estivesse definitivamente superado pela velocidade do tempo. Seria mais correto dizer que a modernidade, ao romper com a geografia tradicional, cria novos limites. Se a diferença entre o Primeiro e o Terceiro Mundo é diluída, outras surgem no seu interior, agrupando ou excluindo pessoas.

## II – O QUE ESPERAR DA MUNDIALIZAÇÃO (a formação do homem universal)

Para Adam Schaff a sociedade informática vai escrever “uma nova página na história da humanidade,” dando um grande passo no sentido da materialização do velho ideal dos grandes humanistas – o do homem universal. Essa universalidade tem dois sentidos: o de sua formação global, que lhe permitirá fugir do estreito caminho da especialização unilateral; e o de se libertar do enclausuramento numa cultura nacional, para converter-se em cidadão do mundo no melhor sentido do termo. Para efeito de precisão conceitual, o termo sociedade informática em Schaff significa uma sociedade assentada em bases técnicas, no conhecimento, na informação e num mercado global. Em outras palavras: uma sociedade formada por relações “mundializadas.”

Schaff entende cultura como a totalidade dos produtos materiais e espirituais do homem em um período determinado e em uma determinada nação (cultura nacional), ou no sentido mais amplo, abarcando a totalidade do gênero humano (cultura universal), ou, ainda, no sentido de uma parte isolada da humanidade em escala supranacional. É a partir deste conceito que ele reflete sobre as implicações e conseqüências sociais, para a cultura, dos processos de globalização. Segundo ele, há três esferas de problemas que precisam ser consideradas: a) difusão da cultura; b) difusão da cultura supra-nacional; c) difusão de novos modelos de personalidade e de um novo caráter social dos homens, que estão em conexão com as duas primeiras questões.

Segundo Schaff, a sociedade informática cria novas possibilidades para a difusão da cultura. O rádio, com o advento do transístores, leva aos lugares mais remotos não só notícias, mas também a música, o teatro, a literatura. A televisão, por sua vez, não só amplia os efeitos da palavra falada como permite a transmissão de outros efeitos estéticos não verbais – obras de artes, paisagens de outros países, danças – e de novos valores educativos – filmes científicos, documentários, etc. Essas inovações estão sendo complementadas com um outro e mais moderno meio denominado de “autômatos falantes”, que segundo Schaff, vai revolucionar o ensino. Os “autômatos” transmitem conhecimento em diversos cam-

pos e estão programados para estabelecer diálogos com o estudante.

O avanço da informática, no campo específico da cultura, pode proporcionar: o alívio da carga de memória humana (os computadores tem supermemória) ; rapidez em operações combinatórias; a idealização de novos métodos de conhecimento humano em muitas disciplinas; e a agilização do aprendizado e da verificação do conhecimento, através do diálogo estabelecido com a máquina.

Schaff levanta a seguinte questão: embora a difusão da cultura em consequência da sociedade informática seja evidente, o problema do tipo de cultura nacional e supra-nacional a ser alcançado como resultado desse processo de mudanças é muito mais complexo e controvertido. Afirma, por exemplo, que a cultura de uma sociedade desenvolvida é sempre tanto nacional quanto supranacional, o que, a seu ver, equivale dizer que , ao lado de elementos específicos de uma cultura de uma nação determinada, há elementos comuns a grupos de nações ou universais. A principal tendência que se configura neste caso específico, é o rompimento das barreiras do provincianismo das culturas locais. A tendência a internacionalização da cultura é progressiva e corresponde ao desenvolvimento das relações humanas em todo mundo e em todos os aspectos. A globalização eliminará “todas as barreiras artificiais entre as culturas.”

Última questão: a propagação da cultura e a expansão da cultura supra-nacional enriquecem a personalidade humana, fazem com que os seres humanos ascendam a um nível superior de cultura e, finalmente, mudam os modelos de referência pessoal e o caráter social. Raramente o homem, afirma Schaff, se dá conta de até que ponto seus atos conscientes são influenciados e, inclusive, determinados por fatores que estão além de sua consciência, ainda que esses fatores sejam inerentes à sua personalidade e à sua mentalidade e, sobretudo, a seu caráter social. A sociedade informática cria um “homem novo” , “o homem universal”, aquele que estará munido de uma instrução completa e em condições de mudar de profissão e também de posição no interior da organização social do trabalho. A realização dessa “idéia”, segundo Schaff, poderá ser alcançada graças à educação permanente e à técnicas de

informação sempre mais eficientes. Estes dois fatores, tornarão possíveis a materialização de duas utopias: a eliminação da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre trabalho no campo e trabalho nas cidades.

O primeiro problema, garante, será resolvido pela superação do trabalho manual pela automação e pela robótica. A ciência, na sociedade mundializada, é força produtiva primária e a produção terá necessidade, além dos autômatos, de técnicos especializados e de engenheiros. É o fim da classe operária. Quanto ao segundo problema, Schaff afirma que as tecnologias disponíveis de transportes, meios de informações, novas técnicas de produção tenderão a tornar a vida no campo muito mais confortável e atraente, com ares urbanísticos, mas as diferenças, em termos de trabalho, tenderão a continuar.

Mesmo assim afirma: estamos, portanto, diante de uma diferença específica, mas o caminho que leva à formação do homem universal não está obstruído, pois a transformação dos interesses e das capacidades provocarão maior mobilidade entre as áreas urbanas e as rurais e vice-versa.

#### PALAVRAS FINAIS

Se há algum mérito no presente trabalho é o de ter compilado e se apropriado de idéias e questões de autores que estão pensando, em diversas áreas, os efeitos da globalização. A parte introdutória do primeiro capítulo foi uma tentativa de resumir o conteúdo aplicado nas aulas do curso sobre o tema que foi ministrado pelo professor Bolivar. O que se seguiu depois, foram leituras e apontamentos que estão sendo feitos com vistas a contextualização da problemática proposta como plano de estudo para o Mestrado em Sociologia.

Optei pelo estilo direto, deixando as referências para o final, tornando, assim, o texto "mais limpo", mesmo contrariando algumas normas acadêmicas. Embora rígidas do ponto de vista teórico, na prática, acredito, deve haver algum nível de flexibilização.

Não estou entre os otimistas quanto aos efeitos da globaliza-

ção, nem entre os pessimistas. Vejo com preocupação a questão do desemprego, da homogeneização da cultura, da redução do poder do estado Nacional, das identidades, da concorrência desenfreada. Não acredito numa sociedade sem o mínimo de controle do Estado sobre as atividades econômicas. O mercado, ao longo da história, não tem se mostrado um bom regulador das relações sociais e de produção. As tendências em curso, apontam para o agravamento do processo de exclusão das economias em desenvolvimento. Não tenho ainda uma opinião formada e definida a esse respeito, mas avaliando do ponto de vista ético, não nos parece justo que esse processo inevitável de mudança traga facilidades e felicidade para uns poucos e miséria e sofrimento para a grande maioria.

Especificamente sobre a questão cultural, acho que a cultura de cada país deve ser respeitada, o que não significa dizer que, a pretexto de preservá-la, a comunidade nacional se feche. Pelo contrário, a mundialização, para usar a terminologia de Ortiz, oferece enormes possibilidades de trocas culturais, sem prejuízo das tradições. Aperfeiçoamentos são inevitáveis. Vejo um grande potencial de aprendizado, a partir do aproveitamento das modernas técnicas de difusão.

A sociedade informática, como afirma Schaff, não garante o paraíso. O apelo à ação talvez seja a contribuição mais significativa de seu trabalho e pode ser satisfeito com a condição de que a própria sociedade desempenhe um papel ativo no processo de educação do "homem novo."

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELS, M. (org.) *High technology, space and society*, Beverly Hills, Sage Publications, 1985.
- CHESNAUX, J. *La Modernité-monde*, Paris, La Découvert, 1989.
- MACLUHAN, M; POWERS, B. R. *The global village*, Oxford, Oxford University Press, 1989.
- SCHAFF, Adam. *Sociedade Informática*, S. Paulo, Unesp/Brasiliense, 1991.
- MATTA, Fernando Reyes (Org.). *A informação na nova ordem internacional*. Paz e Terra, São Paulo, 1980.
- ÁVILA, Carlos Rodolfo Améndola. *A teleinvasão*. Cortez Editora, S.Paulo,

1982.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Vozes, Petrópolis – RJ, 1995.

ORTIZ, Renato. *Mundialização da cultura*. Brasiliense, 2ª Edição, São Paulo, 1994.

GURVITCH, G. *La Vocation actuelle de la sociologie*, Paris, PUF, 1950.

# TECNOLOGIA CAMPONESA: SABER E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA (ALGUNS DELINEAMENTOS TEÓRICOS)<sup>^</sup>

*Maria Dione Carvalho de Moraes*<sup>\*\*</sup>

## I – INTRODUÇÃO

A questão tecnológica no que toca à chamada agricultura “tradicional” tem como substrato um conceito mais amplo: o do saber camponês. Este, por sua vez, remete às estratégias de reprodução dos camponeses. Pensando com GRZYBOWSKI (1985-60):

“(...) a questão do saber camponês é importante para qualquer análise que procura captar a **especificidade**, as relações e **estratégias** dos camponeses, **o modo como agem e reagem face aos desafios de sua inserção na estrutura e processo de desenvolvimento capitalista**, que tende a diferenciá-los, subordiná-los e expropriá-los. A

---

<sup>\*</sup> Artigo elaborado para o III ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA APIPSA, de 7 a 9/07/93, em Recife-PE.

Para o III ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA APIPSA, de 7 a 9 de julho/93 em Recife, PE. Este artigo insere-se numa reflexão mais ampla (dissertação de mestrado) sobre a tecnologia como campo de poder, partindo de um estudo de caso e discutindo a relação entre ONG's e camponeses como "novas alianças políticas no campo tecnológico".

<sup>\*\*</sup> Socióloga, M. Sc. em sociologia rural, professora do DCS/CCHL, UFPI. Cx. P. 2073, CEP 64.079-790, Teresina, Piauí.

**questão do modo como se organiza o saber é particularmente importante para quem busca entender tanto o processo de técnicação do campesinato como as possibilidades e os limites das ações educacionais que visam, exatamente, desenvolver e ampliar o saber técnico dos camponeses.”** (grifos meus).

Do exposto, emerge uma questão teórica básica afeita ao debate em torno do camponês: afinal, quem é o camponês do ponto de vista analítico: uma categoria fadada ao desaparecimento; uma entidade social que supera barreiras temporais e espaciais ou sujeitos sociais num processo contínuo de (re)organização de classes sociais? tais questões se fazem presentes quando se discutem temas como reprodução e saber dos camponeses, suas estratégias de sobrevivência e de resistência, tendo-se em conta a sua especificidade no capitalismo.

Vastamente tratado na literatura especializada, o tema da reprodução camponesa pode ser agrupado em duas vertentes principais de análise, ambas com referencial em clássicos como Marx e Chayanov<sup>1</sup>.

Em termos gerais, os autores da tradição marxista privilegiam os chamados condicionantes externos da reprodução. Ao abordarem a questão da produção e da reprodução camponesa pela ótica da subordinação e, via de regra, pela funcionalidade do campesinato ao capital

Privilegiando a chamada “lógica interna” do campesinato, estudos de autores inspirados em Chayanov focalizam as estratégias de reprodução a partir do cálculo econômico de uma suposta racionalidade econômica camponesa.

Em que pesem os “rios de tinta” que separam as duas vertentes, é possível inspirar-se em ambas, buscando a superação dos seus limites como alternativas teóricas. Grosso modo, a primeira privilegia o caráter da subordinação dos camponeses e é construída no corpo de uma teoria de classes que elege como sujeito privi-

---

<sup>1</sup> Sobre os enfoques clássicos e seus desdobramentos, cf. WILKINSON (op. cit.) e ABRAMO-VAY (1990).

legiado da história o proletariado sendo, os camponeses, tidos como fadados ao desaparecimento. Por consequência, tem o limite de não atentar para a lógica reprodutiva interna do campesinato, deixando em aberto as possibilidades analíticas dos movimentos de resistência, dos projetos de autonomia ou de defesa contra esses condicionantes externos. Tais possibilidades colocariam em cheque a lógica inexorável do capital segundo a qual, questionar-se-ia: por que discutir racionalidade econômica de uma classe que tende a desaparecer devorada pela lógica implacável do capital?

A segunda abordagem, ao contrário, privilegia a lógica interna do campesinato, remetendo a uma concepção do camponês como agente ativo da sua reprodução. No entanto, ao enfatizar a dimensão econômica dessa lógica, não se detém na questão do processo de trabalho enquanto possuidor de um modelo cognitivo que o informa, que são as bases não apenas da economia camponesa mas de qualquer outra economia.

Ambas perspectivas, em suas vertentes clássicas, ao não estabelecerem as relações contraditórias e complementares entre a reprodução social e a produção camponesa revelam-se insuficientes, se tomadas "in extremis", para a análise do campesinato brasileiro (PORTO, 1988). Nem a preocupação exacerbada com a "racionalidade camponesa" (via de regra, subestimando-se as articulações entre campesinato e capitalismo), nem a atenção unilateral à "lógica do capital" (em geral, não atentando para as contradições que o próprio desenvolvimento do capitalismo enfrenta), por si sós constituem-se em possibilidades teóricas capazes de dar conta da questão.

Em que pesem a polêmica e as divergências que as perpassam, tais contribuições não podem ser ignoradas. Principalmente na discussão de uma categoria que remete ao plano teórico dessa relação que é da resistência camponesa, pressupondo-se as relações de poder e de contra-poder na sociedade de classes e, por consequência, no campo tecnológico<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Sobre a categoria "campo tecnológico" como espaço de "capacidades técnicas e poder social diferenciados" ver MORAES (1993). Cf. ainda, ALMEIDA (1989).

Uma das tentativas de solução analítica para esse impasse teórico dentre autores marxistas<sup>3</sup> surge com a concepção do campesinato como “modo de produção”, o que se por um lado apresenta contribuições significativas no sentido de buscar relacionar os determinantes internos e externos, por outro coloca também seus problemas, principalmente na operacionalização de um conceito de um alto nível de abstração e de vários níveis de articulação interna como o de modo de produção.

A busca de superação dos limites apontados tem produzido contribuições significativas no Brasil, reunindo autores diversos em estudos sobre o campesinato. Tais análises abordam tanto as relações de produção, quanto a organização imediata do processo produtivo<sup>4</sup>. Relações que se caracterizam, por um lado, pela subordinação a determinantes externos e, por outro, por uma lógica interna ao campesinato que incide em diversas dimensões. Isto permite falar não apenas de subordinação mas também de resistência, de autonomia relativa e da especificidade camponesa no capitalismo.

## II – ESPECIFICIDADE CAMPONESA, SABER E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA: *AS BASES DE UM MODELO TECNOLÓGICO*

A questão da subordinação/resistências encontra-se embricada em uma rede de relações entre camponeses e outros agentes sociais, expressando, tal rede, possibilidades reais de participação/exclusão dos camponeses no movimento econômico-político-social, como afirma MOTA (1990):

“(…) movimento {que} ao mesmo tempo que reforça e dá suporte à unidade camponesa, recriando-a e gerando espaço para o exercício da “autonomia possível” amplia a sua subordinação pelas mediações dos diferentes tipos de capital, num processo que acelera a crescente

---

<sup>3</sup> Sobre campesinato como modo de produção, ver TEPICHT (1973) (apud ABRAMOVAY, op. cit.) e VELHO (apud SOARES, 1981).

<sup>4</sup> Cf. HEREDIA(1979); MOURA (1986); SOARES (op. cit.); GARCIA (1975); SUAREZ et al (1983).

subordinação às condições exteriores, expressas por elementos como **tecnologia** e crédito, que são incorporados como reforçadores de sua resistência ao processo de expropriação da condição camponesa” (grifos meus).

Se há resistência ao processo de expropriação, quais seriam os elementos centrais pelos quais se podem pensar tanto as bases da organização da produção camponesa, quanto as suas estratégias de resistência? Ou seja, como perfilar, teoricamente, a **especificidade camponesa**<sup>5</sup> para, a partir daí, buscar situar as estratégias? Nesse particular, para fugir às armadilhas da reificação e do empiricismo, SHANIN (19\_\_): 77), adverte que:

“(...) a conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de atacar a questão em um nível teórico. Não é (...) resposta mas uma **pressuposição** que ajuda a engendrar novas respostas específicas”. (Grifos meus).

Tomando o campesinato como classe social<sup>6</sup>, com inserção peculiar no processo social de produção no capitalismo, partilho com MOTA (op. cit.), SOARES (op. cit.), SUAREZ et al (op. cit.) e SA (op. cit.) do reconhecimento da especificidade camponesa emergindo de alguns traços básicos distintivos, em sua relação com o sistema social hegemônico (considerando-se as suas diferenciações internas entre os diversos tipos de capital).

Um primeiro traço seria a **predominância da força de trabalho familiar** no processo produtivo, sendo a família, portanto,

---

<sup>5</sup> A especificidade – embora remeta a projetos de “autonomia relativa” (MOTA e VANDERLEY, op. cit.) – não se traduz por autonomia, mas pela singularidade da inserção do campesinato no capitalismo, pressupondo uma abordagem “(...) não substantivista, mas processual e histórica, {onde} a política e a ideologia devem ser integradas no plano de análise” (SOARES, op. cit.).

<sup>6</sup> Que não se define apenas e aprioristicamente pela posição no processo de produção, mas enquanto um processo permanente de construção. Nesse sentido, incorporo as contribuições sobre identidade: ROMANO (19\_\_), SOARES (op. cit.) e sobre classes sociais: THOMPSON (s.n.t.).

a unidade básica de produção e consumo.

Um segundo seria um **processo de trabalho específico, conformado pelo acesso à terra e aos meios técnicos de produção**. Tal processo objetivando a reprodução da **unidade de produção e consumo**. O cultivo da terra, portanto, direta ou indiretamente provê a maior parte do necessário à reprodução da família e das condições de produção.

Um terceiro pode ser encontrado na **alternatividade de acesso ao mercado**, estando portanto, o camponês, por um lado, numa rede formada por várias esferas de relação com o capital na expropriação do seu trabalho e, por outro lado, com uma relativa independência da unidade frente ao mercado.

Esses elementos que perfilam uma especificidade camponesa, permitem articular à questão da reprodução dessa categoria, nos termos da presente discussão, um quarto aspecto que se refere ao **saber e tecnologia camponesa**.

O trabalho familiar e o acesso à terra são elementos que compõem a base material da produção camponesa, assegurando-lhe “relativa autonomia” diante das pressões externas, tendo como pressuposto a existência de uma lógica diferente daquela que regula as forças de trabalho mercantilizada. (MOTA, op. cit.).

O trabalho familiar, portanto, atua, nesse sentido, por tratar-se de: “(...) um traço distintivo fundamental. As relações vividas no processo de trabalho são marcadas pela predefinição ideológica ou simbólica, isto é, pela estrutura de parentesco, pelos ditames da hierarquia, do respeito, da obediência, pela regulação de direitos e deveres, pela disciplina, pelo afeto”. SOARES (apud MOTA, op. cit: 6).

Quanto ao segundo elemento, relativo ao processo de trabalho específico na terra, vejo com IANNI (apud MOTA, op. cit.:7) que este “(...) compreende um intercâmbio social complexo que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos de artesanaria, matérias-primas para a satisfação das necessidades, vestuário, abrigo, etc. Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a co-

lheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e canto, a estória e a lenda, a façanha e a incentiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, o seu lugar”.

Quanto ao terceiro elemento – relação com o mercado – considero, com SOARES (op. cit.: 184), que no cerne dessa relação, o “(...) mercado ou circulação de mercadorias (...) constitui o plano estratégico a partir do qual se pode pensar as relações sociais subjacentes à articulação entre modalidades não-capitalistas de organização da produção e o sistema abrangente. Os vínculos de estrutura produtiva imediata com o mercado devem ser o trampolim para a investigação concreta”.

O controle sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho – ambos supondo a natureza peculiar de um meio de produção essencial: a terra – torna-se uma característica própria e distintiva do campesinato “(...) uma certa potencialidade “sui generis” de se ligar mais ou menos ao mercado, de acordo com as imposições das circunstâncias. A o contrário do que aconteceria com a força de trabalho mercantilizada, assalariada ou com empresas capitalistas, nada impede à família camponesa de subsistir enquanto tal, quer dizer, reproduzindo sua unidade de produção, produzindo para o próprio consumo durante um período de especial retração do mercado” (SOARES, op. cit.: 205). Isto aponta para uma independência relativa da unidade produtiva familiar frente ao mercado (ibidem).

Subjacente e ao mesmo tempo informado por todos os elementos já abordados, situa-se a questão da tecnologia, reprodução e saber camponês. Como ponto de partida para a discussão acerca da reprodução e saber dos camponeses, no Brasil, SUAREZ et al (op. cit.) têm como pressuposto que os camponeses, no capitalismo, reproduzem-se enquanto produtores de mercadorias em cujo processo encontram-se subordinadas.

No entanto, a produção de mercadorias precede-se logicamente pela produção de bens sendo a relação do camponês com o mercado, precedida pela produção de bens que implica em um **determinado saber que informe o processo de trabalho**. Daí, ser o

processo de trabalho do camponês ao mesmo tempo, útil ao capital e baseado em um modelo cognitivo que permite falar de um “saber camponês”. Não apenas no sentido (restrito) de uma tecnologia camponesa e, sim, no de um conhecimento que informa ações e estratégias para a sua reprodução enquanto camponês:

“(...) por autônomo, não estamos querendo dizer autóctone, o que seria absurdo. **Nem tampouco que se trate de um conhecimento existe independentemente de relações sociais históricas.** O que queremos dizer é que se trata de um modelo cognitivo integrado; de um “know-how” baseado numa teoria cujos supostos são dominados pelo camponês; e **de um saber que se distingue em suas premissas e em suas categorias da ciência “ocidental”.** (SUAREZ, op. cit.: 152):

Outra dimensão dessa questão reporta à subordinação dos camponeses, enquanto classe. Os condicionantes externos de reprodução (TEPICHT, apud SA, 1975) principalmente aqueles advindos da expansão do capitalismo, impõem-se aos camponeses como processos de desqualificação. Isto de um ponto de vista de que se trata não apenas de uma superposição de conhecimentos mas, sobretudo de uma oposição de situações de interesses de classes a partir de racionalidades cognitivas diferentes. Uma dessas racionalidades detém o monopólio do saber científico e portanto, legitimador do progresso; a outra, ocupa uma posição subordinada, de exclusão ou de “invalidação” (CHAUI, op. cit.) (quanto à possibilidade de ser um conhecimento útil ao sentido de progresso) no contexto da “modernização”. Esta, por sua vez, ao mesmo tempo que exclui outros saberes tem a posição quase-messiânica de “modernizar” os atrasados; integrá-los ao sistema cognitivo dominante. Desenraizá-los, na verdade.

No entanto, considero que muito da própria dinâmica do processo de trabalho dos camponeses e de sua organização da produção não pode merecer a leitura única da subordinação. Constituem-se, também, respostas às pressões dos condicionantes externos, nos “contradiscursos expressos pelos dominados” (FOUCAULT, op. cit.). Para SUAREZ (op. cit.: 152):

“(...) sabemos também que o processo de “modernização” implica na aquisição pelo camponês de um outro saber. Mas nos parece claro que o **campesinato é portador de um saber próprio. Saber esse que não apenas orienta a prática “rotineira”, mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas dissolutivas; de incorporar a inovação e de se atualizar face à mudança.** Pois não se trata de um saber fragmentado, mas de uma **matriz de conhecimento** e de um **sistema cognitivo** capaz de redefinir em seus próprios termos tais inovações (...).”

Torna-se possível, portanto, pensar a questão do saber camponês a partir de duas premissas, quais sejam:

“(...) {Por um lado, resgatando}, a apreensão das **populações agrárias enquanto produtoras de categorias básicas de apreensão do real** e {por outro lado} na medida em que incide sobre o **fundamento do processo de trabalho para o entendimento dos processos reprodutivos-dissolutivos (...)**” (SUAREZ, op. cit.: 153).

Essa matriz mais ampla permite introduzir a questão da tecnologia camponesa, agora já ricamente determinada pelas considerações. A tecnologia, portanto, entendida como um campo de conhecimento aplicado (ao trabalho), tem por matriz um conhecimento básico do mundo ou melhor dizendo uma forma de apreensão do mundo e de classificação do real como um todo.

A visão dos camponeses acerca das plantas, animais, dos alimentos, do corpo humano, das doenças, da saúde informa tanto as práticas agrícolas quanto as práticas medicinais, por exemplo e o faz sem que ocorra uma divisão “técnica” do conhecimento por indivíduos diferentes. Nesse sentido pode-se pensar em racionalidades distintas entre o saber “científico ocidental” e o saber “empírico camponês”, com categorias como holismo “versus” dualismo (SUAREZ, op. cit.). Quanto à distinção das racionalidades NEVES (op. cit.: 352) considera que:

“Enquanto os técnicos agrícolas dominam o saber sobre o cultivo de um dos produtos, os agricultores tendem a raciocinar referenciados ao sistema de relações em que estão envolvidos, ou ao conjunto

de elementos materiais e sociais que articulam para fazerem operar a unidade de produção {e consumo}”.

No entanto, o resgate desse saber não se confunde com pura apologia, segundo o imaginário romântico<sup>7</sup>. Assim, embora esse saber holístico exista, ele pode ser um limite à capacidade de aumentar o aproveitamento de recursos numa situação de elevação substancial do nível das forças produtivas, nível esse que exija outras condições técnicas de reprodução (SUAREZ, op. cit.). A importância dessa observação reside no fato de que a reprodução camponesa depende de múltiplas determinações de sua subordinação num processo de hegemonia do tanto do capital, quanto de uma matriz tecnológica “moderna”.

Mas se a reprodução dos camponeses depende do papel que desempenham no capitalismo, depende ainda do seu sistema de conhecimento que informa o processo de trabalho “autônomo”. Assim, mesmo “recriado” pelo capital, numa articulação daquilo que TEPICHT (apud SA, 1975) definiu como “determinante exógena principal da existência e das transformações da economia camponesa”<sup>8</sup>, o camponês “teima” em não desaparecer, em que pesem modificações do seu próprio processo de trabalho.

Isto permite-me pensar o saber camponês como uma “inteligência de si mesmo” (RIBEIRO, apud SUAREZ, op. cit.), capaz de informar e de formar posições e desenvolver estratégias de reprodução no processo de construção de uma classe social. Essa “inteligência de si mesmo” reproduz-se a partir de duas premissas importantes: uma que é a da visão de mundo histórica, no sentido de que desenvolveu-se em contextos históricos determinados<sup>9</sup> e outra de que se reproduz e se (re)constrói no processo mes-

---

<sup>7</sup> Sobre a crítica ao imaginário romântico, vendo os camponeses como origem perdida e como finalidade a resgatar do capitalismo, ver CHAUÍ (op. cit.).

<sup>8</sup> A contribuição de TEPICHT (ABRAMOVAY, op. cit.) é importante para a análise do caráter histórico do campesinato, no sentido de que torna-se necessário buscar entender a relação dessa categoria com as relações sociais mais amplas, em momentos históricos específicos.

<sup>9</sup> A respeito da questão da autonomia ver, entre outros, VANDERLEY (1990) e MOTA (op. cit.).

mo de subordinação/autonomia que vive a categoria.

Na relação social entre homem e natureza, mediatizada pelo trabalho, a condição camponesa caracteriza-se por modelos próprios de organização do trabalho. Seja a questão abordada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, seja pela cultura. Isso permite pensar a especificidade da relação do camponês com a terra como uma “especialização”<sup>10</sup>, pressupondo um tipo de conhecimento técnico “(...) cujo conteúdo é socialmente determinado a partir da organização social e da cultura camponesa” (SA, op. cit.: 96).

Nesse sentido, na divisão social do trabalho em termos mais amplos, há uma atividade produtiva própria do campesinato, que implica um conhecimento socialmente produzido e transmitido e que, por sua vez habilita os indivíduos ao desempenho das funções técnicas por ela requeridas (SA, op. cit.).

A produção camponesa, por esse prisma, supõe a relação direta com os meios de produção. Mas, ao mesmo tempo, ela se dá num contexto em que o campesinato integra uma complexa rede de relações desiguais no âmbito de uma sociedade regida, predominantemente, por uma lógica produtiva distinta da sua. Nessa relação, os camponeses constituem-se em fonte de transferência de excedente a outros setores da economia, relativizando sua autonomia e subordinando-se às condições impostas pelo mercado, sem o controle do destino de sua produção e a depender cada vez mais de condições técnicas que tornem a sua produção competitiva e menos vulnerável.

Relacionando a questão do saber às estratégias de resistência, considero com MOTA (op. cit.: 9) que, em que pese a crescente subordinação dos camponeses às diversas relações com o capital, “(...) contrapõe-se a esse processo (...) o desencadeamento de ações

---

<sup>10</sup> SA (op. cit.: 96), utiliza essa categoria considerando que “enquanto um setor específico da produção, a economia camponesa caracteriza-se também por um modo específico de combinação de força de trabalho como os meios de produção, no qual se define um tipo de conhecimento técnico e de divisão técnica do trabalho que definem a condição camponesa. Ao sistema de categorias conceituais e habilidades que compõem a qualificação diferenciadora da atividade agrícola camponesa, denominamos a sua especialização”.

defensivas para preservação das condições camponesas, expressas em diferentes estratégias de sobrevivência e resistência e na variedade de relações desenvolvidas no interior da unidade produtiva, onde se efetiva o exercício com os meios de produção é distinta daquela do empresário capitalista. Faz parte do cotidiano camponês a luta constante para assegurá-los (...)

Resistência que se exprime em diversos níveis, não se explicitando apenas em torno do valor econômico. Abrange uma gama de ações defensivas de um modo de vida onde noções de independência e de liberdade demarcam uma forma de organização social que por sua vez constrói-se pela e na experiência coletiva. (ibidem).

O saber camponês ganha significado específico em termos de seu **aporte tecnológico**, onde as atividades desenvolvem-se em um certo ritmo com a natureza, com níveis variáveis de dependência, segundo o peso das influências externas. A família exerce controle sobre o processo imediato de produção exercitando neste, a aplicação do saber acumulado culturalmente (ibidem), contemplando, inclusive, atualizações do “modelo tecnológico”<sup>11</sup>.

Na definição do processo imediato de produção, ocorre uma vinculação das condições internas com determinantes externos. A presença de fatores externos à unidade camponesa, como ocorreu com as políticas de modernização da agricultura brasileira, influenciam na forma de produzir, nos ciclos de produção e no tempo. Introduzem alterações na relação homem/natureza (ibidem) e impõem atualizações do modelo.

No emaranhado composto pela resistência e pela subordinação no cotidiano camponês, a própria adoção de tecnologias “moderna” pode ser vista, também, contraditoriamente, como forma de resistência à expropriação da condição camponesa, pela apropriação dos pressupostos que ampliem a capacidade de trabalho da família. (ibidem). Na lógica camponesa, portanto, não existe a equivalência entre moderno/tradicional, ruim/bom. Tais categorias não

---

<sup>11</sup> Sobre “modelo tecnológico” cf. MORAES (op. cit.) quando aborda o conceito de um ponto de vista que considera várias dimensões do fazer camponês. As atualizações desse modelo passa, por exemplo, pela (re)organização do processo de trabalho. Os mutirões, as trocas de dia de serviço, etc. constituem-se em esquemas de atualização do modelo.

se encontram, ali, como dicotomias e sim como um movimento ambíguo onde o “(...) “novo” e o “velho” se chocam mas nem sempre se opõem” (FIGUEIREDO), op. cit.: 28).

Suponho, portanto, uma seletividade – não apenas negativa (no sentido da não-capacidade de adoção pelo camponês) mas, também, positiva onde ocorre a auto-exclusão por dúvida, cautela (NEVES, op. cit.). Em outras palavras, eqüivale a dizer que os camponeses são sujeitos de escolha, capazes de selecionarem alguns elementos da chamada tecnologia moderna desde que isto contribua para a ampliação da capacidade de trabalho da família, segundo a racionalidade própria do campesinato.

Em que pese a subordinação e a desqualificação social à qual se acham submetidos, os camponeses apresentam-se à análise como sujeitos de conhecimento e capazes de realizar escolhas. Capacidade não circunscrita, apenas, ao plano da técnica em si refere-se, ainda, ao plano da alianças políticas com mediadores diversos<sup>12</sup>.

### III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de um saber ou de uma tecnologia camponesa, pressupõe falar dos camponeses; sobre quem são esses sujeitos sociais e, portanto, sobre sua reprodução no capitalismo, enquanto classe subordinada. Eqüivale, a falar de estratégias de sobrevivência, que, por sua vez remetem às estratégias de resistência e, em assim sendo, à construção/reforço de identidades sociais, referindo-se portanto a um saber onde, no entendimento de ROMANO (op. cit.) ocorre uma “recriação de atributos” pela apropriação dos “signos estigmatizantes” no sentido da construção de uma nova identidade positiva.

---

<sup>12</sup> Cf. MORAES (op. cit.) quando aborda a questão das alianças como um quadro complexo que implica uma dialética nem sempre clara de trocas e compensações, remetendo às estratégias de sobrevivência e de reprodução da categoria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Progresso técnico: a indústria é o caminho? Proposta, Rio de Janeiro, n.º 27, p. 41-50, 1985.
- ALMEIDA, J. P. Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”: a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.
- CALDEIRA, T. P. do. *Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.º 27, p. 3-49, 1989.
- CHAYANOV, A. V. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas*. In: SILVA, J. G. da; SCKOLKE, V. (org.) A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 134-63.
- CHAUÍ, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FIGUEIREDO, V. *A produção social da tecnologia*. São Paulo: E.P.U., 1989.
- \_\_\_\_\_. *O campo histórico-político da tecnologia e os trabalhadores rurais sindicalizados*. Temas Rurais. Tecnologia Agrária e Sociedade, Recife, v. 2, n.º 3, p. 27-42, jan/abr 1989.
- \_\_\_\_\_. (coord.) Estado, sociedade e tecnologia agropecuária. Brasília: UNB/FINEP, 1989.
- FOUCAULT, M. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GARCIA, A. R. Terra de trabalho. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.
- GRZYBOWSKI, C. *O saber dos camponeses em face do saber das técnicas*. Proposta, Rio de Janeiro, n.º 27, p. 60-3, nov. 1985.
- HEREDIA, B. A morada da vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOTA, D. M. Os camponeses e a busca da “autonomia possível” (estratégias de sobrevivência e de resistência na implantação de projetos de irrigação no estado de Sergipe). Campina Grande: UFPB, 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, 1990.
- MORAES, M. D. C. Tecnologia e campesinato: um estudo sobre a relação entre tecnologias “alternativas” na agricultura e a potencialização de um maior espaço de afirmação política dos camponeses (o caso do CTA/Norte de Minas). Campina Grande: UFPB, 1989, 35 pgs. Mimeo. (Projeto de pesquisa).
- \_\_\_\_\_. Campesinato e ONG's: novas políticas no campo tecnológico. (O caso do CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança). Campina Grande: UFPB, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociolo-

- gia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Verso e reverso. a modernização da agricultura e as respostas dos trabalhadores do campo*. 1990. Mimeo.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- NEVES, D. P. *Modernização tecnológica: inclusões/exclusões*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 27, 1989, Piracicaba, São Paulo. *Anais...* Brasília: SOBER, 1989. V. 2. p. 342-368.
- PORTO, M. S. G. *Considerações teóricas sobre a análise marxista a pequena produção familiar*. *Nordeste Rural*, Recife, V. 1, nº. 2, p. 65-81, abr/jun. 1988.
- ROMANO, J. *Identidade e política: representação e construção da identidade política do campesinato*. {19}, 24 p. Mimeo.
- SA, L. M. “O pão da terra” – propriedade comunal e campesinato livre na baixada oriental maranhense. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1975.
- SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista*. {s. n. t.}.
- SOARES, L. E. *Campepinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- SUAREZ, M., et al. *Saber e reprodução camponesa*. *Anuário Antropológico* 81. Fortaleza: UFC, 1983, p. 149-229.
- THOMPSON, E. *Tradición. revuelta y consciencia de classe*. {s. n. t.}.
- VANDERLEY, M. N. B. *Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas – São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1988. (Cadernos IFCH).
- WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

## LUKÁCS E HELLER: A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Sérgio Lessa\*

— I —

O debate contemporâneo envolvendo a categoria trabalho e sua centralidade para o mundo dos homens se transformou, em pouco mais de uma década, em um tema obrigatório das ciências sociais e da filosofia. E não por acaso: este talvez seja o item da agenda contemporânea que melhor polarize os impasses teóricos e políticos dos nossos dias. Por um lado, aqueles que questionam a vigência hoje da *centralidade política* da classe operária conceberam esta oportunidade como propícia para refutarem os fundamentos teóricos marxistas; por outro lado, entre os que afirmam a centralidade *política* dos operários, concebeu-se o enfrentamento com as novas teorizações que questionavam o marxismo como uma tarefa *política* de defesa da categoria trabalho enquanto central para a sociabilidade.

Seria um absurdo querer negar as implicações políticas desta disputa teórica: a própria discussão demonstrou ter ela uma face-

---

\* Prof. Universidade Federal de Alagoas. Doutor pelo Dep. de Ciências Sociais da Unicamp. Membro da editoria das revistas Praxis e Crítica Marxista. Autor de Sociabilidade e Individualização, Ed. UFAL, 1994.

ta inegável e diretamente política. Giovani Alves<sup>1</sup> argumentou com reconhecida competência sobre este aspecto, e não é necessário que nos alonguemos sobre isto nesta introdução. Contudo, sem desprezar o significado dos aspectos políticos aqui presentes, nos parece inquestionável que esta questão não se esgota na esfera política; ou, dito de outro modo, o debate acerca da centralidade da categoria trabalho para o mundo dos homens possui um aspecto filosófico-ontológico que se relaciona, *mas não se esgota*, na política.

O início deste debate pode ser datado: se a publicação por Gorz de *Adeus ao Proletariado – para além do socialismo*<sup>2</sup> inicia a associação mais direta da vertente sociológica deste debate ao seu aspecto político, desde 1945, na França, Georges Friedmann questionava *Où va la travail human?*<sup>3</sup> e, desde o final da década de 1960, se desdobrou, no interior da então conhecida como Escola de Budapeste, um acirrado debate entre Lukács e seus discípulos envolvendo os manuscritos de sua *Ontologia*<sup>4</sup>; e uma das questões decisivas neste debate era justamente a avaliação da função social do trabalho no mundo dos homens.

O desenvolvimento da vertente filosófica deste debate, com uma relativa autonomia frente ao debate diretamente político, terminou por conduzir J. Habermas a produzir o que provavelmente se constituiu na mais sofisticada e melhor acabada defesa dos fundamentos do mundo democrático-burguês neste final de século: a sua *Teoria do Agir Comunicativo*.<sup>5</sup> Sob uma postura aparentemente crítica da sociedade contemporânea, Habermas defendeu como as mais adequadas mediações para a vida civiliza-

---

<sup>1</sup> Alves, G. "A vigência do capital. Crise capitalista e problemas teórico metodológicos do pensamento social centrado na categoria trabalho". Rev. Temáticas, Unicamp, 2º semestre 1993.

<sup>2</sup> Ed. Forense Universitária, 1ª ed. brasileira 1982. Na França foi publicado em 1980 pela Ed. Galilée.

<sup>3</sup> Ed. Gallimard, 13ª edição, 1950.

<sup>4</sup> Publicados pela primeira vez na Itália, sob os títulos *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* (Ed. Riuniti, 1976,81) e *Prolegomini all'ontologia dell'Essere Sociale* (Ed. Guerini e Associati, 1991).

<sup>5</sup> Publicado em 1981 na Alemanha e em 1987 pela editora Taurus, Madrid.

da tanto a negociação de um consenso social, no plano político ideológico, como o mercado, no plano econômico. Seriam eles (consenso e mercado) limites e possibilidades insuperáveis à história humana. Como sobre isto já nos detivemos em outro lugar<sup>6</sup>, nos limitaremos aqui a indicar esta nossa avaliação.

Enquanto Habermas evoluía nessa direção, passando dos seus escritos na década de 1960, com a mediação de *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*<sup>7</sup>, para a *Teoria do Agir Comunicativo* – e informado do que ocorria em Budapeste, no círculo mais íntimo de Lukács, por Agnes Heller, que já então se aproximava do teórico alemão – uma rica disputa se articulava entre Lukács e seus alunos e, após a morte do filósofo húngaro em 1971, entre estes e alguns lukácsianos radicados na Itália ou na França. Esta disputa envolveu, entre outras questões, a função social do trabalho na sociabilidade contemporânea, tomada na sua vertente mais abstratamente filosófica – e, uma vez mais, as ressonâncias políticas aqui se fizeram presentes, mas de modo algum compreendem a todas as facetas do debate.

Em 1996 faremos 25 anos da morte de Lukács, e talvez valha a pena para informar o debate, mas também como homenagem ao filósofo húngaro, relembrar alguns momentos iniciais deste que se tornaria, uma década depois, a questão teórica mais candente nas Ciências Sociais dos nossos dias.

– II –

O ponto de partida central da ontologia marxiana, é que os homens, para existirem, devem ser capazes de se reproduzirem enquanto seres humanos; e que a forma específica desta reprodução é dada por uma peculiar relação dos homens com a natureza através do trabalho. A categoria do trabalho emerge, desta forma,

---

<sup>6</sup> Sobre isto, conferir Lessa, S. “Habermas e a centralidade do mundo da vida”, *Serviço Social e Sociedade*, n° 46, dez. 1994 e do mesmo autor “A centralidade do trabalho na Ontologia de G. Lukács”, tese doutoramento em Ciências Sociais, Unicamp, 1994.

<sup>7</sup> Publicado parcialmente no Brasil em 1990 pela Brasiliense.

como categoria central do ser social.

Não por acaso, portanto, a refutação da centralidade ontológica do trabalho enquanto categoria fundante do ser social tem sido uma constante nas tentativas de refutação do pensamento marxiano. O mundo dos homens seria muito mais do que as determinações imanentes da esfera do trabalho, e a postulação marxiana da categoria do trabalho enquanto fundante do ser social seria por demais parcial para dar conta da totalidade do mundo dos homens.

György Lukács e Agnes Heller possivelmente tenham travado um dos momentos mais interessantes do debate acerca desta problemática. Um debate, todavia, bastante curioso, pois travado em sua maior parte após a morte de Lukács, nos inúmeros escritos em que alguns dos antigos alunos de Lukács, da chamada Escola de Budapeste, romperam com o seu antigo mestre.

É sabido, pelas próprias informações transmitidas pelos alunos de Lukács, em um famoso exemplar da revista italiana *Aut-Aut*<sup>8</sup> que, após a redação de Per una Ontologia dell'Essere Sociale, travou-se um intenso debate entre eles e Lukács. A resposta do filósofo húngaro veio através da redação dos Prolegomini all'Ontologia dell'Essere Sociale, onde Lukács reafirma, sob uma nova redação, todos os aspectos fundamentais de sua ontologia.<sup>9</sup> Com isto, Lukács rejeitou como improcedentes as críticas realizadas pelos seus alunos.

Em 1981, dez anos após a morte de Lukács, Heller publicou um artigo em que sintetizou suas críticas ao filósofo húngaro no que diz respeito às questões relativas à centralidade ontológica do trabalho. Possivelmente tenha sido esta a crítica mais contundente, pela sua concisão exemplar e pela sua radicalidade teórica, “paradigma della produzione e paradigma del lavoro” desta concepção de Lukács. Sua forma e seu conteúdo são paradigmáticos das tentativas de refutação “pela esquerda” do filósofo húngaro.

---

<sup>8</sup> - n° 157-58 de janeiro/abril de 1977.

<sup>9</sup> - “Introduzione” de Nicolas Tertulian aos Prolegomini all'Ontologia dell'Essere Sociale, (Ed. Guerini, Milano, 1990) de György Lukács.

Por isso, talvez não seja inútil, ainda que uma década após a publicação do artigo de Heller, nos voltarmos ao exame dos seus argumentos.<sup>10</sup>

No artigo “Paradigma della produzione e paradigma del lavoro”<sup>11</sup> Heller argumenta que o paradigma do trabalho, isto é, a aplicação do “modelo estrutural da atividade de trabalho a todos os tipos de atividade humana”<sup>12</sup>, foi adotado por Marx apenas nos Manuscritos de 1844.

No Capital, Marx teria substituído o paradigma do trabalho pelo paradigma da produção,<sup>13</sup> o qual “não comporta a concepção de uma homologia estrutural de todas as atividades da vida humana com o ‘modelo’ do trabalho”<sup>14</sup>:

“No âmbito do paradigma da produção(.) o sujeito individual torna-se um epifenômeno, enquanto que no paradigma do trabalho o processo de trabalho singular (o processo de trabalho do sujeito singular) serve de modelo estrutural... O ator singular age de acordo com a essência genérica e a essência genérica se exprime em todas as atividades individuais”.

Disto deduz Heller que:

“... o paradigma da produção não apenas difere do paradigma do

---

<sup>10</sup> - O isolamento em que o debate nacional acerca de Lukács se encontra do mesmo debate que se trava na Europa e na América do Norte é estarrecedor. Mesmo neste período de tão difícil sobrevivência do marxismo enquanto corrente teórica significativa para o pensamento contemporâneo, não são poucos os pesquisadores, nem ruim a qualidade, do que tem sido publicado no exterior acerca da obra lukácsiana. Exemplar desta situação é quase completo desconhecimento, em nosso país, deste artigo de Heller. Neste sentido, além da exposição dos nexos fundamentais da articulação entre trabalho e ser social em Lukács, esperamos que este artigo contribua para despertar nos estudiosos de Lukács a importância, e a urgência, de rompermos o isolamento em que nos encontramos.

<sup>11</sup> - Heller, A. “Paradigma della produzione e paradigma del lavoro”, crítica Marxista #4, Editori Riuniti, Roma, 1981.

<sup>12</sup> - Idem, pg. 103.

<sup>13</sup> - Idem, pg. 105.

<sup>14</sup> - Idem, pg. 105.

trabalho, como ainda é a sua contradição lógica, em especial no que diz respeito à aplicação à história.”<sup>15</sup>

Isto posto, Heller se volta contra Lukács:

“A reconstrução lukácsiana do modelo do trabalho é fundamentalmente aristotélica<sup>16</sup>. ... O trabalho é descrito como combinação entre nexos da finalidade e nexos causais.”

Tanto o momento da prévia ideação como o desencadeamento de nexos causais objetivos são atribuídos a atos de indivíduos singulares. “Todas as outras relações humanas são por estrutura homólogas a este ‘one-man-show’”.<sup>17</sup>

Disto decorre, segundo Heller, as seguintes conseqüências:

1) Em primeiro lugar, “...todas as ações e relações devem ser derivadas mediante a analogia com as ações individuais. A sociedade deve ser um edifício construído por elementos cartesianos.”

2) “...tal concepção é reducionista, já que um tipo particular de posição teleológica deve derivar todos os (outros) tipos” – e por esta razão não serve de apoio para o desenvolvimento de nenhuma “lei do desenvolvimento histórico”.

3) Para contornar as dificuldades surgidas deste reducionismo cartesiano, Lukács introduz, segundo Heller, o paradigma da produção através das categorias de generidade em-si e para-si, onde a

---

<sup>15</sup> - Idem, pg. 106.

<sup>16</sup> Mas, logo na página seguinte reconhece o fundamental: “Isto significa que Lukács restringe o paradigma aristotélico da teleologia ao paradigma do trabalho.” (Idem, pg. 111) Esta é a ruptura ontológica fundamental entre a ontologia aristotélica e a de Lukács, que no que concerne ao trabalho e, por extensão, à compreensão da complexa relação entre a natureza e o ser social. Afirmar que Lukács é um aristotélico e, igualmente, reconhecer que há uma ruptura fundamental entre a Lukács e Aristóteles no que concerne à categoria ontológica da teleologia, é, pelo menos problemático. Pois, ao contrário do que afirma Heller, esta ruptura entre Lukács e Aristóteles está longe de ser apenas “uma tentativa de modernizar” o pensador grego. (Idem, pg. 111)

<sup>17</sup> - Idem, pg. 110.

generidade para-si seria a inteira produção da humanidade genérica.

“Assim, para poder reafirmar uma filosofia da história. Lukács introduz o paradigma da produção como se fosse simplesmente a consequência do paradigma do trabalho, o que não é. Este é o motivo pelo qual a Ontologia do Ser Social resulta ser uma tentativa incoerente e autocontraditória de replasmar o marxismo com base no paradigma do trabalho.”<sup>18</sup>

Para Heller, em suma,

“O paradigma da produção constitui a intersubjetividade como mera expressão do desenvolvimento de uma força quase-natural; o paradigma do trabalho constitui a intersubjetividade a partir dos atos individuais de posição teleológica. O primeiro é um positivismo historicizado, o segundo um cartesianismo materialista.” (113)

A nosso ver, o equívoco central das colocações de Heller está em desconsiderar, por completo, que, segundo Lukács, entre a categoria do trabalho e o conjunto da praxis humano-social, há a mediação de um complexo de determinações sociais, que o pensador húngaro denominou categoria da reprodução social.

Trabalho, Reprodução e Totalidade Social.

Postular a categoria do trabalho como categoria fundante do ser social – e, por esta razão – como protoforma das ações humanas, é uma coisa. Reduzir a processualidade concreta do ser social tão somente à categoria do trabalho, é algo bastante distinto.

Vejam os o cerne da argumentação de Lukács a propósito.

Segundo Lukács, com o incremento da capacidade do gênero que, em linhas gerais, passa pela divisão do trabalho, pela divisão da sociedade em classes sociais e pelo desenvolvimento de relações genéricas e materiais (como o mercado, o capital, etc.) que articulam cada vez mais intensamente a generalidade humana

---

<sup>18</sup> - Idem, pg. 122.

(Gattungsmässigkeit).<sup>19</sup>

Para o que agora nos interessa, deste complexo problemático é fundamental que, ao se complexificarem as relações sociais, são exigidas dos indivíduos posições teleológicas cada vez mais articuladas, sociais. Isto termina por explicitar as peculiaridades de um tipo de posição teleológica que não é mais a posição típica de trabalho, mas que, todavia, é imprescindível ao mesmo à medida em que o trabalho assume uma forma cada vez mais cooperativo-social. Nos referimos às posições que têm por objetivo influenciar nas posições teleológicas de outros indivíduos, tendo em vista a realização de certas tarefas em comum.<sup>20</sup> Este desenvolvimento é o solo genético do desdobramento de novas mediações sociais, que não mais pertencem diretamente ao reino da produção. Pensemos, como exemplos, em fenômenos como o direito, a arte, a ideologia, etc.<sup>21</sup>

Repetimos: Lukács insiste seguidamente sobre o fato de que tais complexos sociais, ainda que tenham a sua gênese e o seu desenvolvimento impulsionados pelas necessidades postas pela reprodução material, não mais se relacionam com a transformação da natureza, via trabalho, senão de forma mediada.

O peso destes complexos parciais no desenvolvimento social global tende a aumentar conforme avança a sociabilidade. Da sexualidade à alimentação, da filosofia à esfera econômica, o avanço da sociabilidade impulsiona-os a se desenvolverem, acentuando tanto a peculiaridade de ser de cada um – e, portanto, a heterogeneidade e a contraditoriedade internas da formação social – como também explicitando suas legalidades específicas e seus elementos constitutivos. Em definitivo, no contexto da ontologia lukácsi-

---

<sup>19</sup> - Lukács, G. *Per una Ontologia*, op. cit., vol II, pgs. 287-322/CLXXXVIII-CCXXVIII. Tratamos desta problemática em *Sociabilidade e Individuação* - Ed. UFAL, 1995. Por generidade Lukács entende a universalidade do gênero humano a cada momento existente, historicamente determinada.

<sup>20</sup> - Lukács, *Per una ontologia...*, vol II, pg. 155/XXVI.

<sup>21</sup> - Cf. Vaisman, E. *O problema da ideologia em Lukács*. Dissertação de mestrado, CCHLA, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 1986. em especial o Capítulo I - "Ser Social e Teleologia".

ana, nem a praxis social global é redutível ao trabalho, nem as posições teleológicas se limitam àquelas de ordem primária.<sup>22</sup> Nas palavras de Lukács, entre “o modelo e suas variações posteriores, muito mais complexas, há uma relação de identidade entre identidade e não-identidade.”<sup>23</sup> Tal situação de fato, pela qual há uma identidade final que se desdobra concretamente através de momentos de heterogeneidade, é a base ontológica para que, entre os atos de trabalho enquanto tais e a totalidade da formação social, se interponha um complexo mediador que Lukács denomina *reprodução*.<sup>24</sup>

Salienta Lukács, à sociedade, que a reprodução é uma categoria do ser social ontologicamente distinta do trabalho e que, sem sua mediação, o desenvolvimento social não poderia se dar. Pois, se o trabalho é a categoria fundante do ser social, a reprodução é a categoria que determina o quê e o como do desenvolvimento social concreto, isto é, que determina os rumos concretos da história, a sucessão ao longo do tempo das diferentes formações sociais.<sup>25</sup> Seria, aos olhos de Lukács, um absurdo tentar explicar, por exemplo, as formas concretas que assumiu a complexa passagem do feudalismo ao capitalismo exclusivamente pelas transformações da esfera do trabalho. Sem dúvida alguma, estas transformações foram fundamentais. Todavia, elas apenas puderam exercer a sua efetiva influência sobre o conjunto do tecido social, naquele momento histórico, através de diversas mediações sociais que compõem, justamente, aquilo que Lukács denomina reprodução social.

Isto nos conduz ao cerne da contestação possível, de uma perspectiva lukácsiana, às colocações de Heller. Nos referimos à determinação, por Lukács, do momento predominante (*übergreifendes Moment*) do processo de sociabilização.<sup>26</sup>

Com o surgimento e desenvolvimento de formas de sociabili-

<sup>22</sup> - Cf. Lessa, S., op. cit..

<sup>23</sup> - Lukács, G. *Per una Ontologia...*, op. cit., vol II, pg. 76.

<sup>24</sup> - Lessa, S., op. cit..

<sup>25</sup> - Lukács, *per una Ontologia...*, op. cit., vol II, pg. 145/XIII.

<sup>26</sup> - Lessa, S. op. cit..

dade cada vez mais complexas, vimos que entre o trabalho e a totalidade social se interpõe, uma categoria social cada vez mais densa que é a reprodução. E então, argumentamos que é esta categoria que determina as formas concretas de evolução das formações sociais existentes. Portanto, à categoria da reprodução parece caber o papel de momento prodominante no desdobramento concreto das formações sociais.

E isto, de fato, é assim. Pois, as necessidades concretas para a reprodução do gênero vão se exprimindo de formas cada vez mais sociais, cada vez mais mediadas, de tal maneira que, para a efetivação do próprio trabalho, da reprodução diretamente material, são cada vez mais decisivas determinações que brotam não mais diretamente do trabalho enquanto tal, mas da processualidade social global. Isto nada mais significa senão que o papel ontológico fundante da categoria do trabalho se expressa concretamente através de mediações sociais cada vez desenvolvidas – que o ser-precisamente-assim de cada formação social, determinado na esfera da reprodução, é a expressão concreta, particularizada, da prioridade ontológica do trabalho em cada momento histórico.<sup>27</sup>

Portanto, ao contrário do que afirma Agnes Heller, entre o que ela chama de paradigma do trabalho e paradigma da produção, em Lukács não há qualquer relação de oposição lógica ou ontológica. Entre a esfera do trabalho enquanto tal, e a esfera da produção, se interpõem mediações sociais genéricas que fazem o trânsito concreto entre a singularidade dos atos de trabalho, nas suas imediaticidades, e a universalidade da processualidade social. Desta perspectiva, não há, em absoluto, qualquer incoerência interna em Per una Ontologia dell'Essere Sociale.

Por isso, sua argumentação de que a totalidade lukácsiana não passaria de uma justaposição de elementos cartesianos, nos parece sem fundamento. Vale lembrar que, para o filósofo francês, o todo nada mais é que a soma das partes, e estas se reduziriam a elementos básicos, indivisíveis, *elementares*, em fim. Já a totalidade social, em Lukács, é uma síntese peculiar – cujo fundamento

---

<sup>27</sup> - Lukács, G. *Per una Ontologia ...*, op. cit., vol II, pg. 141/IX.

ontológico é a dialética teleologia/causalidade posta a existir pelo trabalho – de atos humanos singulares. Tais, atos singulares, todavia, apenas podem compor tal movimento de síntese, apenas podem adentrar à totalidade social e ao seu movimento concreto, à medida em que são mediados socialmente pelo ser-precisamente-assim da reprodução social. Isto nada mais é senão a reafirmação da tese marxiana de que o trabalho é um ato social e que, por isso, apenas pode existir *em sociedade*.<sup>28</sup>

Por fim, nos parece im procedente a afirmação de Heller segundo a qual a história não pode ser compreendida se tomarmos o trabalho como protoforma da praxis social. As investigações que Lukács a respeito indicam exatamente o contrário. Isto é, a fertilidade teórica de uma abordagem da ontologia do ser social a partir da categoria do trabalho – desde que consideremos, como o faz Lukács, que a prioridade ontológica da categoria do trabalho se afirma através de crescentes mediações sociais – e não como uma a determinação direta que simplesmente reduz todas as ações humanas a posições teleológicas de ordem primária.

– III –

Considerado de uma perspectiva que apenas o tempo possibilita, as ressonâncias diretamente políticas deste debate se tornam públicas: Heller, Feher e vários dos antigos alunos de Lukács romperam, não apenas com seu antigo professor, mas com o marxismo e, com diferenças importantes entre eles, é verdade, terminaram por se aproximarem ao ideário político neo-liberal. Outros lukácsianos, como Tertulian na França, Oldrini na Itália, e no Brasil José Paulo Netto, Ricardo Antunes, de algum modo se alinham com a centralidade ontológica do trabalho tal como postulada por Lukács. Novamente, não desejamos neste artigo desconhecer estas ressonâncias políticas, mas nos parece importante assinalar, para a riqueza e rigor que o tema exige, que o debate em vários dos seus momentos mais importantes não tem se limitado

---

<sup>28</sup> - Lukács, G. *Per una Ontologia...*, op. cit. vol II. 182/A.XI.

exclusivamente a esta esfera. É que uma das contribuições mais significativas para os aspectos filosófico-teóricos dele pode ser encontrada nos escritos póstumos do filósofo húngaro.

## QUEM SE COMUNICA, SE TRUMBICA: PODER E “COMUNICAÇÃO DE MASSA”

*Ubiracy de Souza Braga\**

O título deste trabalho é uma inversão, e proposital, para o dito popular de Abelardo Barbosa, o “Chacrinha”, porque inscrevia naquele *momento* um ato de “comunicação de massa”. O próprio cantor e compositor Gilberto Gil (e tantos outros) chegara a reiterar numa de suas composições: “Chacrinha continua comandando a massa”... anos depois.

Desde já, a assertiva de nossa argumentação *parece* pessimista, pois a expressão correta: “quem *não* se comunica, se trumbica”, expressa muito bem a *exterioridade* desta relação, com a implicação de que a relação espaço público eletrônico/regime político e institucional destaca uma etapa importante da evolução do sistema de *mídia* no Brasil, marcado pelo período autoritário-repressivo após o golpe político-militar de 1964. Interessa-nos entender quem se trumbica, quando se comunica.

Se quisermos ser “otimistas”, se estamos de acordo com a maioria dos estudiosos de comunicação, não é novidade o fato da comunicação, sendo assim entendida, tornar-se, principalmente com o advento da televisão, em um “campo estratégico de configuração instrumental indispensável à reconversão permanente do imaginário social suscetível de legitimar interesses divergentes e con-

---

\* *Professor Visitante* do Mestrado em Sociologia da UFPB - Campus II - Campina Grande-PB.

traditórios na sociedade moderna"<sup>1</sup>.

O controle da informação no Brasil, ou da formação social e da (in) formação social, tem uma história construída a partir de "cumplicidades objetivas", como afirma Linda Bulik<sup>2</sup>, i. é., tecida de conveniências entre alguns setores dominantes, segmentos militares, *trusts* estrangeiros e grupos patronais dos chamados meios de comunicação de massa.

No caso brasileiro, a grande expansão quantitativa e qualitativa dos meios de comunicação eletrônicos com características modernas foi o resultado da ação dos governos militares no período pós 64. Se houve um objetivo político alcançado plenamente pelo regime militar, este foi o de inscrever o país prospectivamente no circuito do processo de acumulação em sua etapa transnacional, na falta de melhor expressão, de uma forma enormemente dinâmica porém a um custo social elevadíssimo.

Assegura-nos Rocha F<sup>o</sup>., que a execução desses planos dotou o país de uma moderna e sofisticada infra-estrutura de telecomunicações – estações terrenas, comunicações por satélite, centro de TV, microondas em visibilidade, microondas em ondas curtas, rede de telefonia, banco de dados, satélites artificiais, etc., – que o colocou entre as nações mais adiantadas em matéria de telecomunicações, comparativamente com outros países da América Latina e Caribe exceto o caso particular do México<sup>3</sup>.

A implantação dos sistemas globais de comunicação e informação constituem um fato real na América Latina.

Os novos sistemas de comunicação e informação, situados na intersecção da informática, as telecomunicações e os meios audiovisuais, são sistemas complexos interconectados. O conceito de telemática, fruto da contração de telecomunicações e informática, dá conta desse processo de síntese. A convergência de numerosas

---

<sup>1</sup> Cf. referências em *Comunicação e Política*. São Paulo, CBELA, 1989, vol. 9 (2,3,4).

<sup>2</sup> Linda Bulik, "Controle da Informação no Brasil" in *A Segurança do Povo: Um Desafio à Comunicação*. São Paulo, Edições Paulinas, 1984.

<sup>3</sup> Aloísio da Franca Rocha F<sup>o</sup>., *Comunicação de Massa e Estado: Televisão e Política de Telecomunicações (1950-75)*. São Paulo. ECA/USP, 1981.

redes por onde circulam os fluxos de informação rumo a um ponto único, a tela do terminal do computador – que bem pode ser a do televisor familiar –, indica a possibilidade de isolar, em nossos dias, os campos até faz pouco tempo dissociados da *informação-notícia*, a *informação-entretenimento*, a *informação-controle-social*.

Segundo Mattelart e Schmucler, é evidente que o tratamento da informação impregna todas as instâncias da vida individual e coletiva até tal ponto que, assinala em forma gráfica um engenheiro brasileiro, “a dificuldade em definir a informação é similar a que encontramos para definir a vida”<sup>4</sup>. A presença da informação é dominante em campos amplíssimos que vão desde os processos produtivos econômicos até os mecanismos de regulação social. Mais ainda, a informação se transforma em um elemento básico de reordenamento dos aparatos políticos, econômicos, culturais e militares de quase todas as formações sociais existentes<sup>5</sup>.

O desenvolvimento acelerado de novos sistemas de informação põe à ordem do dia a questão da transferência de tecnologias culturais. É preciso sublinhar o fato essencial de que a transferência destas tecnologias de informação, mais talvez do que outro, equivale cada vez mais a uma transferência de modelos globais de organização de poder.

É certo que a ausência de capacidade de criação e produção de equipamentos torna impossível o tipo de conglomerado que se tem descrito nos países de “capitalismo hegemônico”. Em primeiro lugar, assiste-se a um processo crescente de privatização dos aparatos de cultura, ou pelo menos, de discussão sobre a convergência dessa privatização. Em segundo lugar, os casos em que o privado já era dominante, se registra a ampliação dos conglomerados mediante a incorporação de diversas atividades no campo da cultura e da informação. As novas tecnologias se oferecem, nos grupos mais concentrados, como ocasião de desenvolver ainda mais a

---

<sup>4</sup> Edgard Parente “O Desafio da Informação” in *Revista Nacional de Telecomunicações*, maio 1979. Apud Armand Mattelart e Héctor Schmucler, *América Latina en la Encrucijada Telemática*, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1983, p. 12.

<sup>5</sup> Armand Mattelart e Héctor Schmucler, ob. cit.; p. 12.

tendência vigente à monopolização das mensagens enquanto informação.

Sabe-se que no campo da comunicação utilizam-se conceitos mistificadores, o que é necessário, deste ponto de vista, porque não se trata da *realidade social em si*. Desde o conceito de comunicação, até o de massa, são termos que não deveríamos utilizar porque, a raiz de um certo nível de criticidade, sabemos – p. ex., – que não podemos falar de meios de comunicação; que quando mais são meios de distribuição, ou de difusão, como dizem alguns.

Segundo Bisky, pode-se dizer que; a) os meios de comunicação de massas são realmente meios de produção, destinados à produção de mensagens-mercadorias. Através dela se geram e articulam os valores-de-troca com os quais os membros de uma sociedade estabelecem seu "intercâmbio comunicativo". A produção de mensagens na comunicação de massas é uma coesão seletiva. Os meios de comunicação de massa asseguram a coesão da mesma classe dominante, ao menos naqueles aspectos que são fundamentais para sua dominação. No próprio processo de produção se criam os espaços de poder, tanto econômicos, políticos, como sociais. Aqueles que dominam estas mensagens dominam também *espaços*, portanto, se convertem na classe hegemônica de uma sociedade.

b) A função de reprodução é a mais importante e básica dos meios de comunicação de massa. Sob a aparência de *objetividade, diversidade, indiferença e imparcialidade* da produção dos meios se esconde um uso de códigos que revela a transmissão de diversas normas seletivas, as relações de poder, da sociedade ou a relação da organização com a estrutura de domínio social<sup>6</sup>.

Dieter Prokop esclarece este ponto quando distingue espaços de apropriação do saber no âmbito da comunicação. Para ele, a "esfera do público" designa o âmbito de comunicação social que fica ao subtrair a sua incumbência tanto o trabalho na empresa como o âmbito familiar e que se caracteriza pela concorrência, real ou fictícia, de pessoas livres para discutir questões que são de

---

<sup>6</sup> Lothar Bisky, *Crítica de la Teoría Burguesa de la Comunicación de Masas*. Madrid. Ediciones de la Torre, 1982, pp. 20-24, grifado no original.

interesse geral. A esfera do público se refere e abarca desde as reuniões das associações até os atos de pura “socialidade”.

Para a análise da esfera do público é necessário fazer uma dupla distinção:

a) *A esfera do público no mais amplo sentido que compreende os partidos políticos e as empresas.* Historicamente esta esfera soube conquistar a igualdade jurídica e a livre circulação das mercadorias e notícias, com a diferenciação de poderes (no sentido clássico europeu) e corporações profissionais como ‘poder público’. Ao mesmo tempo, e como natureza política se refere ao funcionamento do Estado, e é o espaço da ‘opinião pública’ informal e (em época eleitoral) formal. Esta esfera se caracteriza pela liberdade formal dos sujeitos, pela liberdade, em princípio ilimitada, de expressão, pelo livre acesso aos meios necessários para isto, e pela oportunidade de ter uma influência real. De outra parte ela tem experimentado uma modificação estrutural, derivada das modificações de caráter oligopolístico e monopólio tanto das estruturas do mercado como das estruturas de poder: a saber, o predomínio de sistemas políticos com só dois ou três partidos, a presença organizada de poderosas associações de interesse dos grupos ‘socialmente relevantes’ e a organização da forma de mercado oligopolísticas e monopolistas e, como consequência, a aparição e prevalência dos grandes *trusts*. Frente a todos estes resultam impotentes aqueles grupos – incluídos alguns propriamente burgueses – cujos interesses não se tem generalizado eficazmente o que por sua própria estrutura não tem a possibilidade de generalizar-se.

b) *A esfera do público alternativa, não organizada, das massas, das pequenas empresas, das associações, dos artistas, dos jornalistas, etc.* Estas formas de esfera do público incluem elementos burgueses e proletários, possuem uma tradição antiga e surgem sempre em fases de transformações revolucionárias: camponeses e artesãos, pequenos produtores urbanos e o elemento nas revoluções burguesas criaram tanto no exército (os ‘independentes’, os ‘niveladores’ na revolução inglesa) como no bairro (os *san cullotes* na revolução francesa) esferas do público de natureza política ao mesmo tempo que formas próprias de organização de

'democracia direta'. A compreensão cabal das esferas do público proletários pode resumir-se nas duas exigências seguintes: descentralização do poder de Estado, por um lado, e autogestão dos trabalhadores nas empresas dentro de uma planificação democrática do processo econômico, por outro<sup>7</sup>.

Como já indicamos anteriormente, desde o período autoritário-repressivo aos dias de hoje, a esfera do público e do privado marcam a especificidade do processo histórico-social brasileiro. Naturalmente, quando aqueles que detém os *processos de comunicação* na sociedade omitem a relação entre violência e estado de segurança, violência e arbítrio, violência e lei de segurança nacional, eles possibilitam uma percepção *unilateral* do fenômeno, *naturalizam* a violência e abrem caminho para novas formas de controle social (com o domínio da informação e dos processos de comunicação), continuando, porém, mantidos à distância as reivindicações populares que atestariam a(s) violência(s) entranhada na estrutura social.

"A chegada da Globo coincidia com importante momento de transformações porque passava o Brasil. O grupo que deflagrou o movimento de 64, no poder, redimensionou os rumos políticos e econômicos do país. Realizar a integração nacional era a meta dos novos governantes. Aumentar a produção nacional a qualquer preço era a palavra de ordem no campo econômico. Já no final daquela década o Brasil imprimia um ritmo acelerado a sua economia. Inúmeras fábricas surgiam semanalmente, centenas de produtos eram lançados no mercado, a classe média brasileira estava bem nutrida de dinheiro e atendia cãndida e feliz aos apelos do consumo. O país estava na era do Marketing"<sup>8</sup>.

O canal 4 TV Globo do Rio de Janeiro foi ao ar pela primeira

---

<sup>7</sup> Ver Dieter Prokop, "Esfera de lo Público Burguesa y Esfera de lo Público Alternativa: Características Institucionales y Problemas Estructurales" in José Vidal Beneyto (Editor), *Alternativas Populares e las Comunicaciones de Masa*. Madrid. Centro de Investigación Sociológicas, 1970, pp. 83-84, passim.

<sup>8</sup> "E o Brasil virou Aldeia Global", *Meio e Mensagem*, 30.4.1980, p. 7. Apud Carlos Rodolfo Amêndola Ávila, *A Tele-invasão: a participação estrangeira na televisão do Brasil*. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1982, p. 37.

vez em 1965, sendo captado então pelos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. Sua implantação conta com um acordo operacional com a *Time-Life*, a qual em troca do aluguel de um prédio da Globo, fornece um financiamento para a montagem da emissora.

“A história da Globo remonta a 62, quando a emissora assinou secretamente um contrato com o grupo americano *Time-Life*. O documento estabelecia uma ‘sociedade em conta de participação’, e aos diretores estrangeiros garantia cerca de 30 por cento dos lucros líquidos anuais do empreendimento – A Globo. Quatro anos depois, era instaurada uma CPI sobre as relações *Globo/Time-Life*. E ficou-se sabendo que homens da influência dos ministros Carlos Medeiros e Silva, da Justiça, e Luiz Gonzaga Nascimento e Silva, do Trabalho, participaram das negociações. A CPI decidiu que os acordos feriam a constituição. A interferência de um grupo estrangeiro na orientação de uma empresa de comunicação era frontalmente contrária aos interesses nacionais, entendiam os deputados. Mas, em 67, o governo Costa e Silva declarava infundadas as acusações e arquivava o inquérito. Pressões políticas levaram o Executivo a reabri-lo pouco depois – e a emissora seria finalmente nacionalizada em 69”<sup>9</sup>.

Na excelente pesquisa de Daniel Herz<sup>10</sup> sobre a Rede Globo, a quarta maior rede privada do mundo, ficam claras as cenas de *gangsterismo*, como diz-nos o autor, de Lobby e barganha política junto aos governos militares, de Castelo e Costa e Silva, que marcam a implantação da Rede Globo de maneira *ilegal* e até mesmo *criminosa*.

A doutrina de segurança nacional, comparada com regulamentação e códigos de telecomunicações, mecanismos de censura e propaganda política intensiva através da televisão, revela o labirinto intrincado por onde o fluxo da segurança Nacional se cristalizou nessas mesmas leis, decretos, censura, ameaças, prisões ou propaganda política explícita. E, por extensão, por onde a coalizão

---

<sup>9</sup> Elisabeth Carvalho, “O Modelo Econômico: Uma Só Nação, um Só Mercado”, Anos 70, cap. V – Televisão, p. 105. Apud Carlos Rodolfo Amêndola Ávila, ob. cit., p. 39.

<sup>10</sup> Daniel Herz, *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre, Editora Ortiz, 13ª. edição, 1989.

dominante azeitou as peças de seu poder.

Mas tratava-se de uma guerra diferente, principalmente com a doutrina Truman, que igualava o comunismo ao nazismo e que buscava conquistar o mundo, através da guerra das armas, da guerra política, da *guerra econômica* ou da *guerra psicológica* ou do domínio da informação.

Portanto, a assertiva de nossa argumentação expressa muito bem a exterioridade desta relação, com a implicação de que a relação espaço público eletrônico/regime político e institucional, destaca uma etapa importante da evolução recente do controle de *mídia* no Brasil (até os dias atuais), bastando para isso ligar a televisão.

## A SUGESTÃO DE EQUILÍBRIO E AJUSTAMENTO EM KEYNES\*

Wagner Nóbrega\*\*

### APRESENTAÇÃO

Desde que suas obras começaram a ser publicadas, John Maynard Keynes tornou-se senão referência, pelo menos um fermento no “caldo de cultura” do Pensamento Econômico.

No ano do sesquissagésimo aniversário daquela que é considerada a obra principal de Keynes – a Teoria Geral – tantas já são as proposições que se formaram, seja a partir da discussão sobre considerações keynesianas confrontadas com outras de teorias diferentes, seja da burilação do conteúdo da Teoria Geral, que se pode identificar a aparição de grupos distintos de pensamentos em função da teoria keynesiana, que se constituíram correntes do pensamento econômico, diferenciadas conforme as afinidades distintas sobre temas e óticas que cada uma delas enfatiza como sendo de importância no tratamento das questões de Teoria Econômica.

---

\* Agradeço ao colega Robério Ferreira dos Santos pelo incentivo moral e o acesso a parte da bibliografia, sem a qual o presente artigo não seria concretizado.

\*\* Professor auxiliar substituto do curso de Economia da Universidade Federal da Paraíba – Campus II. Mestrando do Curso de Economia do Trabalho da UFPB – Campus I

O presente artigo é uma sistematização de uma parte dessa “árvore genealógica” com que pode ser representado hoje o Pensamento Econômico com relação a Keynes, tratando das principais teorias que dão ênfase aos aspectos de equilíbrio geral e de ajustamento como característicos da teoria de Keynes<sup>1</sup>, quais sejam a abordagem IS – LM, a consideração dos efeitos do *real cash balance* e da preferência pela liquidez para o equilíbrio e ajustamento da economia através de variações nos preços, e o ajustamento através das quantidades, as quais compõem a estrutura básica da **Síntese Neoclássica**.

Não se pretende com a sistematização em questão, esgotar a discussão sobre diferenças e afinidades entre a teoria keynesiana e essas suas abordagens. O que se pretende é, apenas, destacar a importância do pensamento keynesiano no conjunto do pensamento econômico, usando-se, para tanto, de um exemplo ao tratar de uma das correntes mais divulgadas desse pensamento.

O tema é apresentado em cinco seções. A primeira é uma proposta de caracterização da teoria keynesiana. Da segunda à quarta, são apresentadas as principais teorias de abordagem da Teoria Geral da corrente da Síntese Neoclássica e comentadas à luz do tratamento dos principais postulados que caracterizam a teoria keynesiana, conforme derivados da caracterização apresentada na primeira parte. Na última seção, se encontram as nossas considerações finais.

## 1. A TEORIA DE KEYNES.

Caracteriza, fundamentalmente, a teoria keynesiana, a preocupação explicitada na Teoria Geral, em explicar o sistema econômico com plausibilidade nos fatos da experiência da sociedade econômica de sua época, uma vez que considera que as proposições “clássicas” não são pertinentes aos fenômenos de então. São, pois,

---

<sup>1</sup> Para fins de simplificação, caracterizaremos a teoria keynesiana com base, tão somente, na leitura da Teoria Geral. Assumimos, com isso, os riscos de deixar de considerar contribuições presentes principalmente em outras obras.

os sentidos de atualização e aplicabilidade – não-empiricista – que norteiam a chamada “Revolução Keynesiana”. Neste sentido, o primeiro capítulo da Teoria Geral é revelador daquilo que Victoria Chick considera como sendo a teoria de Keynes uma “abstração pertinente”<sup>2</sup>.

No capítulo 18, ao justificar a escolha das variáveis que considera para estudo, Keynes revela ter se absterido de analisar e de levar em consideração as conseqüências das variações das seguintes: (Keynes: 1988, p. 191)

[a] capacidade e quantidade de mão-de-obra disponível, o estado da técnica, o grau de concorrência, os gostos e hábitos dos consumidores, as desutilidades das diferentes intensidades de trabalho e das atividades de supervisão e organização, bem como a estrutura social, incluindo as formas que determinam a distribuição da renda nacional.

Uma vez desconsideradas essas variáveis, a teoria keynesiana trata de explicar a possibilidade de a demanda ser insuficiente em relação àquela para a qual os empresários decidiram seus níveis de produção<sup>3</sup>, o que é conhecido como o *problema da demanda efetiva*. Tratem-se de tal problema.

A demanda efetiva para Keynes é equivalente ao volume de negócios realizados na economia em cada período, a um nível de preços respectivo. Para o fechamento de tais negócios oferta e demanda de toda a economia – respectivamente chamadas de oferta e demanda agregadas – são confrontadas.

A oferta agregada é o volume de produção decidido pelas firmas, quando esperam maximizar lucros, para receitas esperadas dependentes do nível de preços esperado e custos calculados com base na combinação de um certo volume de trabalho empregado (que, a nível agregado, é o nível de emprego) com os insumos para

---

<sup>2</sup> Chick, Victoria. Macroeconomia após Keynes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

<sup>3</sup> Lima (1992, p. 15) considera como tipicamente keynesiana a preocupação de saber como a teoria econômica contemporânea explica os níveis de produção e do emprego a partir da inevitabilidade do desemprego involuntário em economias tipicamente capitalistas.

as condições técnicas prevalecentes. Na representação de tais custos, Keynes considera todos eles em relação à unidade de trabalho, medindo para esta unidade não só os salários nominais, como também a proporção dos “outros elementos de custo” que lhe são correspondentes<sup>4</sup>.

Do que foi dito acima, a oferta agregada pode ser representada algebricamente da seguinte forma:  $Z = f(N)$ , sendo  $Z$  o nível de preços esperado pelos ofertantes para o volume de produção  $f(N)$  e o nível de emprego  $(N)$  respectivos.

A demanda agregada na forma como acontece na atividade econômica, é composta por uma parte de demanda por bens de consumo e outra de bens de investimento. Ela pode ser representada como a estimada pelo agregado das firmas da economia para um dado volume de emprego e renda correspondentes. Tomando esse ponto-de-vista, Keynes representa a demanda agregada da seguinte forma:  $D = f(N)$ , sendo  $D$  o nível de preços ao qual a demanda deseja adquirir a produção resultante de  $N$ .

Contudo, a demanda efetiva, ou aquela que de fato acontece na atividade econômica, não necessariamente é tão grande quanto a esperada pelas firmas ao definirem a representação desta demanda.

Pode acontecer que ao nível de renda resultante de um determinado nível de emprego, as pessoas desejem comprar menos produto do que o ofertado, ou dito da forma de Keynes, que o nível de preço esperado pela oferta ( $Z$ ) é maior do que o que de fato a demanda aceita  $D$ , significando que a oferta superestimou a demanda.

O desacompanhamento da atividade econômica de demanda, ou demanda efetiva, em relação à sua estimação é explicado por Keynes pelo fenômeno da propensão marginal a consumir, que faz com que o desejo de demanda por bens de consumo aumente sempre menos do que a renda. Com a atuação deste fenômeno, se a oferta estivesse em um nível estabelecido para uma maximização

---

<sup>4</sup> “... o salário nominal e os outros elementos de custo permaneçam constantes por unidade de trabalho...” (Keynes: 1988, p. 39).

de lucros cujas receitas previam um nível de renda resultante de determinado nível de emprego que acaba não confirmando tais receitas, os produtores de bens de consumo acabariam teriam, no imediato, uma perda correspondente às receitas não confirmadas. Para compensar tal perda a firma teria de desempregar até atingir o nível de produto desejado pela demanda. Com isso, o equilíbrio entre a oferta e demanda efetiva aconteceria a um nível inferior daquele esperado pelos ofertantes quando da representação da demanda agregada, de modo que seria possível oferta e demanda estarem equilibradas com desemprego involuntário, visto que a tal nível de equilíbrio a oferta teria capacidade de empregar mais, mas não o faz por conta da deficiência da demanda.

Para que a economia atingisse um equilíbrio automático entre oferta e procura, portanto, seria necessário que coincidissem de ao mesmo tempo em que a demanda por bens de consumo se mostrasse insuficiente, a demanda por bens de investimentos tivesse aumentado antes no montante suficiente para cobrir a diferença entre a demanda efetiva e a esperada. Com isso, para aumento da renda, o emprego teria de ser distribuído mais que proporcionalmente para a indústria de bens de capital do que para a de consumo, no montante exato para compensar a queda não prevista do consumo. Só neste caso circunstancial não haveria desemprego involuntário, ou, se já houvesse, tal desemprego não aumentaria.

A explicação feita do problema da demanda efetiva circunscreveu-se a uma abordagem estática da atividade econômica, de modo a evidenciar, tão somente, a diferença entre níveis de demanda esperado e efetivo em cada momento. Passaremos a descrever, rapidamente, o processo que compreende não só uma daquelas comparações momentâneas, como também todas elas.

Para Keynes, uma vez que os empresários contratam trabalhadores esperando a maximização dos lucros, definida na maior diferença entre as receitas esperadas e os custos correntes de produção, à favor das receitas, e sendo o nível de produção o resultado da combinação do nível de emprego assim definido sob as condições físicas existentes de produção – que incluem a tecnologia – tanto o nível de produção, quanto o de emprego dependem das expectativas dos empresários.

Depois de definido o nível de produção, caso essas expectativas não se confirmem, deve, em consequência, cair o nível de emprego, independentemente de os trabalhadores aceitarem se empregar a salários mais baixos. Não existindo expectativas de vendas futuras que maximizem os lucros como esperados<sup>5</sup>, não haverá emprego, caracterizando-se, com isso, a possibilidade de permanência do desemprego involuntário.

São, portanto, o papel passivo do emprego com relação às decisões dos empresários e a possibilidade da insuficiência da demanda perpetuar-se, que caracterizam a teoria keynesiana.

Depois de assim sugerida como problema econômico, a demanda efetiva, é explicada em função da relação entre os níveis de emprego, dos investimentos, da renda e da taxa de juros. Passaremos a tratar dessas relações.

As expectativas de longo prazo sobre os retornos futuros dos bens de capital que o agregado dos empresários – que passaremos a chamar de empresariado<sup>6</sup> – resolve acrescentar às capacidades produtivas de suas firmas, juntamente com os preços dos mesmos bens de capital, determinam a taxa de eficiência do capital, ou eficiência marginal do capital.

A teoria keynesiana se caracteriza pela consideração da incerteza, que está relacionada com a impossibilidade de se garantir no futuro rendimentos obtidos no presente ou esperados de se obter. Em tal quadro, a moeda assume um papel fundamental. Pela combinação de suas características de reserva de valor e meio de troca, ela é a mais confiável para garantir hoje comando sobre consumo ou rendimentos futuros. Por isso, a moeda tem atratividade própria, ao que se chama de preferência pela liquidez. Es-

---

<sup>5</sup> Corresponde aos incentivos a investir. A possibilidade de pouco incentivo a investir é sugerida por Keynes, considerando-se os fatores de aumento do risco que se segue ao aumento das incertezas, causado, por exemplo, pelo fato de que a propensão a consumir de uma população tende, segundo Keynes, a ser menor quanto maior a renda da nação.

<sup>6</sup> A agregação keynesiana supõe o conflito entre as decisões de planejamento e de efetivo dos agentes, de modo que o agregado não é o somatório das decisões individuais, mas a solução daqueles conflitos, que raramente tem em poucos agentes individuais uma representação perfeita.

tando a preferência pela liquidez relacionada à troca e à especulação, principalmente, a demanda por moeda pode ser considerada como sendo composta por uma parte para transação e outra para especulação. Saliente-se que todos os ativos que assumirem essa propriedade, de reserva de valor facilmente conversível em meio de troca, são considerados substitutos próximos da moeda e devem constar no cálculo da mesma, conforme seus graus de convertibilidade ou liquidez.

Conforme for pessimista ou otimista a resultante das expectativas de curto e de longo prazos, o estado de confiança na economia correspondente a cada resultante dessas expectativas aponta, respectivamente, positiva e negativamente para a preferência pela liquidez para especulação, aumentando, assim, a demanda por moeda em sua componente de especulação.

Se o estado de confiança é baixo, a preferência pela liquidez alta faz com que se aumente a demanda monetária na sua parte de especulação.

A demanda monetária, confrontada com a oferta monetária, determinam a taxa de juros.

Sendo o investimento uma decisão relacionada com o longo prazo, ele acontece como resultado da comparação entre a eficiência marginal do capital com a taxa de juros.

Estando baixo o estado de confiança, e mantendo-se constante a oferta monetária, ou não crescendo na mesma proporção da demanda, as taxas de juros se tornam altas relativamente à eficiência marginal do capital, o que reflete o pouco incentivo a investir do empresariado. Diz-se que “reflete”, porque quanto maior a incerteza do empresariado, maior será a taxa de juros, caso se mantenha constante a oferta monetária, um vez que aquela incerteza se reflete na maior demanda por moeda, dada a preferência pela liquidez. Portanto, é o grau de incerteza do empresariado, resultante de sua expectativa, que determinam o investimento.

O investimento, relacionado à propensão a poupar da população, via multiplicador, determina o nível da renda e, dadas as condições físicas da oferta para tal nível de renda, do emprego. Assim sendo, são as variações do nível de investimento que de-

terminam as flutuações do nível do produto e do emprego. Cabe considerar que a propensão a consumir, cujo inverso é a propensão a poupar, depende negativamente do nível da renda (riqueza) de uma população.

Do que vimos acima, depreende-se que, a dinâmica de Keynes pode ser entendida através de sua teoria da determinação da renda, e que esta teoria é composta, fundamentalmente, por uma teoria do investimento, uma teoria da moeda e uma teoria da taxa de juros.

Diante de flutuações da renda e do emprego respectivo, a moeda assume um papel ativo, à medida que se sua oferta for exógena, o aumento dela, por exemplo, pode compatibilizar-se com o aumento da demanda monetária, quando, tendo crescido sua desconfiança na economia, a preferência pela liquidez do empresariado é elevada. O resultado de tal compatibilização é a manutenção possível da taxa de juros ao nível anterior ao do aumento da demanda monetária. Portanto, fica sugerida a possibilidade de manipulação da taxa de juros, caso a política monetária seja ativa.

Contudo, sendo a política monetária restrita aos fenômenos de curto prazo, e estando as decisões de demanda monetária da comunidade como um todo permeadas pela incerteza com que se relacionam as decisões do presente com as expectativas de futuro, a eficácia da política monetária apenas por um acaso será obtida.

O alcance da teoria de Keynes pode ser entendido como sugerido por O'Donnell [Lima (1992, p. 26)]:

- 1) o fato de ser ela uma teoria do produto como um todo;
- 2) sua compatibilidade com a existência de um espectro variado de níveis de equilíbrio de emprego, enquanto a ortodoxia permanecia confinada ao equilíbrio ao pleno emprego; e
- 3) sua aplicabilidade a todas as circunstâncias sob as quais pudesse ocorrer a produção capitalista.

## 2. A SÍNTESE NEOCLÁSSICA.

A denominação de "Síntese Neoclássica", é mencionada por

Hicks para designar uma escola que se estava formando a partir de suas considerações no *Value and Capital*, e cujos fundadores eram Samuelson, Arrow, Friedman e Don Patinkin, como nos chama a atenção Franco [Almeida (1988)].

As idéias contidas na obra inspiradora dessa corrente do pensamento econômico têm por fundamento o modelo IS-LM, que aparece pela primeira vez no artigo “O Sr. Keynes e os Clássicos” de Hicks, apresentado em 1936 numa reunião de Oxford da Sociedade Econométrica. Partiremos, pois, deste artigo para descrever os traços fundamentais dessa escola.

### 2.1. O instrumental IS-LM.

Na primeira parte de seu artigo, Hicks se lança à tarefa histórica de sistematizar aquilo que seria o sistema da teoria chamada por Keynes de clássica, para em seguida discutir as possíveis contribuições keynesianas da Teoria Geral.

A descrição hicksiana da estática clássica é composta por três equações fundamentais:  $M = kI$ ,  $I_x = C(i)$  e  $I_x = S(i, I)$ , sendo  $M = kI$  a equação quantitativa de Cambridge, para  $I =$  renda total;  $I_x =$  renda ganha no setor de bens de investimento ou demanda por investimento;  $S =$  poupança; e  $i =$  taxa de juros. A primeira equação nos indica que sendo conhecida  $k$  para um estoque de moeda dado, encontra-se a renda total. A segunda equação indica a dependência do montante do investimento em relação à taxa de juros, enquanto a terceira representa a identidade de gastos com investimentos e poupança. A combinação das três últimas equações nos demonstra o caráter real da taxa de juros, uma vez que a poupança deve ser entendida como adiamento de consumo. Assim, para uma dada taxa de juros e volume de poupança respectivo, chega-se à renda do investimento.

Se supusermos depreciação total do estoque de equipamentos da economia no período precedente à compra dos bens de investimento, uma vez determinado o volume de bens de capital da economia e sendo dada sua função de produção e a distribuição funcional da renda, o volume de emprego nos setores de bens de consumo e de investimento acaba sendo encontrado.

Em função dessa estática, Hicks descreve a dinâmica clássica como sendo explicada a partir de variações em  $M$ ,  $k$  ou da distribuição de rendas. É da discussão dessas causas das flutuações que surge o que para Hicks vai caracterizar a teoria keynesiana. Portanto, a Teoria Keynesiana surge no artigo de Hicks em confronto com a dinâmica clássica, o que evidencia a identificação feita por Hicks da Teoria Geral com uma teoria de dinâmica econômica. Passaremos a tratar dessas relações de dinâmica.

A tentativa de explicação das flutuações industriais por via da variação de  $M$  poderia ser frustrada por uma série de dificuldades, segundo o autor tratado, porque sendo variação do empréstimo bancário, e estando os bancos propensos a emprestar, seria necessário se conhecer os determinantes do volume de crédito necessário para baixar a taxa de juros, bem como os elementos definidores do prazo de vigência desta queda, ou, o que dá no mesmo, do processo de elevação de preços aumentando o desconto bancário (determinando, assim, o fim da vigência daquela queda da taxa de juros).

Por outro lado, é possível entender-se as flutuações através da observação da ação do comportamento dos agentes em relação à taxa de juros, manifesto na constante marshalliana. Se o princípio marginal opera na manutenção de saldos líquidos, tornando igual, conforme citação de Lavington feita por Hicks (p. 365), os retornos da moeda com gasto em consumo, com manutenção da mesma e com taxa de juros líquida, pode-se encontrar nessa possibilidade, segundo Hicks, a “passagem” para o início da teoria keynesiana.

Keynes, segundo Hicks, teria inicialmente dado destaque ao tratamento da demanda monetária como estando, tão somente, em função da taxa de juros, o que significa mudar a primeira equação do sistema clássico para  $M = L(i)$ . Cabe observar-se que mesmo tendo considerado que também descarta-se qualquer influência da taxa de juros sobre a parte da renda poupada, mudando-se a terceira equação clássica para  $I_x = S(I)$ , acaba considerando esta “segunda emenda” como insignificante. A “primeira emenda” indica que, a um dado estoque de moeda, será determinada a taxa de juros e não mais a renda nacional.

O esquema keynesiano assim composto acaba, em relação ao clássico, por independentizar a demanda por investimentos da determinação da taxa de juros. O que explica a taxa de juros para um estoque dado de moeda é a preferência pela liquidez (L).

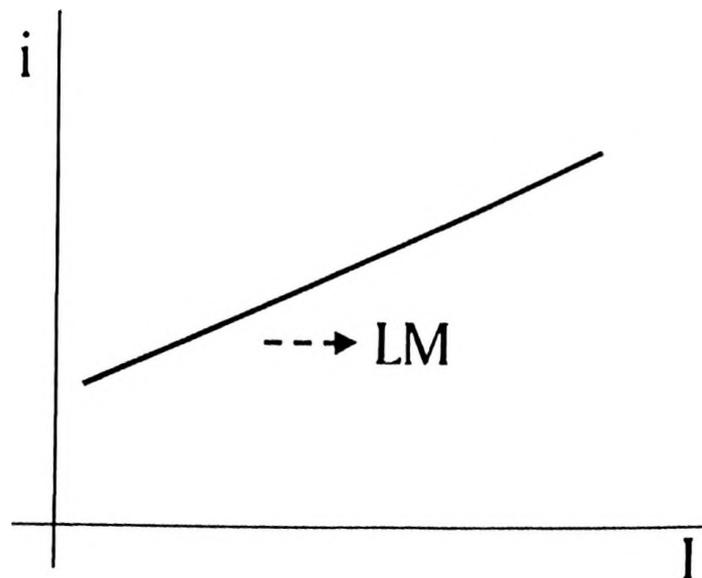
Os três principais componentes da preferência pela liquidez ocupam na análise hicksiana papéis diferenciados ao longo da explicação da dinâmica econômica. Tal diferenciação pode ser percebida relacionando-se o prazo da taxa de juros com os respectivos riscos. No curto prazo predomina o motivo precaução, porque o que prevalece é a maior ou menor comodidade em se manter moeda disponível. O motivo especulação atua mais a longo prazo, à medida que, em contraste com a garantia de desconto do título no curto prazo, no longo prazo as condições de desconto seriam desconhecidas, o que possibilitaria ganhos sobre acertos e erros com taxas de juros contratadas. O incremento do risco significaria, concomitantemente, a elevação dos custos de uso da moeda. Por isso, à medida que aumentam as taxas de juros, seguindo o aumento dos riscos<sup>7</sup>, diminui a demanda por moeda relativamente ao volume de transações. Em outras palavras, há uma tendência a que a taxa de juros aumente no longo prazo, enquanto a demanda por moeda aumenta menos que proporcionalmente à elevação do volume de transações. conseqüentemente, no curto prazo, quando se estabelecem as taxas de juros dos títulos, poderia haver uma taxa de juros suficiente, apenas, para remunerar a valorização na margem da moeda e do respectivo título, caso o motivo precaucional fosse mínimo. As implicações deste nível mínimo de taxa de juros para as quais Hicks nos chama a atenção podem ser percebidas depois que Hicks, considerando que Keynes teria montado a equação de M em função tão somente de i para fins de simplificação, e que ele mesmo, dentro do caráter geral de sua teoria, admitia a influência de outras variáveis, tais como o nível de renda,

---

<sup>7</sup> Por isso se pode dizer que a abordagem nominal da taxa de juros das teorias dos fundos de empréstimo não é incompatível com o entendimento de Hicks sobre a taxa de juros, à medida que ele considera a taxa de juros de curto prazo (*money rate of interest*) como taxa de juros para aplicações financeiras, determinada no mercado de aplicações financeiras. Contudo, tal consideração significa, no mínimo, uma mudança no caráter desta taxa de juros, uma vez que na teoria dos fundos emprestáveis essa taxa pode permanecer durante um prazo extenso.

uma vez que o “motivo especulação” não pode aparecer numa economia desacompanhado do “motivo transação”, passa a considerar  $M = L(I, i)$ , para  $i$  estando inversamente relacionada com a demanda monetária e  $I$  diretamente relacionada com a mesma demanda monetária, sendo que  $i$  tende a aumentar à medida que cresce o produto, como uma representação possível da teoria “geral” de Keynes.

Com todas as combinações de pares de taxa de juros e volume de mercadorias transacionado na economia com os quais oferta e demanda monetária se igualam na equação  $M = L(I, i)$ , Hicks compõe a curva LM (originalmente chamada LL):



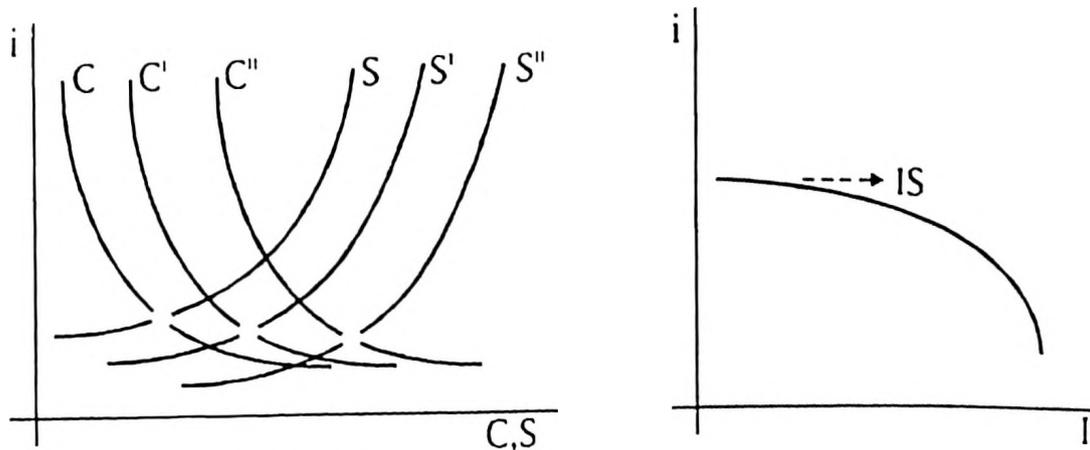
Observe-se que para que a curva LM seja escrita, é desconsiderado o efeito de variações na oferta monetária, de modo que “[...] uma dada oferta de moeda determina uma certa relação entre renda e juros” (Hicks: 1988, p. 368). Ou seja, cada curva LM é definida para uma oferta monetária fixa. Contudo nada impede que tal construção seja feita para taxas constantes de crescimento da oferta monetária ou crescimento da demanda monetária à frente da oferta monetária, uma vez respeitada a prioridade suposta por Hicks de que as autoridades monetárias interfiram no mercado da moeda apenas até o limite de não mudar a tendência nele determinado pelas forças de demanda e oferta de moeda não governa-

mentais:

Ao invés de admitirmos [...] que a oferta de moeda é dada, podemos supor que existe um sistema monetário dado – e que até certo ponto, mas apenas até certo ponto, as autoridades monetárias preferem criar uma nova moeda ao invés de permitir que as taxas de juros cresçam. Essa curva LL generalizada irá então inclinar-se apenas suavemente para cima, sendo que a elasticidade da curva dependerá da elasticidade do sistema monetário (no sentido monetário comum). (Hicks: 1988, p. 373 – grifo original)

À semelhança da abordagem das negociações com moeda em um mercado específico dito mercado da moeda, a abordagem das negociações com o produto é feita considerando-se um mercado específico para tanto, o do produto. Desta feita, usam-se as duas outras equações, a saber,  $I_x = C(i)$  e  $I_x = S(I)$ . A primeira equação indica o investimento para qualquer taxa de juros, via eficiência marginal do capital, enquanto a segunda indica o nível de renda para qualquer relação do investimento com o consumo, via multiplicador, que tornam iguais poupança e investimento. Uma vez que taxas de juros mais altas podem inibir o investimento, há uma relação inversa entre  $i$  e  $I_x$ , refletida no nível do produto via multiplicador.

Da mesma forma que o da moeda, o mercado do produto é representado graficamente para todos os equilíbrios de taxa de juros e produto, desta feita para oferta e demanda de produto equilibradas. Tal representação é chamada de curva IS. Para encontrá-la, considere-se que se possa calcular a eficiência marginal do capital em termos monetários. Depois, sabendo-se que a taxa de juros resulta da oferta e demanda de moeda, sendo a primeira resultante de poupanças e a segunda da eficiência marginal do capital, para cada nível de taxas de juros contratadas no encontro de poupança com eficiência marginal do capital corresponderá um de investimento e, respectivamente via multiplicador, um de renda. Assim, a derivação da curva IS é obtida para diversos pares de investimento e poupança em equilíbrio.

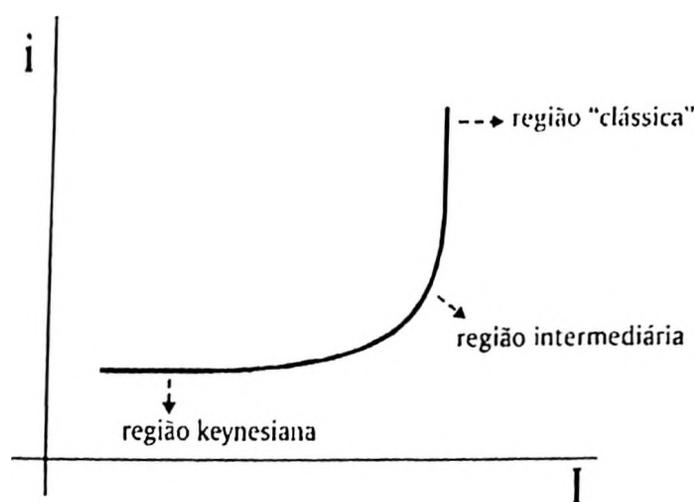


À medida que a renda aumenta, a curva de poupança (S) deve se deslocar mais do que a de eficiência marginal do capital (C). Com isso, os sucessivos equilíbrios de investimentos e poupança ao longo do crescimento da renda deve acontecer de forma a relacionar inversamente taxa de juros e renda.

Quando o nível de taxa de juros é o mais baixo possível, como tratado na página anterior, descreve-se na curva LM uma parte horizontal à esquerda. Isto corresponde à liberalidade com que os agentes deixarão à disposição a moeda, dado serem poucos os motivos que eles têm para demandá-la. Para este nível, quaisquer aumentos na eficiência marginal do capital, indicada por  $I_x = C(i)$ , significarão, para uma mesma propensão a consumir, um aumento na renda e no emprego, sendo o aumento da renda percebido na “segunda emenda”, via multiplicador que relaciona a propensão a poupar inversamente com o investimento. Da mesma forma, dada a relação entre a propensão a consumir e o investimento, um aumento na primeira elevará o nível de produto e renda. Ambas as implicações do nível de mínimo da taxa de juros para a renda e o emprego são representados pela nova intercessão da curva IS com a LM depois de deslocada a primeira ao longo da parte horizontal da segunda.

O domínio da preferência pela liquidez, portanto, se restringiria à recuperação e pico (aqui confundido com pleno-emprego), quando as pessoas preferem manter mais moeda, distribuindo-a para aumento de transação e por elevação dos riscos crescentes de

desconto. Assim, a consideração keynesiana de que seria possível se aumentar a renda e o emprego sem que as taxas de juros sofressem alterações, diria respeito, tão somente, ao período de depressão. Disto, se conclui que para Hicks a teoria keynesiana em seu modelo simplificado representa uma complementação da teoria "clássica", visto que no movimento de expansão da renda e do emprego seus resultados são plenamente similares aos do pensamento marshalliano revisitado, quando a taxa de juros e a renda aumentam para aumentos no incentivo a investir – parte intermediária da curva LM – e à clássica, quando incentivos a investir maiores implicariam, apenas, aumentos na taxa de juros – parte vertical da curva LM. A teoria keynesiana, é, portanto, entendida como perfeitamente compatível com a teoria clássica, sendo isto representado na seguinte curva LM<sup>8</sup>:



Uma vez que a teoria geral keynesiana apresentaria como novidade, do ponto de vista de Hicks, apenas a explicação da depressão, sendo perfeitamente substituível pela clássica ortodoxa – intercessões de IS com LM na parte vertical desta última – e pela clássica marshalliana revisitada – intercessões na parte intermediária da curva LM – entende-se que a teoria keynesiana é consi-

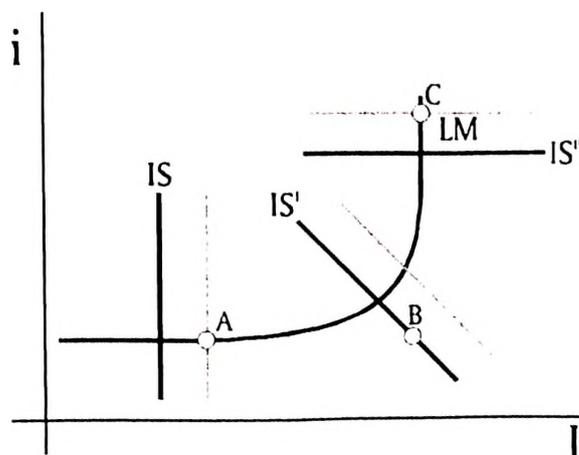
<sup>8</sup> Para Hicks, expansões na oferta monetária deslocam a curva LM para a direita, de modo que a política monetária só é eficaz nas regiões intermediária e clássica.

derada por Hicks como mera complementação da teoria clássica, restrita a um caso especial dela.

Além da restrição da teoria keynesiana a um aspecto complementar à “clássica”, destaca-se da abordagem de Hicks a ênfase no caráter de equilíbrio geral e simultâneo, como condição da construção do instrumental IS-LM.

Como vimos, por um lado, os equilíbrios de oferta e demanda de moeda são representados por pares de taxa de juros e nível de produto, da mesma forma que também existem pares de taxa de juros e de nível de renda para representar cada equilíbrio no mercado do produto; por outro lado, a determinação do nível de renda da economia e da taxa de juros correspondente é feita para o equilíbrio dos mercados do produto com o da moeda, correspondente à intercessão da curva IS com a LM, de modo que sob tais taxas de juros e nível de renda estarão equilibrados cada mercado e a economia como um todo simultaneamente.

A premissa de equilíbrio geral e simultâneo é resguardada pelo mecanismo de ajuste automático de preços<sup>9</sup>. Observemos a figura abaixo.



<sup>9</sup> Inclusive da taxa de juros, considerada preço de adiamento do consumo.

Na figura acima<sup>10</sup>, observa-se o caso de expansão do emprego e da renda, ao longo da curva LM, para a direita. Neste esquema hicksiano, considera-se a remuneração do trabalho pelo seu custo marginal, e os preços das mercadorias expressos em salários. Os pontos A, B e C representam, respectivamente desequilíbrios entre o mercado do produto e da moeda, enquanto as retas mais claras representam o reajuste do equilíbrio da economia. Na depressão, se os empresários decidem investir no ponto A, as taxas de juros muito baixas permitem a venda de um volume maior de títulos no mercado, enquanto o elevado nível de desemprego garante a estabilidade dos preços. No ponto B, quando a economia está se recuperando, se acontecer de a taxa de juros ser menor do que a desejada para a produção, o aumento da produção será seguido do aumento da taxa de juros, uma vez que há inflação por conta de a firma transmitir para um novo vetor-preço os salários aumentados, dada a raridade do fator trabalho que começa a acontecer. Na região de recuperação, portanto, aumentos na renda são acompanhados de aumentos na taxa de juros. No ponto C, não há mais trabalho disponível e a disputa pelo já existente fará com que as firmas paguem salários maiores, o que com preços flexíveis como suposto até agora, se transformará em um novo vetor preço através da inflação. Neste caso, não haverá aumentos da renda, apenas da taxa de juros<sup>11</sup>.

Em resumo, o emprego crescente ao longo da curva LM para a direita é acompanhado por elevação do nível de preços, que é compensado na taxa de juros. O aumento nos preços equilibra o mercado do produto, enquanto o na taxa de juros equilibra o da moeda. A compensação mencionada, por sua vez, equilibra o mercado do produto com o da moeda, conseqüentemente, torna a economia equilibrada, ou seja ajusta a economia.

A conseqüência de se ter o mecanismo-preço como instrumento

---

<sup>10</sup> A inclinação da curva IS ao longo da LM "de longo prazo" é explicada por Hicks em função dos avanços da eficiência marginal do capital relativamente aos da poupança, para cada região da figura apresentada. Para maiores detalhes, ver as páginas 156 e 157 do artigo tratado.

<sup>11</sup> Note-se que a dinâmica de ajustamento dos mercados via combinação de preços e taxa de juros segue uma ótica semelhante à wickselliana da taxa de juros.

do *tâtonnement* walrasiano, é a desconsideração do papel das expectativas e incertezas, fundamentais no pensamento de Keynes para a explicação das instabilidades, em favor do ajustamento automático e simultâneo dos mercados e da economia. A interpretação hicksiana da teoria de Keynes, além disso, suprime qualquer análise de equilíbrio parcial marshalliano presente na Teoria Geral impondo o equilíbrio geral walrasiano, e introduz a departamentalização na abordagem da economia, sobre o que existem sérias restrições.

### 3. A CONTRIBUIÇÃO DE DON PATINKIN.

Patinkin, conforme ele próprio teria dito a Hicks, adotou o esquema hicksiano para desenvolver suas considerações. Antes, contudo, de tratarmos propriamente do modelo de Patinkin e de seu possível significado para o pensamento econômico, cuidemos de apresentar os traços caracterizadores da abordagem por ele usada.

O tema central do trabalho de Patinkin são as forças monetárias vistas à partir do mercado de mercadorias, mais especificamente das transações (1965, xxiii).

*Money buys goods, and goods do not buy money. The natural place, then, to study the workings of monetary forces is directly in the markets for goods. This will be our central theme.*

A adoção desse tema teria acontecido por conta de sua insatisfação com os *approachs* das transações que existiam antes de seu trabalho. Por um lado, segundo ele, aqueles baseados na teoria quantitativa da moeda não exploram as potencialidades do tema, porque restringem a explicação a um caso específico de demanda agregada independente da taxa de juros e diretamente proporcional à quantidade de dinheiro.<sup>12</sup> Por outro lado, os *approachs* re-

---

<sup>12</sup> Observe-se que para Patinkin, a teoria quantitativa da moeda serve para indicar o nível de preços (sempre do ponto de vista das trocas). Para isso, a demanda por moeda interessa ao en-

centes à sua época com base nas teorias monetárias se desviam do centro de ênfase do mercado de mercadorias para enfatizar o de moeda, usando para tanto o instrumento da descrição da função demanda por moeda. Patinkin considera que esta afirmação que “*goods buy money*”, apesar de ser logicamente possível e ser prova de liberdade semântica, acontece porque aquelas teorias erram na forma como explicam a função demanda por moeda.

Além disso, apesar da equação neoclássica de *cash-balance* explicar com rigor os gastos de dinheiro com relação ao mercado de bens e da equação keynesiana (hicksiana) da preferência pela liquidez explicar a relação entre o mercado de títulos e os gastos, nenhuma das duas explicações aparecem sistematizadas nas equações monetárias de suas respectivas teorias, o que, por sua vez, implica na desconsideração de seus efeitos sobre os respectivos modelos.

As ausências da consideração do *cash balance* em relação aos bens e da preferência pela liquidez em relação aos títulos, combinadas com a restrição analítica da equação quantitativa da moeda e da ênfase no estudo de apenas um dos mercados da economia, compõem o problema que leva Patinkin a objetivar formular um novo modelo que contemple os efeitos das mudanças monetárias sobre todos os mercados da economia.

### 3.1. A formulação de Patinkin

Considerando que todas as teorias têm em comum as mesmas técnicas analíticas para as mesmas funções-demanda de mesmos mercados<sup>13</sup>, Patinkin estuda todos os mercados principais da economia com instrumental hicksiano de departamentalização da economia, tentando observar os efeitos das mudanças monetárias sobre os mercados da economia, o que o leva à consideração de

---

tendimento da determinação do nível de preços do lado da demanda agregada por mercadorias (MV), conforme a teoria quantitativa da moeda ( $MV = PT$ ). O outro lado dessa determinação é a oferta de mercadorias (T).

<sup>13</sup> [...] we achieve an integration of monetary theory and value theory: the propositions of both theories are derived by applying the same analytical techniques to the same demand functions of the same markets. (Patinkin: 1965, xxiv)

que, em geral, existe uma interação dinâmica entre as variações do nível de preços no mercado de bens e as variações da taxa de juros no mercado de títulos.

Todas as mercadorias da economia são vistas como divididas em quatro categorias, trabalho, *commodities*<sup>14</sup>, títulos e dinheiro. Conforme o mercado competitivo no qual são transacionadas, tem-se a seguinte tipologia de mercado: mercado de trabalho, mercado de *commodities*, mercado de títulos e mercado de dinheiro. Em cada um desses mercados são definidos os preços e quantidades transacionadas das respectivas mercadorias, em função de uma relação de oferta e procura pelas mesmas. Assim sendo, Patinkin representa cada um com suas respectivas funções de oferta e de demanda individuais<sup>15</sup>, procurando encontrar preços e quantidades transacionadas das mercadorias respectivas. Trataremos da representação de cada um desses mercados e de seus equilíbrios e conseqüências.

- Mercado de Trabalho:  $Q(w/p, K_0) = R(w/p)$ . Para  $Q(w/p, K_0)$  = demanda por trabalho e  $R(w/p)$  = oferta de trabalho, sendo  $K_0$  o estoque de capital, a demanda por trabalho uma função da produtividade marginal do trabalho e  $w/p$  = salário real<sup>16</sup>.
- Mercado de *Commodities*:  $F(Y, r, M_0/p_0) = Y_0$ . Para  $F(Y_0, r, M_0/p_0)$  = demanda por *commodities*<sup>17</sup>, e  $Y_0$  = oferta de *commodities* de pleno-emprego, sendo  $Y$  = renda real,  $r$  = taxa de juros e  $M_0/p_0$  = *real money (ou cash) balances*.
- Mercado de Títulos:  $r_p.H(Y_0, 1/r, M_0^H/p) = r_p.J(Y_0, 1/r, M_0^F/p)$ . Para  $r_p.H(Y_0, 1/r, M_0^H/p)$  = demanda por títulos e

<sup>14</sup> Compõem as *commodities* os bens de consumo e os bens de investimento.

<sup>15</sup> "There is, however, no pretense of showing how this process of aggregation is actually carried out." (Patinkin: 1965, p. 200).

<sup>16</sup> Esta equação é derivada da identidade do salário real com a produtividade marginal do trabalho:  $w/p = f_N(N, K_0)$ .

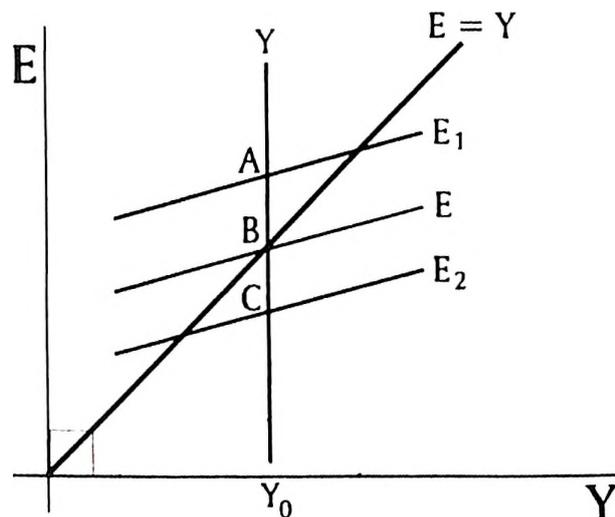
<sup>17</sup> A demanda agregada é composta pela adição dos gastos dos agentes da economia, quais sejam famílias, empresas e governo, supondo-se independentes os gastos do governo e que os gastos de famílias com consumo de bens sejam determinados pelas mesmas variáveis que os gastos das empresas (investimentos).

$rp.J(Y_0, 1/r, M_0^F/p)$  = oferta de títulos, sendo  $B/rp$  = preço unitário real do título.

Mercado de Dinheiro:  $p.L(Y_0, r, M_0/p) = M_0$ . Para  $p.L(Y_0, r, M_0/p)$  = demanda monetária e  $M_0$  = oferta monetária (suposta constante).

Para fins de simplificação, pode-se considerar que o mercado de trabalho se mantenha sempre equilibrado. Tal proposição é plausível com base em que qualquer variação no nível de preço é compensada por variação no mesmo sentido do salário – o que está representado em todas as funções demanda e oferta acima pela falta de índices em  $w$  e  $p$  – seja por pressão do excesso de demanda ou de oferta por trabalho. Com isto, os equilíbrios nos mercados de títulos e de *commodities* são suficientes para se entender o equilíbrio na economia, visto que, pela “lei de Walras” se todos os mercados com exceção do da moeda estiverem equilibrados, este também estará.

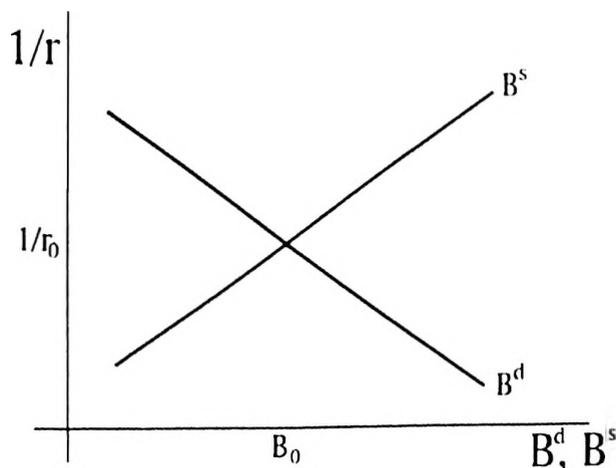
Um equilíbrio qualquer no mercado de *commodities* pode ser representado graficamente como abaixo.



Se acontecer de os preços baixarem, no mercado de trabalho os salários nominais baixariam na mesma proporção, mantendo-se constante o salário real e, com isto, o equilíbrio do mercado de

trabalho. O *cash balance*, contudo, aumentaria para um mesmo estoque de moeda, de modo a elevar a demanda por *commodities*<sup>18</sup>, o que é representado pelo deslocamento de E para E<sub>1</sub>. O ponto A representa, portanto, um excesso de demanda em relação à oferta. Com isso, os preços se elevam, causando um aumento dos salários – conseqüentemente mantendo o equilíbrio do mercado de trabalho – e uma redução do *real cash balance*, o que traz de volta a curva de demanda ao ponto de equilíbrio anterior com a oferta (B). A análise do deslocamento de E para E<sub>2</sub> segue uma lógica semelhante, para o caso de uma alta nos preços, havendo, então um excesso de oferta em relação à procura, o que faz com que uma queda dos preços causada pela necessidade de diminuição dos estoques recomponha o equilíbrio. Assim, a proporcionalidade entre oferta e demanda de pleno emprego e seus ajustes inevitáveis formam a reta de quarenta e cinco graus, para os diversos equilíbrios no mercado de *commodities* ao longo do crescimento natural da economia.

O mercado de títulos, por sua vez, pode ser representado graficamente como abaixo.



Para  $B^d$  = demanda por títulos e  $B^s$  = oferta de títulos, sendo

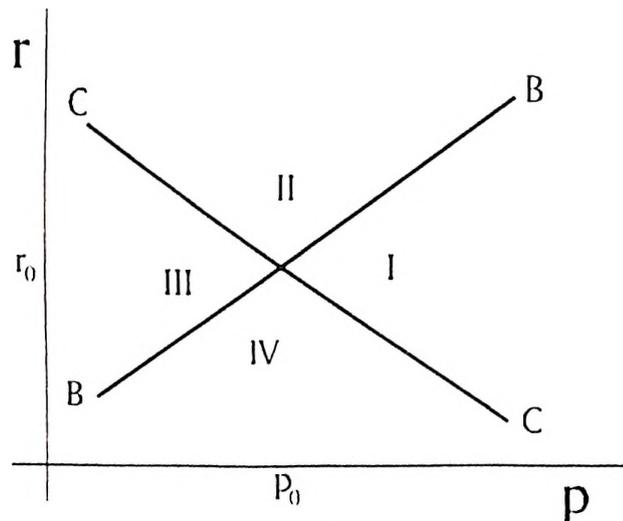
<sup>18</sup> Representada no gráfico da página anterior por E.

$B_0$  equilíbrio das transações de títulos no pleno-emprego e  $1/r_0 =$  preço unitário do título no pleno-emprego.

Se, tudo o mais constante, a taxa de juros estiver acima ou abaixo da de equilíbrio ( $r_0$ ), segue-se um ajuste semelhante ao que acontece no mercado de *commodities*. Para o caso dela estar abaixo, por exemplo, o preço dos títulos no mercado estão maiores do que a demanda desejava antes da queda da taxa de juros, criando um excesso de oferta de títulos em relação à demanda. Esse excesso faz com os ofertantes de títulos, concorrendo entre si pelos escassos demandantes, elevem as taxas de juros de seus títulos, diminuindo, assim, os preços dos títulos. Isto restabelece o equilíbrio do mercado em  $(B_0, 1/r_0)$ . Raciocínio semelhante é aplicado para o caso de uma alta nas taxas de juros, agindo, neste caso forças que elevam o preço dos títulos. Deste modo, o mercado de título tende a se manter equilibrado em  $(B_0, 1/r_0)$ .

Do que foi dito sobre os mercados na economia, o sistema de Patinkin é dinamicamente estável para variações isoladas em  $r$  ou  $p$ .

Adotemos, agora, o esquema hicksiano para observar o equilíbrio simultâneo dos mercados e, conseqüentemente, da economia.



Considerando-se, agora, tanto  $r$  quanto  $p$  variáveis, para todos

os pares de taxas de juros e preço que equilibram os mercados, podemos representar uma curva CC, com relação ao mercado de commodities, e outra BB, com relação ao de títulos, para mesmos eixos de taxas de juros e níveis de preços. A curva BB pode ser associada à LM de Hicks, bem como a curva CC pode ser associada à IS, como encontramos hoje na maioria dos manuais de macroeconomia.

A inclinação positiva da curva BB resulta da relação direta entre variações nos preços e variações nas taxas de juros de equilíbrio do mercado de títulos, uma vez que aumentos no nível de preços diminui o *real cash balance* dos demandantes de títulos, o que faz com que os que têm títulos para captar com eles recursos, ofereçam seus títulos a taxas de juros maiores. Por sua vez, a inclinação negativa da curva CC é explicada em função de que aumentos na taxa de juros diminuem a demanda por investimentos, diminuindo, conseqüentemente, a demanda agregada. A causa da inclinação da curva BB, nos permite identificar o efeito *real money balance* no mercado dos títulos, que demonstra como o mercado de *commodities* afeta o de títulos, enquanto a causa da inclinação da curva CC identifica o efeito da taxa de juros, que varia no mercado de títulos, sobre o mercado de *commodities*.

O ponto  $(p_0, r_0)$  indica o mesmo nível de preços e a mesma taxa de juros que equilibram cada mercado em separado, de modo que a economia está equilibrada. Tratem-se de como acontece esta coincidência e simultaneidade. Para isto tomemos um caso.

Supondo inicialmente um desequilíbrio no mercado de *commodities*, representado por um ponto qualquer na primeira seção da figura acima, estaremos dizendo que está havendo excesso de oferta no mercado de *commodities*. Este excesso pressionaria a oferta de títulos no mercado de títulos elevando a taxa de juros, inibindo, assim, a demanda por investimentos. Ao final de sucessivas seqüências destas de ação e reação (*tâtonnement*) entre os mercados, o excesso de oferta será anulado e o ponto de equilíbrio da economia se restabelecerá em  $(p_0, r_0)$  <sup>19</sup>. Da mesma forma, ha-

---

<sup>19</sup> A este processo de reajuste da economia se chama atualmente de *crowding out*.

verá para qualquer desequilíbrio em cada seção um processo de ajuste da economia ao equilíbrio anterior.

Por isto, o sistema de Patinkin é dinamicamente estável também para variações de  $r$  e  $p$ , agindo estas variáveis para o equilíbrio inevitável da economia.

Por ter introduzido a discussão da teoria keynesiana dentro de um *approach* teórico walrasiano de longo prazo, no qual deve ser considerada a flexibilização de preços e salários, juntamente com os efeitos do *real balance* e da preferência pela liquidez para todos os mercados da economia, o trabalho de D. Patinkin teria significado uma sofisticação dos modelos ditos keynesianos de equilíbrio geral walrasiano. Por causa de tal flexibilização, o desemprego involuntário deixaria de existir no longo prazo, mesmo deixando-se de lado a suposição simplificadora de ajuste automático do mercado de trabalho. Assim, uma vez que os desequilíbrios presentes na teoria keynesiana aconteceriam, apenas, no curto prazo, o modelo de D. Patinkin reforçaria a defesa de que a Teoria Geral seria nada mais do que um caso especial da teoria clássica.

#### 4. O AJUSTAMENTO PELAS QUANTIDADES.

As décadas de 60 e 70 foram épocas de conjunturas econômicas sob fortes choques de oferta.

Dada a incapacidade da Síntese Neoclássica em predizer o comportamento de preços e a produção nessa conjuntura de choques de oferta, o pensamento econômico da época caracterizou-se pela crítica à explicação da Síntese Neoclássica daqueles choques. Leijonhufvud e Crowel foram os primeiros formuladores das críticas à perfeição da informação e do ajustamento via preços por *tâtonnement* através do *marketing clearing*, presentes naquela teoria. Para esses autores, tal incapacidade se dava por ser a Síntese desprovida de fundamentos microeconômicos condizentes com o arcabouço propriamente keynesiano.

O equilíbrio geral defendido por Patinkin era simultâneo e os preços se ajustavam para manter constante as quantidades transacionadas, caso oferta e demanda por bens de qualquer mercado

variasse. Crowel defendeu um processo de ajustamento das quantidades, durante o qual o desequilíbrio era admitido. Para formular tal consideração, Crowel, segundo Tadeu Lima (1992, p. 62), teria partido de um problema encontrado e tratado por Patinkin, qual seja, que as firmas e famílias podem não conseguir transacionar a quantidade desejada nos mercados de bens e de trabalho<sup>20</sup>. A partir desta referência, os autores que tratam do ajustamento da economia através das quantidades se diferenciaram dos teóricos da Síntese, uma vez que o entendimento do desequilíbrio difere extremamente entre a abordagem desequilibrista e a da Síntese Neoclássica.

A explicação da Síntese Neoclássica, para as variações de quantidades é uma versão modificada do problema da demanda efetiva de Keynes, na qual este seria um fenômeno circunstancial, ao contrário de inerente para Keynes, e suas causas eram devidas a rigidezes no sistema econômico, tais como rigidezes de preços e salários, ilusões monetárias e fricções de mercado que levariam a demanda a ser deficiente. Tal deficiência se manteria caso o sistema de preços também estivesse deficiente, ou seja, existissem preços fixos. Com isso, as firmas não conseguiriam transmitir o novo vetor de *marketing clearing* que restabeleceria o equilíbrio e acabaria reduzindo a quantidade ofertada. Então, as famílias não poderiam adquirir a quantidade desejada ao nível de preço vigente. No caso de uma demanda deficiente, para a Síntese Neoclássica, portanto, a diminuição da oferta aconteceria por conta de inflexões temporárias no sistema econômico, seguida da diminuição da demanda por trabalho, causando, assim, desemprego involuntário.

Para os autores da teoria do ajuste via quantidade, contudo, o sistema de preços era incapaz de fornecer todas as informações necessárias ao *marketing clearing*, isto porque os custos da informação em períodos de desequilíbrio seriam muito altos.

---

<sup>20</sup> "Let us then assume that households which do not succeed in buying all the commodities they want at the existing price level use part of their resulting excess purchasing power to bid up the price of bonds as well as commodities. Similarly, firms which do not succeed in selling all the bonds..." (Patinkin: 1965, p. 235).

Uma vez acontecido o desequilíbrio, as demandas estimadas pelas firmas perdem sua validade e, com ela, a credibilidade nas informações sobre a demanda. De modo que a demanda se torna pouco conhecida pelos agentes ofertantes.

Conforme Leijonhufvud (1968),

*In disequilibrium, it's hard to see how it can be argued that sellers in atomistic markets have simpler information problems than the monopolistic. [...] the reason is not that sellers in such markets have better information or need less information, but that their information costs are very high. [...] Welfare theorists have devoted less energy to the problem of the efficiency of the adjustment processes characterizing alternative structures.*

Portanto, ao contrário da defesa da Síntese Neoclássica, para os pensadores do ajuste pelas quantidades o sistema de preços não seria capaz de promover o *marketing clearing* automaticamente não porque haveria rigidezes no sistema econômico, mas por sua própria incapacidade de refletir todas as informações necessárias a ele.

Uma vez que negam o entendimento do sistema de preços como ajustador – junto à negação da existência de informações perfeitas – abandonam o esquema walrasiano de equilíbrio geral e simultâneo. O processo que se segue ao desequilíbrio, conseqüentemente, é diverso para Leijonhufvud daquele que considera a Síntese Neoclássica. Contudo, a abordagem desequilibista continua sendo de equilíbrio geral, desta feita tomando as variações de quantidades como mecanismo ajustador, à frente do sistema de preços. Para o entendimento disto, é fundamental a distinção entre uma economia monetária e uma economia de troca (Lima: 1992, p. 77).

Havendo desequilíbrio, a demanda potencial pelos produtos das firmas não são manifestas aos empresários, porque os desempregados que desejam trabalhar não demandam produto enquanto estão demandando moeda. Uma vez que os ofertantes decidem as quantidades a ser produzidas com base nas informações correntes, sem tais sinais com relação ao produto, os empresários não se se-

riam estimulados a absorver o excesso de oferta de trabalho. A diminuição das quantidades seria seguida, portanto de capacidade ociosa. O desemprego involuntário e o acúmulo de estoques exerceriam, em determinado momento das decisões dos empresários, pressão para a retomada do investimento, que desencadeariam uma onda de ajustes de quantidades. Por conta da consideração acima sobre a oferta de trabalho por parte dos desempregados involuntariamente omitindo sinais de demanda pelas mercadorias, os preços variariam mais rapidamente apenas em função das variações a maior das quantidades.

O processo de ajustamento, aqui, consiste na consideração de fundamentos microeconômicos na análise macroeconômica na forma de funções comportamentais, combinada com os conceitos *ex-ante* e *ex-post* em um ambiente de trocas no qual a economia acaba se reajustando após um desequilíbrio qualquer de oferta e demanda. Nisto não parece se diferenciar do sistema de Patinkin. A diferenciação, à luz da consideração da ineficácia do sistema de preços, está na consideração de que os agentes econômicos expressariam suas ofertas e demandas no mercado em termos das quantidades desejadas (*ex-ante*) ajustando-as à medida que se dessem as negociações durante as trocas e incorporando em seus cálculos as restrições de mercado, o que se manifestaria em variações posteriores de preços e tomaria uma dinâmica de um “efeito *crowding out*”, ao final do qual, a economia acabaria atingindo um ponto de equilíbrio que não necessariamente coincidiria com o do equilíbrio walrasiano de longo prazo. Contudo, com uma sucessão de reajustes, essa economia tenderia ao mesmo equilíbrio walrasiano de longo prazo.

Semelhantemente ao que acontece na Síntese Neoclássica, a teoria keynesiana no modelo de ajustamento pelas quantidades acabaria sendo restringida a um aspecto da análise – referente ao “curto prazo” – denotada como um momento da tendência maior de equilíbrio de longo prazo<sup>21</sup>. Com isso, o tratamento keynesiano

---

<sup>21</sup> Contudo, como observa Tadeu Lima (1992, p. 28) Keynes duvidara de tal inevitabilidade, pois quando mesmo adotando a hipótese tradicional de flexibilidade de preços e salários concluiu que o equilíbrio geral de pleno emprego não seria necessariamente seu resultado.

continuará circunscrito à convivência com a teoria neoclássica, e mais uma vez visto sob a ótica do equilíbrio geral, mesmo que agora o tratamento esteja voltado para o aspecto de desequilíbrio.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As abordagens da teoria de Keynes que departamentalizam a economia ou que tratam da deficiência do sistema de preços como mecanismo ajustador do mercado, têm em comum a concepção de que o sistema econômico é capaz por si só, de imprimir uma inevitabilidade à economia com respeito ao equilíbrio no curto e médio prazos e, no longo prazo, ao equilíbrio de pleno-emprego. Ao fazerem isto invertem o eixo das proposições centrais de Keynes, que equilíbrios abaixo do pleno-emprego são mais plausíveis de serem considerados para as economias capitalistas, concomitantemente, o desequilíbrio não tem uma tendência de se ajustar, caso não haja intervenção no sentido do planejamento e controle capitalista da economia.

Esta, que pode ser considerada a discrepância de fundo entre a teoria de Keynes e as abordagens que tratamos dela, é acompanhada de divergências teóricas e metodológicas deixadas ao longo da compressão efetuada pelos teóricos da Síntese e os do ajustamento pelas quantidades, durante suas adaptações das proposições de Keynes.

A adoção feita pela Síntese do intermediário walrasiano (*auctioneer*), quando da consideração do *marketing clearing*, e do *tâtonnement* nas seguidas variações nas quantidades acompanhadas tardiamente pelos preços, privilegiam uma economia de trocas, em detrimento das proposições sugeridas por Keynes na sua teoria da moeda, ao enfatizar o caráter financeiro prevalecente na demanda monetária, à medida que submetem o financiamento do consumo e da especulação ao financiamento produtivo, subvertendo, assim, a determinação da demanda sobre a atividade econômica – tão cara para a teoria da moeda de Keynes – à dinâmica produtiva, privilegiando, assim, a oferta.

Essas abordagens da teoria de Keynes, ao enfatizarem o equi-

líbrio e o ajustamento, embora tentem fugir dos cânones neoclássicos, apontam para uma representação da economia que está presente nas abordagens neoclássicas da atividade econômica e não está na de Keynes, qual seja a de forças autônomas de ajustamento. Tal visão não está presente na teoria de Keynes não por acaso, ou por especificidades do problema, como os autores das correntes tratadas defendem, mas porque a instabilidade é algo inerente à economia capitalista. Keynes sabia disso. Os autores da Síntese e do ajustamento pelas quantidades fizeram questão de subestimar ou ignorar tal fato.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHICK, Victoria. Macroeconomia Após Keynes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- FRANCO, Gustavo H. B. Uma Introdução ao Artigo "O Sr. Keynes e os Clássicos": uma sugestão de interpretação" de J. R. Hicks. In Clássicos da Literatura Econômica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- HICKS, John Richard. Valor e Capital. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- \_\_\_\_\_. O Sr. Keynes e os Clássicos: uma sugestão de interpretação. In Clássicos da Literatura Econômica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1982.
- LEIJONHUFVUD, Axel. On Keynesian Economics and the Economics of Keynes. New York: Oxford University Press, 1968.
- LIMA, Gilberto Tadeu. Em Busca do Tempo Perdido: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes. 16º Prêmio BNDES de Economia. Rio de Janeiro: 1992.
- PATINKIN, Don. Money, Interest and Prices. 2. ed. New York: Harper & Row, 1965.
- SANTOS, Robério Ferreira dos. Equilíbrio e Expectativas em Keynes. In Economia Ensaios, vs. 6 e 7. nºs 2 e 1. Uberlândia: Departamento de Economia, 1992.

A *Revista Raízes* agradece a colaboração dos pareceristas *ad hoc* a seguir listados, que muito cuidadosamente apreciaram os artigos a ela encaminhados.

Antônio Gomes • Antonio Ildefonso de A. Melo • Cláudio A. V. Cavalcanti • Deolinda de S. Ramalho • Edgard A. Malagodi • Elizabeth C. de A. Lima • Fábio Freitas • Fernando Garcia de Oliveira • Ghislaine Duqué • João Otávio P. de Barros • José H. Rota • Josemir Camilo de Melo • Jurandir A. Xavier • Lilian Letelier Vásquez • Manoel L. Malagutti • Maria Cristina de M. Marin • Maria Lúcia Gonçalves de C. • Norma M. de Soler • Reinaldo A. Carcanholo • Renato Kilpp • Ubiracy de S. Braga

**AOS COLABORADORES**  
**(NORMAS RELATIVAS ÀS CONTRIBUIÇÕES ENCAMINHADAS PARA**  
**PUBLICAÇÃO)**

1. A revista Raízes aceita trabalhos originais ou trabalhos inéditos em língua portuguesa sob a forma de artigos, ensaios ou resenhas cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.
2. Os textos deverão ser enviados em disquete flexível de computador padrão IBM-PC, junto à cópia impressa, utilizando-se os programas de edição de texto Word, WordPerfect ou WordStar para Windows e Dos.
3. Pede-se que os textos sejam marginados à esquerda, digitados em espaço duplo e aproximadamente 30 linhas de 65 toques por página, não contendo marcações.
4. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:
  - aspas simples para palavras com emprego não convencional
  - aspas duplas para citações
  - itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações
  - **bold** para termos a destacar – deve ser usado com parcimônia
  - as notas devem ser sempre de pé de página, numeradas correlativamente, e nelas deverão estar incluídas todas as referências bibliográficas (não há, pois, bibliografia).
5. Referências bibliográficas obedecerão ao seguinte critério:
  - **LIVRO** – nome do autor, título do livro (itálico), local de publicação, editora, data de publicação, número(s) da(s) página(s)
  - **ARTIGO** – nome do autor, título do artigo, nome do periódico(itálico), volume e número do periódico, data de publicação, número(s) da(s) página(s)
  - **Obs.:** só devem ser inseridas na bibliografia as referências citadas no texto.

6. Os artigos deverão conter até 25 laudas, os ensaios 15 laudas e as resenhas de livros não devem exceder duas páginas.
7. Cada artigo deverá se fazer acompanhar, necessariamente:
  - a) do respectivo resumo (português, inglês ou francês) de, no máximo, 10 linhas.
  - b) dos dados sobre o autor (função atual, cargo que ocupa, vínculo institucional, endereço, telefone, últimas publicações e, quando existentes, o número de fax e endereço eletrônico/Bitnet ou Internet). Não deverão os dados sobre o autor ultrapassar 5 linhas.
8. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres *ad hoc* de membros do Conselho Editorial e do Conselho Consultivo. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo por parte da Editoria serão efetivadas em consenso com o autor.
9. A redação comunicará aos autores a decisão sobre a publicação ou não dos trabalhos. Em nenhum dos casos haverá a devolução dos originais.
10. Aos autores serão distribuídos 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.

CALENDÁRIO EDITORIAL PERMANENTE

<b>Mês</b>	<b>Atividade</b>
Jan.	
Fev.	
Mar.	Início período letivo / Fechamento recepção de artigos
Abr.	Pareceres
Mai.	Editoração / Gráfica
Jun.	<b>Lançamento</b>
Jul.	
Ago.	Início período letivo
Set.	Fechamento recepção de artigos
Out.	Pareceres
Nov.	Editoração / Gráfica
Dez.	<b>Lançamento</b>